PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Departamento de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Letícia Maria Antunes do Carmo

DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E POLÍTICAS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES: possibilidades a partir do Bem Viver

Belo Horizonte
2019

Letícia Maria Antunes do Carmo

DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E POLÍTICAS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES: possibilidades a partir do Bem Viver

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profª. Drª. Taiane Las Casas Campos

Área de Concentração: Política Internacional – Instituições, Conflitos e Desigualdades.
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Carmo, Letícia Maria Antunes do
C287d Desenvolvimento, gênero e políticas de empoderamento das mulheres: possibilidades a partir do Bem Viver / Letícia Maria Antunes do Carmo. Belo Horizonte, 2019.
118 f. : il.

Orientadora: Taiane Las Casas Campos
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Mulheres na política - Bolívia - Equador. 2. Direitos das mulheres. 3. Poder (Psicologia). 4. Relações de gênero. 5. Organizações internacionais. 6. Mulheres - Condições sociais. 7. Violência contra as mulheres. I. Campos, Taiane Las Casas. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 396.1

Ficha catalográfica elaborada por Elizângela Ribeiro de Azevedo - CRB 6/3393

Letícia Maria Antunes do Carmo

DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E POLÍTICAS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES: possibilidades a partir do Bem Viver

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Política Internacional – Instituições, Conflitos e Desigualdades.
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais.

Profª. Drª. Taiane Las Casas Campos – PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Rodrigo Corrêa Teixeira – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profª. Drª. Luciana Maria de Aragão Ballestrin – Universidade Federal de Pelotas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Taiane Las Casas, primeiramente, por aceitar o pedido de orientação deste trabalho que aconteceu de maneira inesperada e já no meio do caminho. Agradeço também a enorme paciência e disposição com as orientações, correções, atrasos e mudanças de ideias e perspectivas que foram realizadas durante este processo.

Agradeço ao professor Otávio Dulci, que iniciou a orientação deste trabalho e infelizmente não está presente no momento de sua finalização. Apesar de não ter participado do processo de escrita e correção de boa parte desta pesquisa, este trabalho não poderia ser finalizado sem as contribuições de suas aulas, orientações, conversas e confiança depositada neste projeto, além, é claro, de seu sorriso e seus abraços.

Gostaria de agradecer também ao corpo docente e demais funcionários do Departamento de Relações Internacionais, que estiveram presentes durante os anos de graduação e de mestrado. Agradeço em especial o professor Rodrigo Teixeira, pelas ótimas conversas e conselhos.

Também agradeço aos amigos que fiz no mestrado, com os quais compartilhei aulas, conversas e bons momentos durante estes anos. Agradeço especialmente Fabi e Matheus, pela amizade, pelo apoio e pelas caronas que fizeram esse processo mais leve, mais divertido e certamente mais musical. Agradeço também Leo, Caio, João, Bárbara, Bruno, Rafael e Thaís pelos momentos compartilhados na sala de aula e fora dela.

Aos amigos de longa data, em especial Pedro, Tainá e Jean, agradeço a presença apesar da distância e sempre estarem disponíveis para ajudar. Agradeço as amigas da especialização, Marina, Alice, Gabi e Élida, por ouvirem as lamúrias semanais e contribuírem para encerrar a semana de forma um pouco mais animada. Agradeço Millena pela presença diária, pelos pequenos momentos de distração, pela gata e pelas longas conversas que começam sem previsão.

Agradeço minha família pelo apoio incondicional e pela confiança nas minhas escolhas, mesmo sem a total compreensão destas. Agradeço minha mãe Martha por compreender as ausências e os momentos de estresse, pelos cafés da tarde nos momentos de pausa da escrita e por acreditar mais que eu no que vem depois daqui. Agradeço ao meu irmão pelos conhecimentos, perspectivas e conselhos compartilhados, e pela certeza de ter com quem contar sempre. Agradeço meu pai pelo apoio que nunca deixou de estar disponível.

Por fim, preciso destacar que o presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço o suporte financeiro da bolsa concedida, sem o qual a realização dessa pesquisa não seria possível.

RESUMO

O presente trabalho analisou a implementação de normativas, políticas e programas voltados para a igualdade de gênero e os direitos das mulheres pelos governos da Bolívia e do Equador, com o intuito de identificar em que medida as políticas de empoderamento das mulheres, implementadas a partir da proposta do Bem Viver, se diferenciam daquilo que é proposto como empoderamento das mulheres pelas agências internacionais de desenvolvimento. Para isso, foi analisada a implementação de políticas pela Bolívia e Equador no âmbito de cinco dimensões relacionadas com o empoderamento das mulheres: três comumente associadas ao empoderamento feminino pelas agências internacionais de desenvolvimento (participação política, participação econômica e educação) e duas dimensões que a literatura crítica feminista na área de gênero e desenvolvimento aponta como áreas relevantes para o empoderamento desconsideradas por estas agências.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Gênero. Empoderamento das mulheres. Bem Viver. Bolívia. Equador.

ABSTRACT

This dissertation analyzed the implementation of norms, policies, and programs concerning gender equality and women's rights by the governments of Bolivia and Ecuador, to identify to what extent women's empowerment policies, implemented from the Good Living perspective, differs from what is proposed as women's empowerment by international development agencies. To this end, Bolivia and Ecuador's implementation of policies were analyzed under five dimensions related to women's empowerment: three commonly associated with women's empowerment by international development agencies (political participation, economic participation, and education) and two dimensions that feminist critical literature on gender and development points to as relevant areas for empowerment disregarded by these agencies.

Keywords: Development. Gender. Women’s Empowerment. Good Living. Bolivia. Ecuador.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mortalidade Materna por departamentos (Bolívia 2000 e 2011) 80

Gráfico 2 – Disparidade salarial (Equador) 83

Gráfico 3 – Tempo total de trabalho (Equador) 86

Gráfico 4 – Evolução da participação das mulheres na Função Legislativa 88

Gráfico 5 – Autoridades nacionais (desagregado por gênero) 2018..... 90

Gráfico 6 – Proporção de mulheres que experienciaram algum tipo de violência por parte de qualquer pessoa (Equador) 94

Gráfico 7 – Número e porcentagem de casos de abuso sexual denunciados e punidos..... 95

Gráfico 8 – Taxa de mortalidade materna (Equador) 98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A “trindade do Bem Viver”..... 47

Quadro 2 – Categorias de análise para a análise das políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres da Bolívia e do Equador 66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Banco Mundial	Banco Mundial para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNIG	Conselho Nacional para a Igualdade de Gênero
DAW	Divisão da ONU pelo Avanço das Mulheres
DAWN	Development Alternatives for Women in a New Era
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAD	Gênero e Desenvolvimento
GEM	Gender Empowerment Measure
GII	Gender Inequality Index
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEPS	Instituto de Economia Social e Solidária
INE	Instituto Nacional de Estadística
INEC	Instituto Nacional de Estatística e Censos
INSTRAW	Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento pelo Avanço das Mulheres
MAS	Movimento ao Socialismo
MIES	Ministério da Inclusão Econômica e Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
ONU	Organização das Nações Unidas
OSAGI	Escritório da Assessora Especial para Questões de Gênero e o Avanço das Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAPs	Programas de Ajuste Estrutural
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VsV	Vida sem Violência
WAD	Mulheres e Desenvolvimento
WID	Mulheres no Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES 16
2.1. A evolução da idéia de desenvolvimento 16
2.2. A dimensão do gênero 20
2.3. Desenvolvimento e empoderamento das mulheres 29
2.3.1 Empoderamento de mulheres no âmbito das Nações Unidas e das agências internacionais de desenvolvimento 31
2.3.2 Perspectivas críticas e feministas 36

3 O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA: MULHERES E GÊNERO NOS GOVERNOS DA BOLÍVIA E DO EQUADOR 42
3.1. O Bem Viver como alternativa 42
3.2. Bem Viver e gênero 48
3.3. O Bem Viver como projeto político: Bolívia e Equador 52
3.3.1. Mulheres e Gênero no governo da Bolívia e do Equador 54

4 EMPODERAMENTO DE MULHERES NA BOLÍVIA E NO EQUADOR 64
4.1. Categorias de análise 65
4.2. Políticas para o empoderamento das mulheres na Bolívia 67
4.2.1 Participação econômica 67
4.2.2 Participação política 71
4.2.3 Educação 75
4.2.4 Violência contra as mulheres 76
4.2.5 Direitos sexuais e reprodutivos 79
4.2.6 Despatriarcalização 81
4.3. Políticas para o empoderamento das mulheres no Equador 82
4.3.1 Participação econômica 82
4.3.2 Participação política 87
4.3.3 Educação 91
4.3.4 Violência contra as mulheres 94
4.3.5 Direitos sexuais e reprodutivos 97
4.4. Bem Viver como alternativa (para as mulheres)? 99

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 109

1 INTRODUÇÃO

O conceito contemporâneo de desenvolvimento tem suas origens na década de 1940, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, a partir da ideia de um programa para "espalhar os benefícios" do progresso científico e industrial. O desenvolvimento foi apresentado então como progresso linear e em contraposição ao "subdesenvolvimento", categoria na qual dois terços dos países foram incluídos. Dessa forma, estes países deveriam aplicar certas políticas e indicadores para superar a situação de "subdesenvolvido" e alcançar a condição de "desenvolvido". Desde a década de 1960, começaram a surgir perspectivas críticas em relação à ideia de desenvolvimento como um progresso linear. O conceito foi sendo modificado e também ampliado para envolver outras questões como, por exemplo, preocupações sociais e ambientais (MOMSEN, 2004).

Dentre os temas que foram gradualmente incorporados à agenda do desenvolvimento estão a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Os primeiros debates que exploravam as dinâmicas existentes entre mulheres e desenvolvimento surgiram na década de 1970 e desde então estas temáticas continuam em evidência. Os movimentos de mulheres, as ativistas feministas e a Organização das Nações Unidas (ONU) tiveram um papel fundamental na inserção e disseminação das questões de gênero nestas discussões, e surgiram diferentes abordagens para trabalhar com a dinâmica existente entre mulheres e desenvolvimento (MOMSEN, 2004).

Atualmente, quase a totalidade das agências internacionais de desenvolvimento afirma a importância de se transversalizar a perspectiva de gênero no planejamento e na implementação de políticas, além de utilizar políticas para o empoderamento das mulheres como estratégia para o desenvolvimento. Apesar disso, o termo "empoderamento das mulheres" quase nunca é conceituado e parece ser esvaziado de seu significado político. Assim, as políticas voltadas para o empoderamento das mulheres muitas vezes acabam por reforçar papéis de gênero que são prejudiciais para as mulheres ou por apresentar um foco exclusivo no empoderamento econômico, resultando em mulheres que são mal remuneradas em prol da promoção de um crescimento econômico que não as beneficia de maneira significativa. Assim, essa concepção do empoderamento das mulheres das agências internacionais de desenvolvimento se afasta da proposta de empoderamento formulada pelas autoras feministas da década de 1980, que incluem o elemento fundamental do questionamento e alteração das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que promovem e perpetuam as desigualdades de gênero (CHANT; SWEETMAN, 2012).

No âmbito das agências internacionais de desenvolvimento, o empoderamento das mulheres é avaliado e medido a partir de três dimensões: a participação econômica, a participação política e a educação. Em cada uma dessas dimensões, existem elementos que contribuem para o empoderamento das mulheres, mas não são levados em consideração. Além disso, existem outras dimensões, como a violência contra as mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos que são fundamentais para a preservação da vida, proteção da integridade corporal e empoderamento das mulheres, mas não são utilizadas pelas agências para monitorar e medir o empoderamento (CALVÈS, 2009).

O Bem Viver é uma perspectiva que rompe de forma radical com a concepção convencional e ocidental de desenvolvimento, fugindo da lógica de acumulação de capital e crescimento econômico. Isso não significa, necessariamente, que as políticas para o empoderamento das mulheres implementadas neste âmbito não apresentem problemas semelhantes àqueles das políticas executadas pelas agências internacionais de desenvolvimento. Como uma proposta ainda recente, as dinâmicas entre as ideias do Bem Viver e as questões de igualdade de gênero ainda são pouco exploradas, e um dos desafios que essa alternativa enfrenta consiste em conseguir abarcar perspectivas provenientes de mulheres que são muito diversas. (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; AGREDA, 2012).

Neste sentido, a pergunta que orienta este trabalho é: **Em que medida as políticas para o empoderamento das mulheres formuladas e implementadas pela Bolívia e Equador, no âmbito do projeto político do Bem Viver, se diferenciam da ideia de empoderamento das agências internacionais de desenvolvimento, no âmbito do desenvolvimento em sua acepção convencional?**

Foi trabalhada a hipótese de que as políticas para o empoderamento das mulheres desenhadas e executadas no âmbito do Bem Viver se aproximam da ideia de empoderamento das mulheres das agências internacionais de desenvolvimento, na medida em que o Bem Viver, apesar de capaz de formular o empoderamento das mulheres a partir do questionamento das estruturas de subordinação das mulheres, não consegue operacionalizar essa concepção de empoderamento em grande parte das políticas públicas implementadas. Como consequência, mesmo que os planos nacionais de desenvolvimento da Bolívia e do Equador abordem as questões de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres levando em consideração as estruturas patriarcais e discriminatórias, e formulem planos de ação para alterá-las, são poucas as políticas voltadas para as mulheres que realmente envolvem aspectos

que podem auxiliar as mulheres a questionar e desafiar as estruturas sociais, culturais e políticas que são discriminatórias em relação ao gênero.

Para responder a pergunta apresentada anteriormente, no primeiro capítulo foi discutida a incorporação da dimensão de gênero e da ideia de empoderamento das mulheres nos debates do desenvolvimento e na agenda das agências internacionais de desenvolvimento. Também foi apresentada a formulação do conceito de empoderamento das mulheres pelas autoras feministas da área de gênero e desenvolvimento, identificando os problemas da perspectiva de empoderamento utilizada pelas agências internacionais. Foram identificadas as dimensões comumente associadas ao empoderamento das mulheres por estas agências e os elementos geralmente utilizados como indicadores, e foram sugeridos outros elementos que devem ser considerados para que o empoderamento não perca seu caráter de processo transformativo.

No segundo capítulo foi apresentada a proposta do Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento convencional e ocidental, bem como as divergências apresentadas por diferentes grupos no que diz respeito à dimensão de gênero no âmbito do Bem Viver. Na sequência, foi analisado o conteúdo referente à igualdade de gênero e direitos das mulheres nas novas Constituições da Bolívia e do Equador, bem como em seus planos de desenvolvimento e documentos voltados especificamente para as mulheres. O terceiro capítulo apresentou o estudo de caso da implementação das políticas de empoderamento das mulheres pela Bolívia e pelo Equador. Foram analisadas as normativas, políticas e programas implementados por estes governos no âmbito das cinco dimensões identificadas no primeiro capítulo, a fim de responder o questionamento que guiou a pesquisa. Por fim, foram apresentadas as considerações finais, resultado da realização deste trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES

O presente capítulo tem como objetivo discutir a incorporação da dimensão de gênero e da temática do empoderamento das mulheres nas teorias do desenvolvimento e na agenda das agências internacionais de desenvolvimento. Para isso, primeiramente foi realizada uma breve exposição da evolução da ideia de desenvolvimento no decorrer das últimas décadas, bem como da transformação do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas e das agências internacionais de desenvolvimento. Em seguida foi apresentado o processo de incorporação da dimensão de gênero nos debates de desenvolvimento, o surgimento de diferentes abordagens sobre gênero e desenvolvimento e o que estas diferentes perspectivas significou para a atuação das agências internacionais de desenvolvimento. Por fim, foi debatida a incorporação da ideia de empoderamento das mulheres nos debates do desenvolvimento e no trabalho das agências de desenvolvimento, bem como as perspectivas críticas feministas acerca da forma como esta incorporação ocorreu.

2.1. A evolução da idéia de desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento como crescimento econômico e progresso linear surgiu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, em um contexto de reconstrução da Europa. O desenvolvimento foi concebido como um processo através do qual países considerados primitivos, subdesenvolvidos ou de Terceiro Mundo seriam transformados em nações modernas, desenvolvidas ou de Primeiro Mundo. O objetivo era que todos os países seguissem o exemplo dos países desenvolvidos e, consequentemente, pudessem alcançar o crescimento econômico e superar problemas (REDDOCK, 2000).

No início da década de 1950, economistas teorizaram sobre os estágios ou etapas do desenvolvimento pelas qual os países deveriam passar a fim de se tornarem desenvolvidos (subdesenvolvido → em desenvolvimento → desenvolvido). Essas etapas, além de ignorarem as diferenças existentes entre os Estados colocados na categoria “Terceiro Mundo”, utilizavam a experiência dos países ocidentais industrializados como modelo a ser seguido. Até este período, as abordagens do desenvolvimento igualavam desenvolvimento ou modernidade com industrialização (REDDOCK, 2000).

Essas abordagens aceitavam, em certa medida, a noção de uma superioridade das metrópoles em relação às colônias, uma vez que os aspectos econômicos, sociais e culturais das sociedades não ocidentais eram menosprezados. Essas teorias impulsionaram algumas

convicções, entre elas a do papel central do Estado no que diz respeito às políticas e estratégias de desenvolvimento e a da capacidade dos investimentos e ajuda internacional em afastar as economias de suas bases tradicionais em direção à industrialização (REDDOCK, 2000).

A compreensão do desenvolvimento majoritariamente como crescimento econômico estendeu-se durante a década de 1960. De acordo com a teoria da modernização, predominante neste período, a estratégias de desenvolvimento dos países "modernos" deveriam ser reproduzidas pelos demais, que poderiam esperar resultados similares aos destes países (tradicional → transição → moderno). Esta abordagem supôs que a riqueza gerada neste processo (pelas indústrias, grandes empresários e investimentos do Estado) chegaria até a população mais pobre através do efeito *trickle-down.*ou efeito de gotejamento/cascata (REDDOCK, 2000).

A abordagem da modernização foi fortemente criticada durante a década de 1970, quando ficou claro que o efeito *trickle-down* não aconteceu tão automaticamente quanto esperado. Acadêmicos e economistas da América Latina questionaram o suposto sucesso dos países desenvolvidos, que apenas foi alcançado através da exploração sistemática dos recursos naturais dos países de Terceiro Mundo; dando origem à perspectiva que ficou conhecida como da teoria da dependência. A abordagem da modernização também foi questionada pelo estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e pela teoria do sistema-mundo (ROWLANDS, 1997).

As abordagens dominantes na década de 1980, por sua vez, foram influenciadas pelo pensamento econômico liberal. Neste sentido, o desenvolvimento era visto como uma responsabilidade de empresas privadas, o Estado tinha um papel facilitador na economia e o mercado era o ator principal no que diz respeito à tomada de decisão. Esse pensamento foi fortalecido pelas condições aos empréstimos oferecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial) (ROWLANDS, 1997; REDDOCK, 2000).

Este período foi marcado pelo forte impacto da crise da América Latina, em parte devido às grandes dívidas internacionais e às crises do petróleo. Neste contexto, os chamados Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) foram incentivados como forma de gerar renda para o pagamento das dívidas (REDDOCK, 2000). Estas políticas neoliberais, no entanto, resultaram em graves consequências, especialmente para a população mais vulnerável (ROWLANDS, 1997). O aumento da pobreza e da disparidade entre os países subdesenvolvidos e

desenvolvidos contribuiu para que alguns autores propusessem um desenvolvimento mais centrado em direitos e necessidades básicas (EYBEN, 2015).

Dessa forma, a década de 1990 foi marcada pelo surgimento de algumas abordagens de desenvolvimento mais "humanizadas" e a tentativa de incorporar na agenda do desenvolvimento questões não apenas econômicas. É possível destacar, durante este período, a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o conceito de desenvolvimento como liberdade, elaborado por Amartya Sen (1999), recebido com grande entusiasmo no âmbito dos debates do desenvolvimento. Esta mudança nas abordagens de desenvolvimento resultou em uma nova ênfase no papel do Estado, mas também um maior interesse no papel das Organizações Não Governamentais como agentes do desenvolvimento (ROWLANDS, 1997).

Além das novas questões que foram incorporadas nos debates do desenvolvimento, como a redução da pobreza e as necessidades básicas, também surgiram novas propostas teóricas. Perspectivas como o pós-desenvolvimento, sustentabilidade, pós-modernismo, pós-colonialismo e indígenas apresentaram questionamentos e críticas para os debates. Apesar da grande variedade de perspectivas no âmbito dos debates do desenvolvimento, é possível observar que a prática do desenvolvimento continua a ocorrer em grande medida dentro de uma lógica ocidental e de crescimento econômico (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Também é possível observar a evolução da ideia de desenvolvimento no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Durante as décadas de 1940 e 1950, a concepção de desenvolvimento da Organização apontava para um papel determinante dos Estados para a promoção da industrialização. Neste período a ONU deu início a ações voltadas para orientar os países-membros e oferecer suporte no que diz respeito ao desenvolvimento econômico (JOLLY *et al.*, 2004).

A ONU estabeleceu a década de 1960 como a Década do Desenvolvimento das Nações Unidas, como intuito de promover a redução das disparidades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Através da cooperação econômica internacional, a Organização fortaleceu e incentivou medidas para o crescimento das economias nacionais e aceleração do desenvolvimento; além disso, estabeleceu uma meta de 5% de crescimento anual para os países subdesenvolvidos (UN GENERAL ASSEMBLY, 1961).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi criado no ano de 1965, unindo em uma única entidade dois órgãos em funcionamento até então, o Fundo Especial das Nações Unidas e o Programa Estendido de Cooperação Técnica (UN GENERAL ASSEMBLY, 1965). O PNUD tornou-se o principal órgão das Nações Unidas no que

concerne as questões de desenvolvimento, responsável por trabalhar em conjunto com um grande número de Estados para que estes consigam alcançar os objetivos do desenvolvimento (JOLLY *et al.*, 2004).

Na década de 1970 os resultados da Primeira Década do Desenvolvimento foram revisados. Um dos problemas identificados foi o de que, ainda que alguns países tenham alcançado as metas de crescimento estabelecidas, isso não necessariamente resultou na melhoria das condições de vida da população dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. A ONU estabeleceu então a Segunda Década do Desenvolvimento, que além de questões relacionadas ao crescimento econômico e progresso, também incorporou um foco nas necessidades humanas básicas. De acordo com a resolução da Assembleia Geral que estabeleceu a Segunda Década do Desenvolvimento "o objetivo final do desenvolvimento é proporcionar oportunidades crescentes para todas as pessoas para uma vida melhor" (UN GENERAL ASSEMBLY, p. 3, 1965, tradução nossa[1]). As estratégias para este período incluíram uma meta de crescimento anual de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) para os países em desenvolvimento, mas também incluiu temas como empregos, saúde, educação, habitação e proteção do meio ambiente (JOLLY *et al.*, 2004; UN GENERAL ASSEMBLY, 1965).

As concepções, estratégias e políticas de desenvolvimento da década de 1980 foram fortemente impactadas pela crise da dívida e pelo aumento da preponderância das ideias neoliberais. Durante este período, a atuação da Organização das Nações Unidas consistiu principalmente em assinalar as consequências negativas tanto econômicas (em termos de crescimento) quanto sociais das políticas estabelecidas pelo FMI e pelo Banco Mundial (JOLLY *et al.*, 2004).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento passou por reformas na década de 1990, período marcado pela concepção do desenvolvimento como desenvolvimento humano sustentável e pela publicação dos Relatórios de Desenvolvimento Humano pelo PNUD. O Relatório de Desenvolvimento Humano é um documento, resultado de um estudo independente, que passou a ser publicado anualmente pelo PNUD a partir do ano de 1990. O primeiro Relatório estabelece o objetivo do desenvolvimento como a criação de um ambiente que permita que a população tenha uma vida longa, saudável e feliz. O documento também apresenta a roposta do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado a partir da longevidade, conhecimento e padrão de vida.

[1] "The ultimate purpose of development is to provide increasing opportunities to all people for a better life".

Nos anos 2000 a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito objetivos do desenvolvimento internacional que incluíram temas como a erradicação da pobreza e a sustentabilidade ambiental. Em 2015, após a avaliação e revisão dos avanços alcançados nestes objetivos, foram estabelecidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de 17 objetivos para o desenvolvimento que inclui questões como a redução das desigualdades, igualdade de gênero e energia limpa. Ambas as plataformas foram amplamente adotadas pelos países-membros da Organização (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2010; PNUD BRASIL, 2019).

2.2. A dimensão do gênero

Até a publicação do livro "Women's Role in Economic Development", por Ester Boserup, as mulheres quase nunca eram consideradas unidade separada de análise na literatura referente ao tema do desenvolvimento. Presumia-se que o processo de desenvolvimento afetasse mulheres e homens da mesma forma. Nesta obra, a autora pesquisou os efeitos dos programas de desenvolvimento no status da mulher em países de economia agrária, utilizando o gênero como uma variável em sua análise, e descobriu que a maioria destes projetos ignorava as mulheres e/ou diminuía as oportunidades econômicas e autonomia destas (RATHGEBER, 1990; MOMSEN, 2009; PARPART *et al*., 2000).

A partir desta publicação, as relações entre o desenvolvimento e as mulheres passaram a ser questionadas com maior frequência e subsequentes pesquisas sobre mulheres, especialmente nos países em desenvolvimento, continuaram a questionar e desafiar alguns pressupostos do desenvolvimento internacional. Estas pesquisas incorporaram aos estudos sobre o desenvolvimento uma dimensão de gênero e, em conjunto coma atuação de ativistas, feministas e acadêmicas nas agências internacionais de desenvolvimento, possibilitaram o surgimento de novas perspectivas e políticas voltadas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. (RATHGEBER, 1990; MOMSEN, 2009; EYBEN, 2015).

Desde então, surgiram diferentes abordagens sobre as relações entre as mulheres, gênero e desenvolvimento, relacionadas a diferentes teorias de desenvolvimento e perspectivas teóricas do campo das ciências sociais, entre elas: (1) Mulheres no Desenvolvimento, (2) Mulheres e desenvolvimento e (3) Gênero e Desenvolvimento. Além disso, a variável gênero foi gradativamente incorporada na estrutura institucional e nas políticas das agências internacionais de desenvolvimento (RATHGEBER, 1990).

A abordagem (1) Mulheres no Desenvolvimento (WID, na sigla em inglês) surgiu no início da década de 1970, após a publicação do livro de Ester Boserup. O termo, ainda como um conjunto de preocupações não muito organizado, começou a ser utilizados por feministas liberais estadunidenses para advogar para que as evidências apresentadas pela autora chegassem à consideração dos formuladores de política e mudanças legais e administrativas fossem realizadas para garantir uma melhor integração das mulheres à economia (RATHGEBER, 1990).

Esta perspectiva tem grande ligação com teorias feministas liberais e com a teoria da modernização, que dominou os estudos do desenvolvimento entre as décadas de 1950 e 1960, mas logo foi foco de muitas críticas e questionamentos. A abordagem Mulheres no Desenvolvimento parte do reconhecimento de que as mulheres vivenciam o desenvolvimento e as mudanças sociais atreladas a ele de forma diferente dos homens, o que levou à necessidade de as pesquisas especificamente nas experiências destas (RATHGEBER, 1990).

Até então, as políticas de desenvolvimento voltadas para as mulheres se limitavam ao papel destas com esposas e mães e possuíam foco na redução da fertilidade e na saúde da mãe e da criança. Entendia-se que as políticas macroeconômicas para o crescimento beneficiavam automaticamente os pobres e que as mulheres se beneficiavam da melhora na condição econômica de seus maridos, mas estudos sobre a dimensão do gênero demonstraram que as mulheres nem sempre se beneficiavam de um aumento na renda do chefe da família. Dessa forma, a maior parte das políticas orientadas por esta abordagem neste período foram projetos de geração de renda para mulheres (MOMSEN, 2009).

A aplicação da abordagem WID consistia, portanto, em levar as mulheres em consideração no planejamento e implementação das políticas de desenvolvimento, de forma que elas também possam fazer parte do desenvolvimento econômico, social e político. Esta perspectiva, que também é conhecida como abordagem da equidade, contribuiu para uma melhor compreensão acerca das necessidades das mulheres no que concerne o desenvolvimento e para o reconhecimento de que as mulheres deveriam ser incluídas nos nesses programas (EYBEN, 2015).

A cooperação internacional para o desenvolvimento (também denominada ajuda internacional) ocorre principalmente a partir de doações de agências governamentais, através de organizações multilaterais ou agências da ONU que, por sua vez, financiam governos e Organizações Não Governamentais dos países beneficiários. É importante ressaltar também que a cooperação internacional para o desenvolvimento não se limita a movimentações financeiras, uma vez que esta também compreende fluxos de ideias, práticas e valores. Dessa

forma, os atores e as instituições desta cooperação podem ser aliados para a promoção da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres no âmbito do desenvolvimento internacional (EYBEN, 2015).

Mulheres envolvidas com as questões de desenvolvimento nos Estados Unidos fizeram lobby com o intuito de influenciar as políticas da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Em 1973 o Congresso estadunidense aprovou a *Percy Amendment*, uma emenda ao *US Foreign Assistance Act*[2],que abordou o papel das mulheres no processo de desenvolvimento e determinou estudos sensíveis em termos de gênero para todos os projetos de desenvolvimento da agência, a fim de fortalecer a inclusão das mulheres nas economias nacionais de países em desenvolvimento. Este documento foi utilizado como modelo pelas agências da ONU e agências internacionais de desenvolvimento para a integração das mulheres no processo do desenvolvimento (PARPART *et al*., 2000; EYBEN, 2015).

O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD, na sigla em inglês), órgão que reúne os Estados-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)[3] para a discussão de práticas e políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento, realizou no ano 1975 a primeira reunião sobre a integração das mulheres no processo de desenvolvimento, com a participação de especialistas da WID de agências governamentais (OCDE, 2006; EYBEN, 2015).

A emergência dos movimentos de mulheres na Europa ocidental e América do Norte, a realização da I Conferência Mundial sobre as Mulheres e o estabelecimento do Ano Internacional da Mulher (1975) e da Década Internacional da Mulher (1976-1985) pela Organização das Nações Unidas também contribuíram para a difusão da perspectiva WID. O plano de ação da I Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na Cidade do México em 1975 com o tema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", estabeleceu como objetivo a integração das mulheres no processo de desenvolvimento, o que contribuiu para que muitos países criassem ministérios de mulheres e para a institucionalização das políticas orientadas por essa abordagem em governos e agências de assistência (MOMSEN, 2009; PARPART *et al*., 2000).

---

[2]O *US Foreign Assistance Act*, assinado em 1961, unificou diferentes órgãos e programas e de ajuda internacional estadunidenses existentes até então ao estabelecer a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A USAID tornou-se responsável pelos programas voltados para a promoção do desenvolvimento econômico e social internacionalmente (USAID, 2019).

[3]A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi estabelecida no ano de 1948 para administrar os recursos destinados à reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial. A partir de década de 1960, a cooperação e a assistência internacional para políticas de desenvolvimento passou a ser uma das funções da Organização (OCDE, 2019; OLIVEIRA, 2016).

No ano seguinte a ONU estabeleceu o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), um fundo para a assistência de projetos para a promoção de direitos das mulheres, um mandato semelhante à atuação de unidades WID que operavam em outras agências da Organização. Dentro de um período de 10 anos, a maior parte dos países-membros da ONU estabeleceu algum mecanismo institucional para a integração das mulheres no planejamento de políticas (EYBEN, 2015; SPINDEL; LEVY; CONNOR, 2000). Avanços também ocorreram no âmbito das agências internacionais de assistência, algumas criaram escritórios específicos para a temática "Mulheres no Desenvolvimento", voltados para o treinamento de funcionários e o desenvolvimento de políticas. Apesar dos avanços, também existiu resistência à difusão dessa perspectiva no âmbito das agências de assistência (PARPART *et al*., 2000).

Essa perspectiva possui algumas limitações. É importante ressaltar que a WID surge a partir de uma aceitação das estruturas sociais existentes, de forma que esta abordagem não se preocupa em investigar porque as mulheres se beneficiaram menos com as políticas de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960, mas sim em como melhor *integrar* as mulheres nestas iniciativas, que continuaram a se basear na modernização e no desenvolvimento como um progresso linear. As razões da opressão e subordinação das mulheres não foram questionadas nesta abordagem e os impactos das desigualdades globais e de variáveis como classe e raça na vida das mulheres não foram levados em consideração. Além disso, a preocupação com o papel produtivo das mulheres no desenvolvimento geralmente ignorava o trabalho doméstico. As principais críticas recebidas pela WID dizem respeito à tendência em tratar as mulheres de forma isolada e como um grupo homogêneo, além de instrumentalizar as mulheres, utilizando-as como um recurso para alcançar os objetivos do desenvolvimento (RATHGEBER, 1990; RAZIVI; MILLER, 1995; ROWLANDS, 1997).

A abordagem (2) Mulheres e Desenvolvimento (WAD) surgiu na segunda metade da década de 1970, influenciada pelo feminismo neomarxista, pela teoria da dependência e por questionamentos acerca das limitações da teoria da modernização. Esta perspectiva argumenta que as mulheres sempre foram atores econômicos importantes, seja no trabalho realizado dentro ou fora do âmbito doméstico, destacando as especificidades do trabalho, conhecimento, responsabilidades e objetivos das mulheres, de forma a reconhecer o papel distinto que as mulheres sempre desempenharam no processo de desenvolvimento. Neste sentido, focar apenas na inclusão das mulheres nas iniciativas apenas ajuda a reproduzir e reforçar as estruturas discriminatórias já existentes (RATHGEBER, 1990; PARPART *et al*., 2000).

Esta perspectiva, portanto, não está interessada em estratégias para integrar as mulheres ao processo de desenvolvimento. Há um maior foco na relação entre estes processos e as mulheres, a partir do reconhecimento e de uma maior atenção ao impacto da classe nessa relação. Os questionamentos levantados pelos autores da abordagem WAD apresentam uma maior preocupação com o status ou posição das mulheres na sociedade, mas essa condição é considerada especialmente no âmbito das desigualdades de classe e desigualdades internacionais (RATHGEBER, 1990).

Estes questionamentos estiveram presentes da II Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na cidade de Copenhague em 1980, em uma significativa tensão entre feministas do Norte Global e do Sul Global. Para as ativistas do Sul Global, o feminismo também compreende a luta pela libertação do neocolonialismo e por uma nova ordem econômica mundial, uma vez que o patriarcado não era visto como a maior ou a única fonte de opressão das mulheres. Assim, existia uma percepção de que a cooperação internacional para o desenvolvimento era utilizada como ferramenta para que as mulheres do Norte Global pudessem determinar as necessidades das mulheres do Sul Global, uma percepção que foi reforçada pela crescente institucionalização da abordagem WID nas agências internacionais de desenvolvimento. Após a II Conferência foi criado formalmente um Grupo de Expertos WID no âmbito do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (EYBEN, 2015).

Os esforços para disseminação das ideias da abordagem WAD foram direcionados tanto para tornar governos e agências de assistência mais conscientes em relação às necessidades das mulheres como para o fortalecimento do vínculo entre mulheres a partir de grupos e redes locais. Este foi um ponto de debate entre os teóricos e ativistas desta perspectiva, uma vez que a integração nas principais agências e programas tinha como consequência a possibilidade da dominação por interesses patriarcais, enquanto a opção por esforços autônomos voltados para as mulheres poderiam levar à marginalização e financiamento inadequado, em decorrência da pequena escala dessas iniciativas (PARPART *et al*., 2000).

A WAD apresenta um contraponto importante ao questionar a ideia de que os Estados, estrutura patriarcal dominada por homens, poderiam e deveriam ser utilizados para diminuir as desigualdades de gênero. Este ponto é ao mesmo tempo uma de suas limitações. Apesar dos avanços alcançados no que diz respeito à conscientização sobre as necessidades das mulheres, o foco em organizações exclusivamente de mulheres contribuiu para a marginalização e a pequena escala das políticas orientadas por esta perspectiva. Além disso, a especial atenção atribuída às desigualdades internacionais e de classe implica que o status das

mulheres melhoraria na medida em que as estruturas internacionais se tornassem mais equitativas. As críticas recebidas pela WAD incluem a suposição de que as soluções para problemas enfrentados pelas mulheres globalmente poderiam ser encontradas a partir da experiência de um grupo específico e a tendência em ver as mulheres como grupo homogêneo, minimizando as diferenças entre as mulheres, em especial as raciais e étnicas (PARPART *et al*., 2000; RATHGEBER, 1990).

A abordagem (3) Gênero e Desenvolvimento (GAD) surgiu na década de 1980e possui suas raízes teóricas no feminismo socialista. O foco não é a mulher *per se*, mas sim a construção social dos papéis de gênero distintos para mulheres e homens, uma vez que as mulheres são profundamente afetadas pela natureza patriarcal da sociedade, seja no nível nacional, da comunidade ou do lar. Além disso, seu status nesta sociedade também é influenciado por suas condições materiais de vida, bem como por sua posição na economia. Essas estruturas patriarcais e condições materiais são estabelecidas e perpetuadas pelas normas e valores que determinam os papéis das mulheres e dos homens em cada sociedade. O foco, portanto, reside na relação entre mulheres e homens, e não nas mulheres apenas. Em adição, essa perspectiva também destaca as relações entre gênero, classe e raça, visto que a opressão sofrida pelas mulheres varia de acordo com sua classe, raça, histórico colonial, cultura e posição na ordem econômica global (PARPART *et al*., 2000; RATHGEBER, 1990).

A GAD reconhece que as políticas e práticas de desenvolvimento têm um impacto diferente em homens e mulheres e estas não são consideradas apenas recebedoras da assistência das políticas de desenvolvimento, mas sim agentes deste processo. As estratégias nessa perspectiva são divididas em duas frentes, os interesses práticos e os interesses estratégicos relacionados ao gênero. O primeiro consiste nas necessidades práticas percebidas de forma imediata, ou seja, o fornecimento de abrigo, educação, saúde, entre outros. O último diz respeito a mudanças nas estruturas de gênero, classe e raça que determinam o status das mulheres em cada sociedade. Assim, a partir desta perspectiva é possível identificar quais políticas e projetos serão capazes tanto de atender as necessidades práticas de curto-prazo como de auxiliar na alteração das estruturas que subordinam as mulheres (PARPART *et al*., 2000).

A III Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Nairóbi em 1985, foi marcada pela atuação das Organizações Não Governamentais, que realizaram um fórum paralelo à Conferência oficial. Além disso, as ativistas do Sul Global chegaram ao evento com uma plataforma previamente debatida e determinada, com foco no impacto das crises globais na situação das mulheres, em especial das mulheres pobres dos chamados países

subdesenvolvidos. Esta iniciativa, que posteriormente deu origem à rede *Development Alternatives for Women in a New Era (DAWN)* foi apresentada na Conferência para dar ênfase na necessidade de políticas alternativas de desenvolvimento (EYBEN, 2015; DAWN, 2019).

As tensões que caracterizaram a II Conferência não desapareceram, mas algumas autoras apontam a existência de uma maior abertura para a presença de feminismos diversos, em conjunto com uma preocupação compartilhada de que o desenvolvimento não estava funcionando para as mulheres (ÇAGĂTAY; GROWN; SANTIAGO, 1986). Ainda que o Grupo de Expertos WID do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE tenha respondido positivamente à plataforma apresentada pelas ativistas do Sul Global na Conferência em Nairóbi, os assessores e consultores WID não foram capazes de promover essa agenda nem influenciar as políticas de suas respectivas agências nesta direção (EYBEN, 2015).

A abordagem Gênero e Desenvolvimento (GAD) vai além das abordagens Mulheres no Desenvolvimento (WID) e Mulheres e desenvolvimento (WAD) no que diz respeito a questionar as estruturas sociais, econômicas e políticas. Uma vez que integrar esta perspectiva nas políticas e programas de desenvolvimento requer certo comprometimento com mudanças em estruturas, instituições e balanças de poder existentes, um comprometimento difícil de ser encontrado em agências de desenvolvimento, esse ponto também pode ser considerado uma das limitações dessa perspectiva (RATHGEBER, 1990).

O período anterior à realização da seguinte Conferência Mundial sobre as Mulheres foi marcado por um clima favorável, influenciado pelo fim da Guerra Fria e pelo reconhecimento, na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de 1993 em Viena, dos direitos das mulheres como direitos humanos. Durante a preparação para a Conferência, o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento financiou a participação de membros da sociedade civil do Sul Global no evento e incentivou o financiamento de atividades preparatórias nestes países. Além disso, o Grupo de Expertos WID do Comitê enviou um representante para a reunião de elaboração do Plano de Ação que posteriormente foi adotado durante a Conferência (EYBEN, 2015).

A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres foi realizada em Pequim no ano de 1995. O evento foi marcado por um debate acerca do significado do termo gênero, uma vez que existia a preocupação, por parte de algumas ativistas, de que as agências de desenvolvimento utilizassem o termo de forma despolitizada, retirando deste qualquer aspecto relativo às estruturas e padrões de subordinação das mulheres. Um dos avanços significativos da Conferência foi a formulação de uma Plataforma de Ação que, além de incorporar o termo

gênero, propôs o *gender mainstreaming*, ou seja, a transversalização de uma perspectiva de gênero nas agendas e nas políticas das agências e programas da ONU. Também no ano de 1995 a igualdade de gênero foi o tema do Relatório do Desenvolvimento Humano, documento publicado anualmente pelo PNUD (EYBEN, 2015).

Os governos e as agências internacionais de assistência e desenvolvimento (tanto agências do âmbito das Nações Unidas quando agências bilaterais) em grande parte consolidaram políticas e atividades orientadas pela abordagem Mulheres no Desenvolvimento (WID). Por outro lado, a perspectiva Gênero e Desenvolvimento (GAD) passou a moldar cada vez mais os projetos de ONGs feministas, ainda que outras perspectivas continuassem a influenciar as atividades do setor (PARPART *et al*., 2000).

Como previsto por ativistas e consultores de gênero na Conferência de Pequim, a transversalização da perspectiva de gênero não aconteceu da forma planejada, uma vez que as implicações políticas do termo foram minimizadas. Em alguns casos, políticas e programas orientados pela WID passaram a adotar termos da perspectiva GAD, mesmo sem incluir o questionamento das estruturas patriarcais, aspecto fundamental da GAD. Deste modo, até o fim da década de 1990, as diferentes abordagens relacionadas à dimensão de gênero no processo de desenvolvimento se mesclaram na abordagem Gênero e Desenvolvimento (GAD). É importante ressaltar, porém, que isso ocorreu em detrimento de um afastamento da formulação original da abordagem, sendo possível observar que o termo gênero em muitos casos foi utilizado como sinônimo de mulher (MOMSEN, 2009; PARPART *et al*., 2000).

Assim, estes termos deixaram de permitir a identificação clara das premissas que orientam as políticas de desenvolvimento, sendo necessário analisar de forma mais detalhada o conteúdo delas. Além disso, as abordagens sobre gênero e desenvolvimento continuaram a evoluir e novas perspectivas surgiram. Outro desafio foi uma crescente reação conservadora, por parte de grupos conservadores da sociedade civil, países Islâmicos e Vaticano, contrária à própria noção de igualdade de gênero. Este foi um fator determinante para impedir a realização de uma V Conferência no ano de 2005 (MOMSEN, 2009; PARPART *et al*., 2000; EYBEN, 2015).

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o terceiro "Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres[4]", estabeleceu um foco na área da educação, como o objetivo de eliminar as disparidades de gênero na educação. (NAÇÕES UNIDAS

[4] Tradução do inglês "Promote gender equality and empower women". As páginas oficiais das Nações Unidas em português traduziram o objetivo 3 como "Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres" (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2010).

BRASIL, 2010). Este ODM abordou questões de grande importância como o acesso à educação, a participação política e a mortalidade materna, mas deixou de fora temas relevantes como os direitos reprodutivos e sexuais e o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres (ABELENDA, 2014).

Com o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o foco na redução da pobreza, os fluxos das agências de desenvolvimento e ajuda internacionais que estavam em declínio após o fim da Guerra Fria voltaram a crescer. Ao mesmo tempo, também houve um aumento da busca por uma eficiência dos gastos, a partir da incorporação das políticas financiadas nos orçamentos nacionais (fortalecendo a apropriação das políticas pelos países receptores de financiamento) e de uma ênfase em resultados mensuráveis (EYBEN, 2015).

No que concerne o aspecto da igualdade de gênero, após a Conferência de Pequim grande parte das agências internacionais de desenvolvimento adotou uma estratégia dupla, adotando os objetivos de igualdade de gênero nas políticas financiadas no âmbito estatal ao mesmo tempo em que também financiavam iniciativas de menor alcance por parte de grupos da sociedade civil. O foco na apropriação das políticas por parte dos países receptores de financiamento possibilitou que países indiferentes à igualdade de gênero retirassem este aspecto de suas agendas e políticas de desenvolvimento. O foco em resultados mensuráveis e de curto prazo e a redução de fundos para as iniciativas de menor escala da sociedade civil prejudicaram as organizações e ativistas que trabalhavam para mudanças sociais e políticas de longo prazo relativas à igualdade de gênero (EYBEN, 2015; MUKHOPADHYAY *et al.*, 2011).

No decorrer da década de 2000, a situação foi se modificando novamente. Reflexões e revisões do processo de implementação da Declaração de Pequim e respectiva Plataforma de Ação após uma década da Conferência incentivaram mudanças nas agências de desenvolvimento e mais fundos para iniciativas de menor escala da sociedade civil. Enquanto na primeira metade da década de 2000 houve redução no financiamento, o orçamento voltado para a igualdade de gênero cresceu novamente na segunda metade da década (EYBEN, 2015).

Apesar dos avanços, esse mesmo período marcou uma mudança do discurso das agências de desenvolvimento internacional, ocorreu uma mudança de uma ênfase em direitos para uma abordagem de igualdade de gênero mais focada na eficiência (EYBEN, 2015). A publicação “Fortalecendo a participação das mulheres no desenvolvimento econômico” do Banco Mundial (1994), além de uma seção intitulada “As recompensas para investir em mulheres”, afirmou que o investimento nas mulheres é essencial para a redução da pobreza e

"[...] acelera o desenvolvimento econômico, aumentando a produtividade e promovendo o uso mais eficiente dos recursos" (WORLD BANK, 1994, p. 22, tradução nossa[5]).

Em 2006 o Banco Mundial publicou seu plano de ação, nomeado "Igualdade de gênero como economia inteligente". As agências de desenvolvimento e governos também adotaram esse foco da igualdade de gênero como um objetivo economicamente justificável, um caso de negócios. A partir de 2010 o Banco Mundial adota um discurso voltado para os direitos, colocando a igualdade de gênero como um fim em si mesmo, mas a linguagem relacionada à "economia inteligente" permanece (CHANT; SWEETMAN, 2012).

2.3. Desenvolvimento e empoderamento das mulheres

O termo empoderamento é utilizado em diferentes campos de conhecimento, por indivíduos e instituições com as mais diversas ideologias, visões políticas ou concepções de desenvolvimento. Além disso, a definição de empoderamento pode ser relacionada tanto às mulheres quanto aos diferentes grupos socialmente excluídos ou em desvantagem (ROWLANDS, 1997). O foco desta seção reside no empoderamento das mulheres e nas relações entre este e as abordagens de desenvolvimento e as perspectivas sobre gênero e desenvolvimento.

No âmbito dos debates do desenvolvimento, o empoderamento é um termo utilizado por uma grande variedade de autores (neoliberais, marxistas, feministas, entre outros) e também está presente no discurso das agências internacionais de desenvolvimento. Isso indica que é possível conferir a este conceito significados bem distintos (ROWLANDS, 1997).

O termo empoderamento começou a ser utilizado formalmente no campo do desenvolvimento internacional a partir da metade da década de 1980. Um ponto decisivo para a incorporação deste termo no âmbito dos debates do desenvolvimento foi a publicação do livro "Desenvolvimento, crise e visões alternativas: perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo" (SEN; GROWN, 1987)[6], que introduziu alguns fundamentos para uma nova perspectiva sobre o papel das mulheres no desenvolvimento (CALVÈS, 2009).

---

[5] "It speeds economic development by raising productivity and promoting the more efficient use of resources.".

[6] A obra foi resultado de debates e reflexões de pesquisadoras, ativistas e líderes políticas do movimento feminista do Sul Global, que faziam parte da rede *Developmen t Alternatives for Women in a New Era (DAWN)* e já haviam introduzido alguns dessas idéias nas discussões da III Conferência Mundial sobre as Mulheres (CALVÈS, 2009).

A obra aponta a necessidade de novas abordagens do desenvolvimento e critica os programas da perspectiva “Mulheres no Desenvolvimento” (WID), em especial o caráter *top-down* destes. As autoras argumentam que as mulheres do Sul Global não precisam apenas de independência financeira ou do suprimento de suas necessidades básicas, na verdade isso seria alcançado uma vez que as estruturas econômicas, políticas e legais que perpetuam opressões de gênero, classe e raça fossem radicalmente transformadas. Neste sentido, os movimentos locais de mulheres são essenciais para identificar as perspectivas e visões das mulheres e alcançar estas mudanças estruturais (CALVÈS, 2009).

O surgimento de perspectivas mais humanistas de desenvolvimento na década de 1990também incentivou um maior interesse na atuação das ONGs e organizações locais como agentes do desenvolvimento, em especial um crescente interesse em um desenvolvimento *bottom-up*. Assim, capacidade da população local de identificar suas próprias necessidades e prioridades é um elemento que foi ganhando cada vez mais importância, bem como a participação e consulta a estas pessoas (ROWLANDS, 1997). Seguindo a publicação de “Desenvolvimento, crise e visões alternativas”, a década de 1990 também foi marcada por um grande número de publicações feministas sobre desenvolvimento, gênero e empoderamento das mulheres, em especial na América Latina e Sudeste Asiático (CALVÈS, 2009).

O conceito de poder é um ponto-chave para a concepção de empoderamento das mulheres. As autoras feministas que teorizaram acerca do tema desenvolvimento, gênero e empoderamento neste período compartilham uma concepção de poder que se afasta da ideia de (1) *poder sobre*,que diz respeito a deter poder de dominação sobre o outro. A concepção de poder destas autoras se aproxima de um entendimento de (2) *poder para*, poder criativo, que pode ser utilizado para alcançar e realizar algo; (3) *poder com*, poder coletivo, político, utilizado pelas organizações e movimentos locais; e, por fim, (4) *poder interior*, relacionado à autoestima e autoconfiança, capacidade de se desfazer da opressão internalizada (CALVÈS, 2009; MOSEDALE, 2005; ROWLANDS, 1997).

Diferentes autoras feministas publicaram sobre desenvolvimento, gênero e empoderamento das mulheres em um mesmo contexto e período, mas existem algumas divergências nas concepções de empoderamento apresentadas por elas. Apesar destas divergências, é possível identificar alguns elementos centrais de consenso sobre o tema, além da concepção de poder mencionada acima (MALHOTRA; SCHULER, 2005).

O primeiro elemento comum é que o empoderamento é visto como um processo e não um resultado ou um fim. A autonomia também é ponto convergente, uma vez que as mulheres devem ser agentes neste processo. Outra visão compartilhada por estas autoras é a de que o

empoderamento é um processo pessoal, ou seja, um indivíduo só pode empoderar a si mesmo. Por fim, apenas quem foi desempoderado pode se empoderar (MALHOTRA; SCHULER, 2005).

Para Sarah Batliwala (1994), o empoderamento consiste em um processo de questionamento e transformação das relações de poder existentes entre indivíduos e grupos sociais. É preciso não apenas o reconhecimento das estruturas opressoras (que determinam o acesso aos recursos e ao poder), mas também uma atuação voltada para modificar estas estruturas. Dessa forma, o objetivo do empoderamento consiste na transformação das forças sistêmicas que oprimem e marginalizam as mulheres, bem como demais grupos e setores socialmente excluídos em contextos específicos.

O conceito de empoderamento apresentado por Naila Kabber (2005), por sua vez, parte de uma concepção de poder como capacidade de fazer escolhas. O empoderamento consiste, portanto, em "[...] processos através dos quais aqueles aos quais foi negada a capacidade de fazer escolhas adquirem tal capacidade." (KABEER, 2005, p. 13, tradução nossa[7]). Para que a escolha seja real, é preciso que existam alternativas, que também devem ser percebidas. Neste sentido, o processo de empoderamento envolve três dimensões: a agência, os recursos e as realizações. A agência consiste nos processos de realização das escolhas, os recursos são as pré-condições ou os meios através dos quais é possível exercer a agência e as realizações são o que é alcançado como resultado final (KABEER, 2005).

É possível observar, portanto, que outro elemento fundamental das concepções de empoderamento das mulheres destas autoras é o caráter transformativo deste processo. Assim, de acordo com Kabeer (2005), é preciso focar nas formas mais transformativas de agência, que resultem em uma maior habilidade por parte das mulheres de questionar, analisar e agir sobre as estruturas patriarcais que as restringem. Mudanças na consciência e na agência de mulheres individualmente são um importante começo, mas não contribuem de forma significativa para diminuir a reprodução sistêmica das desigualdades.

2.3.1 Empoderamento de mulheres no âmbito das Nações Unidas e das agências internacionais de desenvolvimento

O conceito de empoderamento foi incorporado não apenas nos debates teóricos do desenvolvimento, mas também nos discursos das agências internacionais de desenvolvimento.

[7] "[…] refers to the processes by which those who have been denied the ability to make choices acquire such an ability.".

Apesar de uma resistência inicial por parte de governos e das agências bilaterais e multilaterais em apoiar esta abordagem elaborada pelas feministas do Sul Global, a atuação de ONGs feministas como grupo de pressão contribuiu para que o termo empoderamento das mulheres adentrasse o discurso institucional sobre mulheres e desenvolvimento em meados da década de 1990 (CALVÈS, 2009).

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que ocorreu em Cairo no ano de 1994, foi uma das primeiras conferências da ONU que deu visibilidade internacional ao termo. Apesar de não ser uma reunião específica sobre mulheres, o Plano de Ação adotado na Conferência dedicou um capítulo à "igualdade dos sexos, equidade e empoderamento da mulher" e, além de identificar o empoderamento das mulheres como um elemento central para as questões relacionadas à população, também afirmou que este é um fim em si mesmo (CALVÈS, 2009; UNFPA, 2004).

O Plano de Ação também não utilizou um vocabulário neutro no que diz respeito ao status da mulher, fazendo menções claras às relações de gênero e a falta de poder das mulheres no mundo. O documento mencionou tópicos como a partilha de responsabilidades no cuidado dos filhos, violência contra as mulheres, acumulo de jornadas de trabalho, carência de poder e influência, entre outros. As questões apontadas como relacionadas a estes problemas incluíram a representação política, educação, emprego, violência e saúde reprodutiva e sexual (CALVÈS, 2009; UNFPA, 2004).

A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim no ano seguinte, teve um papel decisivo para a incorporação do termo empoderamento no discurso da ONU referente a mulheres e desenvolvimento. Após a Conferência de Pequim as agências bilatérias de desenvolvimento rapidamente começaram a utilizar o termo, de forma que até o final da década de 1990 o empoderamento das mulheres era considerado uma ideia politicamente correta, da qual as agências internacionais não podiam prescindir (CALVÈS, 2009). O terceiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU nos anos 2000 foi a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2010).

Nos anos 2000, o foco das agências internacionais de desenvolvimento na questão da pobreza é acompanhado pela incorporação do termo empoderamento no discurso relativo à redução da pobreza. O "Relatório de Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Atacando a Pobreza", publicado pelo Banco Mundial, marcou a institucionalização do termo neste discurso. De acordo com o documento, empoderamento significa "[...] aumentar a capacidade das pessoas pobres de influenciar as instituições do Estado que afetam suas vidas,

fortalecendo sua participação nos processos políticos e na tomada de decisões locais" (WORLD BANK, 2001, p. 39, tradução nossa[8]).

O termo empoderamento passou a ser utilizado amplamente pelas agências internacionais de desenvolvimento, bem como pelas políticas financiadas por estas. Apesar de um inicial entusiasmo por parte de ativistas e intelectuais, rapidamente o uso indiscriminado do termo foi alvo de críticas. Apesar da grande presença do termo empoderamento no discurso do desenvolvimento, este raramente é definido de forma clara pelas agências, especialmente no caso do empoderamento das mulheres, expressão muitas vezes utilizada como sinônimo de igualdade de gênero ou status das mulheres no âmbito das políticas e programas de desenvolvimento (CALVÈS, 2009; BATLIWALA, 2007).

Assim, algumas autoras identificam uma "cooptação" do termo pelas agências internacionais de desenvolvimento. Quando o termo é definido, as definições variam de forma significativa entre diferencias agências, e as vezes uma única agência apresenta definições variadas do conceito. Se a definição do termo já é algo complexo, a implementação de projetos de desenvolvimento que utilizam o empoderamento é ainda mais complexo (CALVÈS, 2009).

Para além das diferentes definições do termo empoderamento das mulheres, outra questão existente diz respeito à mensuração e monitoramento de alterações no que concerne o empoderamento feminino. Os desafios metodológicos envolvem a multidimensionalidade do empoderamento, a dificuldade de operacionalizar o conceito em contextos muito distintos e em diferentes níveis de agregação, e as dificuldades inerentes à mensuração de um processo (MALHOTRA; SCHULER, 2005).

Programas de desenvolvimento que promovem o empoderamento das mulheres em uma área específica, não necessariamente resultam no empoderamento dessas mulheres em outras dimensões. A desigualdade de gênero está presente em diferentes dimensões das vidas das mulheres (dimensão social, política, econômica, psicológica) e a origem e a intensidade dessas desigualdades variam entre estas dimensões. Apesar disso, é difícil separar estas dimensões de forma clara em termo de medidas práticas, uma vez que o empoderamento é um processo multidimensional e o empoderamento em uma esfera frequentemente se sobrepõe ao empoderamento em outras (MALHOTRA; SCHULER, 2005).

Da mesma forma que as relações de poder existem em diferentes níveis, o mesmo ocorre com o empoderamento, de forma que é complexo medir o empoderamento em

[8] "[…] enhancing the capacity of poor people to influence the state institutions that affect their lives, by strengthening their participation in political processes and local decision-making.".

múltiplos níveis. Na hora de operacionalizar empiricamente o empoderamento, parece existir menos atenção aos elementos que estão entre o nível micro (relativo ao indivíduo e o lar) e o macro (mercado e sistemas políticos). Neste nível intermediário, especialmente no âmbito das comunidades, estão as estruturas como família e processos locais e regionais de mercado, frequentemente onde programas operam e mudanças normativas e institucionais podem ocorrer (MALHOTRA; SCHULER, 2005).

Outra dificuldade para mensurar o empoderamento consiste no papel fundamental que o contexto tem para determinar características e comportamentos que significam empoderamento em um local, mas podem ter um significado distinto em outro. O contexto também é relevante para estabelecer em que medida o empoderamento das mulheres no nível individual e do lar contribui para atingir os objetivos do desenvolvimento. Este contexto varia não apenas de acordo com ambiente sociocultural, mas também através do tempo. Por fim, uma das principais características do empoderamento das mulheres, é o fato de que ele consiste em um processo. As dificuldades metodológicas na medição do processo de empoderamento envolvem a pouca disponibilidade de dados referentes a longos períodos de tempo, as mudanças de importância de indicadores ao longo do tempo e a subjetividade inerente à avaliação de processos (MALHOTRA; SCHULER, 2005).

Apesar das dificuldades em mensurar o empoderamento das mulheres citadas acima, esta medição é utilizada amplamente para avaliação de políticas de desenvolvimento e da evolução da situação das mulheres em diferentes contextos. Os índices propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento são os principais instrumentos elaborados para a avaliação e monitoramento do progresso no âmbito da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres em uma escala global, sendo considerados referências nesta área (DONATO, 2017).

O *Gender Empowerment Measure* (GEM) foi apresentado pelo PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1995. O objetivo do índice é avaliar a participação das mulheres na vida política e na vida econômica e nos processos de tomada de decisão. O GEM é calculado, portanto, a partir de duas esferas principais, a participação política e a participação econômica e profissional. O próprio PNUD reconhece que existem muitos aspectos relevantes para o empoderamento da mulher que não foram incluídos no índice, mas justifica sua escolha principalmente a partir da pouca disponibilidade de dados, em especial referentes ao âmbito doméstico e comunitário da vida das mulheres (UNDP, 1995).

A mensuração do empoderamento das mulheres proposta pelo PNUD no GEM é realizada através de três indicadores: (1) acesso a renda, (2) oportunidades profissionais e

participação em decisões econômicas e (3) oportunidades políticas e participação em decisões políticas. O (1) acesso a renda é medido a partir da renda *per capita*, ou seja, parte-se do pressuposto que a renda permite às mulheres maior autonomia e poder de escolha. O indicador (2) oportunidades profissionais e participação em decisões econômicas corresponde aos trabalhos profissionais, técnicos, administrativos ou gerenciais desempenhados por mulheres. Por fim, o indicador (3) oportunidades políticas e participação em decisões políticas fundamenta-se na representação feminina no parlamento, calculado através da proporção dos assentos parlamentares ocupados a nível nacional (UNDP, 1995).

Assim, a medição global do empoderamento das mulheres proposta no GEM visa avaliar a participação política e econômica das mulheres e indicar quão empoderadas estão as mulheres de diferentes países nessas duas áreas. No primeiro ano do estabelecimento do índice, 116 países foram avaliados pelo *Gender Empowerment Measure*. Os principais desafios para expandir a aplicação do GEM, na época, foram a disponibilidade e o refinamento dos dados para a construção dos indicadores (UNDP, 1995).

Nos anos que seguiram a criação do GEM, o índice foi tema de muitos debates e críticas, sendo parte deste processo incentivado pelo próprio PNUD. Assim, após diversas reuniões de grupos de especialistas voltadas para a reforma do GEM, em 2010 um novo índice foi lançado no Relatório de Desenvolvimento Humano, o *Gender Inequality Index* (BETETA, 2006; UNDP, 2010).

Gender Inequality Index (GII) foi formulado para solucionar os principais problemas apresentados pelo GEM. Neste sentido, novas dimensões para a avaliação da desigualdade de gênero foram incluídas. Neste sentido, o GII foi formulado a partir de três dimensões: (1) mercado de trabalho, (2) saúde reprodutiva e (3) empoderamento (BETETA, 2006; UNDP, 2010).

A dimensão do (1) mercado de trabalho é calculada a partir da participação feminina na força de trabalho. A (2) saúde reprodutiva foi utilizada pela primeira vez em índices de desenvolvimento e desigualdade de gênero. No GII, ela é medida a partir das taxas de mortalidade materna e fertilidade das adolescentes (UNDP, 2010).

A terceira dimensão do índice, o (3) empoderamento, passou a ser calculado através de dois indicadores, sendo eles a representação parlamentar e o nível educacional. A representação parlamentar continuou sendo medida a partir da proporção de mulheres ocupando assentos do parlamento nacional. O nível educacional é avaliado pela proporção de mulheres maiores de 25 anos que tenham finalizado pelo menos o nível educacional secundário (UNDP, 2010).

A criação do *Gender Inequality Index* representou um avanço importante para a medição da desigualdade de gênero e empoderamento das mulheres, especialmente a inclusão da dimensão da saúde reprodutiva. Apesar de superar algumas das imitações do índice anterior (*Gender Empowerment Measure)*, o GII ainda recebe algumas críticas. Mais uma vez, um dos desafios consiste na disponibilidade de dados para um número significativo de países, uma vez que o índice se pretende global (UNDP, 2010).

2.3.2 Perspectivas críticas e feministas

Pensado como uma ferramenta para questionar e transformar as relações desiguais de poder, o termo empoderamento tornou-se uma expressão politicamente correta utilizada por quase todas as agências bilatérias e multilaterais de desenvolvimento, Organizações Não Governamentais e bancos, de forma que muito da concepção de empoderamento das mulheres teorizada pelas feministas na década de 1980 e 1990 foi perdida (CORNWALL, 2016).

Dessa forma:

> [...] originalmente, o empoderamento foi concebido como uma estratégia em oposição ao modelo de desenvolvimento tradicional de cima para baixo, hoje é visto pelas organizações internacionais não como um mecanismo de transformação social, mas sim como um meio para aumentar a eficiência e produtividade, mantendo o *status quo*. (CALVÈS, 2009, p. 12, tradução nossa[9]).

O investimento em mulheres no âmbito do desenvolvimento, quando realizado a partir da lógica de "economia inteligente", deve ser analisado com cautela. É preciso identificar se o objetivo de fato é contribuir para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, ou apenas conseguir uma forma mais econômica de alcançar os objetivos do desenvolvimento. Quando este último é o caso, essa abordagem pressupõe uma transição simples entre o empoderamento econômico individual e mudanças nas estruturas patriarcais que limitam as mulheres. Esses programas transferem a responsabilidade do sucesso ou fracasso dos projetos para as mulheres e perpetuam a noção do "altruísmo feminino". Uma abordagem feminista do empoderamento das mulheres tem ênfase no questionamento e transformação de estruturas que constrangem a autonomia das mulheres individual ou coletivamente (CHANT; SWEETMAN, 2012).

[9] " […] originally, empowerment was conceived as a strategy in opposition to the mainstream top-down development model, today it is viewed by international organizations not as a mechanism for social transformation, but rather as a means to increase efficiency and productivity while maintaining the status quo.".

A “cooptação” do termo, inicialmente formulado como um processo complexo com foco nas dimensões individuais e coletivas de poder, resultou em uma noção cada vez mais individual de poder, relacionada a capacidades, acesso a recursos e realizações individuais (CALVÈS, 2009; SARDENBERG, 2009).

Algumas autoras classificam essa diferenciação acerca do conceito de empoderamento em duas grandes abordagens, o empoderamento liberal e empoderamento libertador. O empoderamento liberal é uma concepção do empoderamento das mulheres como um instrumento para o desenvolvimento, ou seja, o foco reside na contribuição das mulheres para alcançar as prioridades do processo de desenvolvimento, como a redução da pobreza, o progresso, a democracia, entre outros. Essa concepção despolitiza o processo de empoderamento (SARDENBERG, 2009).

A abordagem do empoderamento libertador, por sua vez, corresponde ao empoderamento como um processo de construção de autonomia e autodeterminação das mulheres, além de enfrentamento ao patriarcado, de forma que as relações de poder são um elemento fundamental deste processo. Além de um instrumento para a transformação, o empoderamento é um fim em si mesmo, que requer a transformação das estruturas que perpetuam a opressão de gênero (SARDENBERG, 2009).

As políticas e programas de desenvolvimento, bem como a mensuração do empoderamento das mulheres são centrados em indicadores como o acesso individual a recursos, emprego e educação, com pouco ou inexistente foco na mobilização política ou transformação das relações de poder (CALVÈS, 2009). Kabeer (2005) analisou os indicadores utilizados para o monitoramento do progresso dos esforços para alcançar o objetivo 3 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. A autora argumenta que estes indicadores (educação, emprego e participação política) possuem potencial para gerar mudanças positivas na vida das mulheres, mas as relações e estruturas sociais que governam o acesso aos recursos no âmbito de cada um destes indicadores determinam em que medida esse potencial será realizado. Assim, apenas quando as políticas são implementadas de forma em que a mobilização, participação e monitoramento por parte das mulheres aconteçam, o potencial destes indicadores pode ser alcançado.

A partir dos índices utilizados pelo PNUD, bem como os indicadores utilizados para monitorar o progresso no âmbito do objetivo 3 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é possível observar que as três dimensões comumente utilizadas para a avaliação e monitoramento do progresso no âmbito da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres são a (1) participação política, a (2) participação econômica e a (3) educação.

Apesar da importância de ferramentas para avaliação e monitoramento, é preciso cautela com os indicadores que são utilizados. As dimensões comumente associados com o empoderamento das mulheres na forma como são trabalhados pelas agências internacionais de desenvolvimento e seus índices de medição possuem algumas limitações. Além disso, também são desconsiderados outros indicadores de grande relevância para a autonomia e empoderamento das mulheres.

Partindo de uma concepção de empoderamento das mulheres mais próxima daquela formulada pelas autoras feministas na década de 1980, um empoderamento com caráter transformativo, que busca questionar criticamente e modificar as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que discriminam e limitam as mulheres, é possível identificar algumas críticas a estes indicadores, e sugestões de outros aspectos e dimensões que devem ser considerados no que concerne o empoderamento das mulheres.

No que diz respeito à (1) participação política, a equidade de gênero é considerada um fator que incentiva a legitimidade dos processos decisórios, mas é importante ressaltar que esta representatividade provavelmente é determinada em maior medida pelas características e normas do sistema político e eleitoral em questão do que em detrimento das características culturais, sociais e econômicas de um país. Neste sentido, para além de uma preocupação com o número proporcional de assentos parlamentares ocupados por mulheres, também é preciso preocupar-se com efetiva atuação política dessas mulheres, uma vez que são muitos os fatores que podem constituir um obstáculo para esta atuação (GOETZ, 2004; BETETA, 2006).

As instituições legislativas nacionais são espaços tradicionalmente ocupados por elites, com fortes articulações não só políticas, mas também financeiras. Assim, o acesso das mulheres à política muitas vezes está relacionado à sua origem familiar de elite, o que representa um distanciamento destas mulheres da experiência dos movimentos feministas. Além disso, é preciso atenção quanto à atuação legislativa das mulheres que ocupam estes assentos parlamentares, uma vez que alguns fatores podem contribuir para a ausência de preocupações de gênero desta, como a multiplicidade de identidades que compõe essa atuação e a tendência dos partidos políticos de descartar feministas para evitar um comprometimento eleitoral. As mulheres que atuam na política tendem a possuir vínculos frágeis com o movimento feministas e organizações de mulheres, além de não defender uma agenda feminista. Assim, não existe garantia de que as mulheres eleitas serão mais atentas às prioridades das mulheres, em especial as mais pobres (GOETZ, 2004; BETETA, 2006, KABEER, 2005).

Neste sentido, para além da representação política formal, outros fatores devem ser levados em consideração no âmbito da participação política. Alguns aspectos que também podem ser incluídos para observar a efetividade da participação política das mulheres são a porcentagem de mulheres candidatas à eleição, a participação feminina eleitoral, perfil das mulheres que ocupam assentos no parlamento (etnia, renda, nível educacional), o fortalecimento dos movimentos de mulheres, a existência e o conteúdo de propostas e de leis aprovadas no que diz respeito à igualdade de gênero e por fim, características discriminatórias do processo eleitoral e ambiente político.

A dimensão da (2) participação econômica tem como principal problema o fato de que a medição ocorre apenas nos setores formais da economia, espaço que reúne indivíduos com maior nível educacional (formação educacional específica) e uma posição de maior vantagem econômica. Assim, mensura-se o empoderamento das mulheres que estão em situações mais favoráveis e não são levadas em consideração as mulheres que integram os grupos mais vulneráveis, grupos em que provavelmente as disparidades são ainda mais aprofundadas, devido à interseccionalidade com outras dimensões da exclusão (BETETA, 2006).

Além disso, uma vez que a esfera doméstica é ignorada, o trabalho realizado pelas mulheres nesta esfera, geralmente trabalhos da área do cuidado e não remunerados, não são levados em consideração. Muitas vezes as mulheres são submetidas a condições de exploração do trabalho e a divisão das tarefas domésticas e o cuidado das crianças quase nunca são renegociados, o que faz com que as mulheres fiquem sobrecarregadas (BETETA, 2006; KABEER, 2005). Assim, entre os fatores que também podem ser levados em consideração no âmbito participação econômica estão a disparidade salarial para trabalhos similares entre homens e mulheres e a divisão do trabalho doméstico (horas de trabalho doméstico cumpridas por homens e mulheres).

No que diz respeito à dimensão (3) educação, o acesso a educação contribui para a capacidade da mulher de questionar, refletir e agir sobre as condições que incidem em sua vida, aumenta a probabilidade de que ela se preocupe com o seu bem estar e de sua família, favorece a participação em um maior número de decisões e diminui a probabilidade de que ela sofra violência doméstica. Apesar disso, as mudanças associadas com a educação são condicionadas pelo contexto em que esta é oferecida. Em alguns casos, a educação é vista como uma forma de melhor preparar as meninas para o papel de mãe e esposa e o sistema e o currículo escolar muitas vezes reproduzem as desigualdades sociais e reforçam os papéis tradicionais de gênero (KABEER, 2005). Assim, além do acesso à educação, no âmbito desta

dimensão também é importante levar em consideração fatores como a evasão escolar feminina e a existência de uma base curricular não discriminatória e inclusiva em termos de gênero.

Para além destes indicadores que são comumente utilizados para monitorar e medir o empoderamento das mulheres existem outras dimensões que são fundamentais para este processo, mas geralmente não são incluídas. Entre elas é possível citar a dimensão dos direitos reprodutivos (que vai além da saúde reprodutiva da forma como o indicador é utilizado no *Gender Inequality Index*) e da violência contra as mulheres (BETETA, 2006; KABEER, 2005).

Por fim, para que as políticas para o empoderamento das mulheres no âmbito do desenvolvimento de fato sejam transformativas, seja em qualquer das dimensões mencionadas acima, é preciso também questionar e transformar as estruturas que perpetuam as desigualdades de gênero. Para isso, dois elementos são imperativos. O primeiro é que os processos têm que gerar mudanças na consciência. O segundo consiste no envolvimento com crenças, normas e ideias sobre gênero, poder e mudança, uma vez que as mudanças na consciência não podem limitar-se ao nível individual (CORNWALL, 2016).

Cornwall (2016) fez parte de um programa de pesquisa multidisciplinar sobre o empoderamento das mulheres, realizado em conjunto com mais de 60 pesquisadoras de variados países, com o intuito de identificar e compreender em quais situações as políticas de desenvolvimento para mulheres e meninas resultam de fato em mais justiça e igualdade, bem como contribuem para a democratização das relações de poder presentes em determinada sociedade. A partir dos resultados de diversas pesquisas deste programa, a autora identificou alguns elementos essenciais para que as políticas de empoderamento sejam transformativas. (CORNWALL, 2016).

O primeiro elemento é a *construção de consciência crítica*. O elemento da conscientização é fundamental para o caráter transformativo dos projetos de desenvolvimento, de forma que os programas para o empoderamento devem incluir atividades que incentivam as mulheres a um processo de questionamento sobre suas condições e o compartilhamento dessa reflexão crítica com as demais mulheres. Nas políticas voltadas para o empoderamento econômico, esse elemento da consciência crítica contribui para que acesso a renda seja acompanhado de um maior impacto transformativo (CORNWALL, 2016).

Outro elemento é o *engajamento de intermediários*. Os indivíduos responsáveis por implementar as políticas e programas na "linha de frente" devem estar empoderados como agentes da mudança, uma vez que o papel de apoio desses intermediários pode ser prejudicado pelo foco individualista nas mulheres, elemento característico dos projetos das

abordagens mais tradicionais (CORNWALL, 2016). A *construção de poder coletivo* também é um elemento fundamental. Algumas ferramentas que contribuem para esse elemento são a ênfase na relevância dos recursos sociais e simbólicos para o empoderamento das mulheres (em especial nos casos de empregos estigmatizados, como trabalhadoras domésticas ou profissionais do sexo) e o foco na construção de movimentos e coletivos, que além de contribuir para ganhos materiais (como melhores salários) contribui para elementos como reconhecimento e respeito pela categoria, dimensões essenciais. Reunir essas mulheres é importante para romper o isolamento, criar relações de solidariedade com a comunidade. A ação coletiva para identificar demandas e construir alianças tem mais chances de conseguir alcançar a mudança para outras mulheres que também são afetadas pelos feitos empoderadores da mobilização (CORNWALL, 2016).

Em suma, o foco das políticas para o empoderamento das mulheres das agências internacionais de desenvolvimento reside em três dimensões, que são comumente utilizadas como indicadores para medir e avaliar os avanços nesta área, sendo estas dimensões a participação política, a participação econômica e a educação. Apesar disso, a relação entre estas dimensões e o verdadeiro empoderamento das mulheres não é tão automático como muitas vezes é considerado por estas políticas, de forma que outros aspectos devem ser levados em consideração, no âmbito destas três dimensões, para que estas políticas sejam transformativas e de fato contribuam para o empoderamento das mulheres.

Além disso, existem outras dimensões que são fundamentais para o empoderamento das mulheres, como os direitos reprodutivos e sexuais e a violência contra as mulheres, de forma que é preciso que também existam políticas focadas nestas duas dimensões. Por fim, existem características que são fundamentais para as políticas de empoderamento das mulheres, independentemente da dimensão da qual estas políticas fazem parte. Algumas destas características são a participação e mobilização das mulheres, a construção de consciência crítica, a construção de poder coletivo e o engajamento de intermediários.

3 O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA: MULHERES E GÊNERO NOS GOVERNOS DA BOLÍVIA E DO EQUADOR

O Bem Viver surgiu das reflexões de intelectuais indígenas da Amazônia Equatoriana, que identificaram o desenvolvimento (em sua narrativa moderna, universalista e supostamente científica) como uma ferramenta de dominação econômica, social, política e cultural e buscaram, na identidade dos povos indígenas, alternativas ao mesmo. Eles desenvolveram um discurso local de transformação social voltada para a construção de um futuro fundamentado na forma de vida, no passado e na concepção de mundo (cosmovisão) destes povos, que eles chamavam de *sumak kawsay*, a vida em harmonia ou o Bem Viver. Este discurso, baseado na cosmovisão particular dos povos da Amazônia, foi assimilado por intelectuais do mundo andino boliviano, equatoriano e peruano e, posteriormente, por movimentos sociais, líderes políticos e governos destes países (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

Entres os fatores que estimularam o surgimento do debate destas ideias estão a luta dos movimentos sociais latino-americanos da década de 1990 (principalmente o movimento indígena) contra os modelos neoliberais, a convergência da luta desses movimentos com alguns movimentos globais como os ambientais e o antiglobalização e o desencantamento com as promessas do desenvolvimento. Assim, em um contexto de retomada das críticas ao desenvolvimento tradicional na América Latina, a partir de debates que recuperam alguns dos pensamentos e questionamentos já produzidos na região e adicionam novos conceitos e entendimentos, um conjunto de ideias e percepções passou a ser discutido sob a denominação de Bem Viver. A concepção de Bem Viver foi incorporada nas Constituições do Equador e da Bolívia e impactou o âmbito acadêmico da Economia Política do Desenvolvimento (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; VANHULST; BELING, 2013).

3.1. O Bem Viver como alternativa

O Bem Viver não é um conceito homogêneo, com apenas um significado ou interpretação, é um conceito plural e multidimensional, classificado por alguns autores como ainda em construção. Ainda assim, é possível buscar alguns elementos centrais presentes nas ideias do Bem Viver que são geralmente empregados pela maior parte de intelectuais e políticos que utilizam este termo. Neste sentido, o Bem Viver consiste em “um modo de vida em harmonia ou vida em plenitude” (CUBILLO-GUEVARA et al., 2016, p. 33, tradução

nossa[10]). Essa noção de vida em harmonia, por sua vez, pode adquirir diferentes significados de acordo com a posição ideológica e as influências intelectuais daqueles que utilizam este conceito (ACOSTA, 2010; HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

A oposição ao neoliberalismo uniu momentaneamente diferentes atores da esquerda latino-americana, entre eles os movimentos indígenas e os movimentos ecologistas. A união destes movimentos favoráveis aos processos constituintes foi um dos fatores que contribuiu com os esforços voltados para a inclusão do Bem Viver como norma constitucional na Bolívia e no Equador. Desde este momento, no entanto, cada um destes atores tem reinterpretado as concepções do Bem Viver a partir de seus próprios referentes ideológicos e intelectuais e em decorrência daquelas que consideram suas prioridades políticas (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

A partir da desconstrução e genealogia deste conceito, Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017) identificam três concepções distintas de um mesmo Bem Viver, que os autores identificam como "a trindade do Bem Viver". Estas três correntes são: (1) indigenista e pachamamista, (2) socialista e estadista e (3) ecologista e pós-desenvolvimentista.

A corrente (1) *indigenista e pachamamista* tem origem no pensamento dos intelectuais indígenas e indigenistas, muitos destes vinculados aos movimentos indígenas latino-americanos. A maior parte de suas premissas baseia em uma concepção pré-moderna do mundo, com origem ancestral andina e amazônica. Nas sociedades indígenas andinas e amazônicas, existe uma visão holística acerca de um ideal de vida que deve ser o objetivo de todo o esforço humano, que consiste em "buscar e criar as condições materiais e espirituais para construir e manter o viver bem" (VITERI, 2002, p. 1), também estabelecido como vida harmônica, *sumak kawsay* (em quéchua) ou *suma qamaña* (em aymara). Assim, o Bem Viver é entendido por essa perspectiva como "vida em plenitude" (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017; PRADA ALCOREZA, 2011).

A identidade indígena é um elemento fundamental dessa perspectiva, assim como a autodeterminação dos povos indígenas, a recuperação das tradições ancestrais dos povos originários e os elementos espirituais também têm grande importância. Há uma conexão entre indivíduo e natureza, que são partes inseparáveis da Pachamama (Mãe Terra); essa comunhão entre ambos é perpassa por uma ritualidade em que a natureza é um ser sagrado. Posto que a Natureza é sagrada, deve-se retirar dela apenas o que é necessário para sobreviver (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017; PRADA ALCOREZA, 2011).

[10] "[...] forma de vida em armonía o vida en plenitud.".

Dessa forma, a proposta destes intelectuais consiste em recriar, na atualidade, as condições de vida harmônica dos povos originários da América Latina ou AbyaYala[11], a partir da recuperação desta identidade ancestral que foi perdida e propiciando as condições para uma mudança civilizatória. Para que isso ocorra, é necessário que as sociedades latino-americanas sejam orientadas pela cosmovisão (concepção de mundo) amazônica/andina. O objetivo final do Bem Viver, de acordo com esta vertente, é a transformação dos Estados latino-americanos em Estados plurinacionais (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

Aqui, o Bem Viver é uma alternativa ao desenvolvimento, uma vez que não existe, na cosmovisão das sociedades indígenas andinas e amazônicas que fundamenta esta perspectiva, nenhuma equivalência para o conceito de desenvolvimento. Isto é, não existe a ideia de um processo ou progresso linear que estabelece uma condição anterior e posterior no que diz respeito à posse de bens materiais (como a dicotomia de desenvolvido e subdesenvolvido, inerente ao conceito moderno e ocidental de desenvolvimento). Também não existem conceitos de pobreza e riqueza estabelecidos pela acumulação de bens materiais. Assim, esta não pode ser uma versão indígena do desenvolvimento, mas sim um conceito alternativo a ele. A ideia do desenvolvimento moderno é rechaçada por essa corrente e vista como uma forma mais de colonização (VITERI, 2002; PRADA ALCOREZA, 2011).

As principais críticas recebidas pelos indigenistas concentram-se em dois principais pontos, a falta de capacidade dos intelectuais desta corrente para implementar o Bem Viver e o contínuo vínculo com um discurso classificado com “indigenismo infantil”. A influência desta perspectiva, com início nos movimento indígenas da Bolívia, Equador e Peru, também alcançaram outros movimentos indígenas do continente, de forma que a maioria destes incorporou de alguma forma as ideias do Bem Viver como bandeira política (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

A perspectiva (2) socialista e estadista tem origem no pensamento de intelectuais vinculados ou com certa proximidade aos governos da Bolívia e do Equador e suas premissas são, em sua maior parte, baseadas em uma compreensão moderna do mundo, de origem ocidental e socialista. O Bem Viver é entendido por esta corrente como um socialismo do

[11]AbyaYala é o nome que era utilizado (no idioma *kuna*) para referir-se ao território ancestral antes da invasão espanhola. O termo é utilizado atualmente como posição ideológica dos povos indígenas originários, como uma geografia imagina em oposição ao nome América dado pelos europeus (ZARAGOCIN, 2017).

sumak kawsay ou um socialismo comunitário (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

A equidade é um ponto indispensável desta interpretação, que também confere grande relevância ao papel a ser desempenhado pelo Estado, uma vez que este é considerado o principal agente político do processo de implementação do Bem Viver. Assim, a proposta desta vertente é a implementação de um novo modelo de desenvolvimento voltado para alcançar a equidade, através de um processo revolucionário que na Bolívia e no Equador foram nomeados como "revolução democrática cultural" e "revolução cidadã", respectivamente. Este novo modelo de desenvolvimento busca a transformação das matrizes produtivas dos países latino-americanos e se sustentaria temporariamente no extrativismo até que esta transformação ocorra (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

Para García Linera (2010; 2014), a transformação do sistema capitalista é urgente e necessária para salvar a vida e a natureza; o socialismo é um horizonte sonhado e para alcançá-lo é preciso atravessar um momento de transição, que será uma ponte para um novo tipo de sociedade. Neste sentido, o Estado Plurinacional da Bolívia consiste em um período de transição necessário, que deve recuperar os direitos sociais a partir da ampliação dos bens comuns, estatais e sociais, para a redistribuição da riqueza. Durante este período de transição fragmentos do capitalismo continuam a existir ao mesmo tempo em que elementos do socialismo começam a surgir. No contexto boliviano, observa-se a persistência de estruturas comunitárias campesinas juntamente ao capitalismo, o que faz com que a luta boliviana tenha a dimensão particular do socialismo comunitário. Neste sentido, o socialismo comunitário é um horizonte e "a contribuição da particularidade boliviana à luta dos povos do mundo pela igualdade, justiça e equidade" (GARCÍA LINERA, 2010, p. 9, tradução nossa[12]).

No contexto equatoriano, por sua vez, a nova Constituição de 2008 estabelece as bases para a construção de uma sociedade e de um Estado plurinacional e intercultural, a partir da garantia dos direitos da natureza e a superação de processos históricos de discriminação. O texto da Constituição apresenta os chamados direitos da natureza, bem como outros artigos relacionados aos direitos ambientais ligados ao conceito de *sumak kawsay*, o que é um ponto central para romper com a lógica antropocêntrica e produtivista capitalista e criar uma sociedade orientada por ética biocêntrica. Além disso, no que diz respeito à equidade, a Constituição de 2008 estabelece a reconfiguração territorial a partir de regiões autônomas e

[12] "[...] particularidad boliviana a lucha de los pueblos del mundo por la igualdad, la justicia y la equidad.".

propõe a redução das desigualdades sociais a partir de processos distributivos e redistributivos (RAMÍREZ, 2010).

O objetivo final do Bem Viver, para esta corrente, é um sistema socioeconômico pós-capitalista. Dessa forma, o Bem Viver consiste em um modelo de desenvolvimento alternativo ao desenvolvimento neoliberal e capitalista[13]. No que diz respeito às críticas, os intelectuais desta vertente são acusados de utilizar o termo Bem Viver como sinônimo de desenvolvimento em seus discursos e, assim, esvaziar o Bem Viver em relação aos elementos que foram incorporados nos processos constituintes da Bolívia e do Equador.A grande influência dessa corrente nos círculos intelectuais próximos aos governos da Bolívia e Equador se expandiu para os círculos de outros governos de esquerda da região (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017; CUBILLO-GUEVARA *et al.*, 2016).

Por fim, a vertente (3) ecologista e pós-desenvolvimentista está relacionada aos intelectuais vinculados à crítica ao desenvolvimento e aos movimentos sociais da América Latina. A maior parte de suas premissas resulta de uma compreensão pós-moderna do mundo, de origem ocidental. Essa perspectiva entende o Bem Viver como uma utopia a ser construída (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017; ACOSTA, 2010).

A sustentabilidade ambiental é um elemento central desta corrente, que também confere grande relevância ao papel da sociedade civil no processo de construção e implementação do Bem Viver, de forma que os movimentos sociais são considerados os principais agentes políticos deste processo. O que é proposto é a criação de processos participativos locais, em que cada comunidade possa construir formas próprias de "viver bem", baseadas em uma relação de harmonia com a natureza. Essa relação harmônica com a natureza seria alcançada através da garantia dos direitos da natureza (desmercantilização da natureza) e da transformação das economias da região em economias pós-extrativistas, uma vez que os objetivos econômicos não devem ser priorizados frente às leis da natureza e a dignidade humana (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017; ACOSTA, 2015).

O objetivo final deste Bem Viver é o *biocentrismo*, ou seja, uma sociedade em que a natureza ocupe o centro da vida dos cidadãos, uma vez que o indivíduo é uma parte inseparável da natureza. Ao rejeitar a ideia de desenvolvimento como um caminho que todos os países devem seguir e almejar alcançar, o Bem Viver é uma alternativa ao não buscar outra forma de desenvolvimento e sim propor a construção de diferentes formas de vida,

[13] Os autores dessa perspectiva argumentam que o Bem Viver consiste em um modelo alternativo de desenvolvimento, mas este é um ponto de grande divergência e crítica, uma vez que o Bem Viver na prática como projeto político implementado na Bolívia e no Equador se afastou de muitos dos elementos principais da perspectiva socialista e também das demais correntes.

proveniente de cada povo, um caminho que levaria "mais além do desenvolvimento" (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017; CUBILLO-GUEVARA *et al.*, 2016).

As críticas direcionadas aos intelectuais desta corrente focam na falta de pragmatismo político e em uma distorção da ideia original do Bem Viver, a partir da incorporação de elementos ocidentais distantes da cosmovisão andina. Esta concepção do Bem Viver se expandiu dentre os movimentos ecologistas da América Latina e também da Europa, de forma que alguns destes movimentos classificam o Bem Viver como a perspectiva latino-americana do decrescimento (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017).

Em suma, a partir de uma síntese das principais ideias presentes em cada uma dessas três correntes do Bem Viver, é possível conceituar o Bem Viver como "um modo de vida em harmonia consigo mesmo (identidade), com a sociedade (equidade) e com natureza (sustentabilidade)" (HIDALGO-CAPITÁN; CUBILLO-GUEVARA, 2017, p. 1, tradução nossa[14]). É importante ressaltar também que a recuperação da cosmovisão andina proposta pelo Bem Viver não significa a rejeição de outras correntes de pensamento que também propõem uma sociedade harmônica, como aquelas da tradição crítica europeia. Também não existe oposição aos avanços tecnológicos, que podem ser incluídos no Bem Viver, desde que essa tecnologia não seja utilizada como meio para dominação, mas sim a serviço da vida dos seres humanos (D'AMICO; PESSOLANO, 2013).

Quadro1 – A "trindade do Bem Viver"

Elementos	**Indigenista**	**Socialista**	**Ecologista**
Origem	Intelectuais indígenas e indigenistas latino-americanos	Intelectuais vinculados aos governos da Bolívia e do Equador	Intelectuais vinculados à crítica ao desenvolvimento e aos movimentos sociais da região
Concepção de mundo	Moderna, de origem ancestral andina e amazônica	Moderna, de origem ocidental e socialista	Pós-moderna, de origem ocidental
Como o Bem Viver é entendido	Vida em plenitude	Socialismo comunitário/ do *sumakkawsay*	Uma utopia a ser construída
Principais elementos	Identidade	Equidade	Sustentabilidade

[14] "[...] una forma de vida em armonía con uno mismo (identidad), com la sociedad (equidad) y com La naturaleza (sustentabilidad).".

Proposta	Recriar as condições de vida harmônica dos povos originários	Um novo modelo de desenvolvimento voltado para alcançar a equidade	Formas próprias de "viver bem" criadas localmente
O que seria necessário	Sociedades latino-americanas orientadas pela cosmovisão amazônica/andina	Transformação das matrizes produtivas dos países latino-americanos	Garantia dos direitos da natureza e economias pós-extrativistas
Objetivo final do Bem Viver	Sociedade plurinacional	Sociedade pós-capitalista	Sociedade biocêntrica
Porque é uma alternativa ao desenvolvimento	Não há equivalência para o conceito de desenvolvimento na cosmovisão amazônica/andina	Propõe um modelo de desenvolvimento pós-capitalista	Propõe a construçãode diferentes estratégias localmente, um processo que levaria "além do desenvolvimento"
Principais críticas	Falta de capacidade para implementar o Bem Viver	Esvaziamento do conceito de Bem Viver	Falta de pragmatismo político e incorporação de elementos ocidentais
Influência da corrente	Movimentos indígenas do continente	Círculos intelectuais de governos latino-americanos de esquerda	Movimentos ecologistas latino-americanos e europeus

Fonte: Elaborado pela autora com base em Hidalgo-Capitán e Cubillo-Guevara (2017)

3.2. Bem Viver e gênero

A dimensão do gênero, no âmbito do Bem Viver, é marcada por uma significativa divergência de visões e posicionamentos de diferentes grupos. Os principais intelectuais indigenistas pouco mencionam as mulheres ou o tema gênero em suas obras, salvo para ressaltar que a convivência ideal encontra-se na relação de interdependência, de reciprocidade e de solidariedade entre homens e mulheres e entre eles e a natureza (PRADA ALCOREZA, 2011).

Além disso, alguns dos textos acadêmicos comumente citados para debater o aspecto teórico do Bem Viver mencionam o feminismo a partir de um foco crítico à modernidade, classificando o feminismo como parte do projeto modernista ou como um fundamento universalista. Uma aproximação com o feminismo nestes termos, sem especificar qual tipo de feminismo está relacionado com a modernidade, não reconhece as propostas de outros feminismos que também buscam um espaço epistêmico fora da modernidade (ZARAGOCIN, 2017; GUDYNAS, 2010; ACOSTA, 2010).

Apesar disso, diversos autores, em sua maioria mulheres, indígenas e não-indígenas, que se identificam como feministas ou não, abordam as relações entre o Bem Viver e as questões de gênero. Distintas correntes feministas também dialogaram de forma crítica com o Bem Viver.Os debates envolvem as divergências e convergências teóricas entre o Bem Viver e diferentes perspectivas feministas, o conceito do *chacha-warmi* e os direitos das mulheres no contexto da execução do Bem Viver no âmbito estatal, na Bolívia e no Equador (UGALDE, 2014).

Algumas autoras e ativistas, principalmente durante o período em que as ideias do Bem Viver foram incorporadas às constituições da Bolívia e do Equador, mostraram-se otimistas em relação às convergências existentes entre as ideias do Bem Viver e os feminismos latino-americanos e a possibilidade da construção destes projetos políticos serem também um espaço para a luta das mulheres. A preocupação feminista (e também de ativistas que não se identificam como feministas) foi a de que o debate fomentado pelos processos constituintes e a inclusão das ideias do Bem Viver não fosse cego em termos de gênero, e que a transformação das relações desiguais de gênero fosse um elemento crucial no âmbito desta proposta que se assume como revolucionária (D'AMICO; PESSOLANO, 2013; UGALDE, 2014).

Magdalena León (2008) identificou no processo constitucional do Equador, enquanto um momento de mudança não apenas econômica, mas também social, um importante espaço para as visões e lutas feministas. De acordo com a autora, algumas propostas da economia feminista e da economia ecologista são convergentes com as noções centrais do Bem Viver, como a harmonia e reciprocidade entre seres humanos e a natureza e o questionamento do modelo econômico neoliberal baseado na acumulação. A centralidade da reprodução da vida na proposta do Bem Viver poderia fortalecer o tema da economia do cuidado, proposta pela economia feminista, enquanto o reconhecimento da diversidade econômica (como a economia social e solidária) poderia valorizar formas de produção desenvolvidas pelas mulheres baseadas em suas práticas de sustentabilidade (LEÓN, 2008; UGALDE, 2014).

Também é possível identificar convergências entre o Bem Viver e o feminismo decolonial e o feminismo andino comunitário e popular. Tanto o feminismo decolonial quanto o Bem Viver são projetos conceituais que estão em construção e compartilham ambições semelhantes, como a descolonização do conhecimento, o combate à violência epistêmica e a ênfase em questões que extrapolam o materialismo (ZARAGOCIN, 2017).

O feminismo comunitário, andino e popular surgiu conectado aos movimentos sociais da América Latina, principalmente os movimentos indígenas, e adquiriu força especialmente na Bolívia e no Equador. Este feminismo articula elementos que também tem destaque no âmbito do Bem Viver (a descolonização, a superação do capitalismo e a construção de uma nova relação com a natureza) com elementos como a despatriarcalização, com o intuito de ressignificar o feminismo a partir do contexto e das experiências das mulheres indígenas, camponesas e negras. Além disso, atualmente é possível identificar uma simbiose de feminismos decoloniais, comunitários, populares, entre outros; construídos a partir da realidade andino-amazônica (ZARAGOCIN, 2017; AGUINAGA *et al*., 2011; UGALDE, 2014).

Parte da discussão referente à dimensão do gênero no âmbito do Bem Viver está focada na noção do *chacha-warmi*, uma expressão que sintetiza a relação de gênero na cosmovisão andina e faz referência à complementaridade existente entre homens e mulheres. É a ideia de que a mulher existe porque existe o homem e vice-versa, a existência de ambos é complementar, a parir de relações de equilíbrio, harmonia e complementaridade, sem hierarquias de poder de um sobre o outro. Assim, a complementaridade é apresentada como um princípio de organização social dos povos originários, a relação de interdependência entre mulheres e homens ocorre naturalmente, sob o princípio da complementaridade. Essa complementaridade não é exclusiva à relação entre mulheres e homens, sendo presente também em elementos como o dia e a noite, o físico e o espiritual (UGALDE, 2014; STROMQUIST, 2019).

Neste sentido, as forças masculinas e femininas são elementos opostos, mas complementários do cosmos. De acordo com a ideia do *chacha-warmi*, nem o homem nem a mulher são, de forma isolada, plenamente cidadãos ou pessoas completas em sua comunidade, são metade de um todo. O princípio da complementaridade se aplica ao casal heterossexual, casado, sujeito social fundamental na sociedade. Homens e mulheres devem complementar um ao outro de maneira não hierárquica e devem constituir um ser social completo no casamento. Ninguém é considerado um ser social completo antes do casamento, homens e mulheres não casados não devem exercer posições de autoridade na comunidade rural ou na

urbana. O mesmo para os processos de tomada de decisão, uma vez que idealmente nenhuma decisão deveria ser tomada sem o consentimento do companheiro(a) (D'AMICO; PESSOLANO, 2013; BURMAN, 2011).

Por fim, essa complementaridade característica da relação entre homens e mulheres deve estar presente em todas suas ações e áreas de atuação. A complementaridade deve existir no trabalho no campo, na realização dos deveres domésticos, na criação dos filhos, nas atividades realizadas na esfera pública e política e assim por diante. Cada um com suas tarefas específicas, mas de forma que estas tarefas sejam igualmente valorizadas (BURMAN, 2011).

A ideia do *chacha-warmi* gera uma grande divergência de interpretações. Uma das principais críticas consiste na falta de correspondência de entre o *chacha-warmi* como ideal cultural e o *chacha-warmi* como uma prática político-social, ou seja, o ideal de complementaridade e a realidade não coincidem. O conceito é utilizado a partir de uma retórica culturalista e não como um sistema sócio-político a ser colocado em prática (BURMAN, 2011).

Dessa forma, diferentes autoras apontam a necessidade das comunidades indígenas reconhecerem a violência de gênero e as desigualdades existentes e enfrentar estes problemas, superando o discurso da proposta indígena que em alguma medida enfatiza os aspectos positivos de sua cultura, como a sua relação com a natureza (RIVERA, 2004; HERNÁNDEZ CASTILLO, 2001). Outros autores apontam que as mulheres indígenas têm sido tratadas como suplementos dos homens e que a noção de complementaridade não deve ser utilizada se ela parece fortalecer o status dos homens e enfraquecer o das mulheres, uma vez que uma complementaridade em que existe uma divisão sexual do trabalho clara e as mulheres dedicam muito mais horas aos trabalhos domésticos do cuidado não parece ser um princípio que promove relações igualitárias (STROMQUIST, 2019).

A distância existente entre o ideal do *chacha-warmi* e a sua prática político-social não é contestada por quase nenhum grupo, mas as razões para esta falta de correspondência é debatida, e dessa interpretação decorrem diferentes propostas para resolver essa questão. Neste sentido, o principal ponto de divergência consiste na origem da dominância masculina e da subordinação das mulheres (BURMAN, 2011).

No geral, os movimentos indígenas identificam o colonialismo e a modernidade como a origem da subordinação das mulheres indígenas e não reconhecem qualquer padrão patriarcal da cultura e sociedade indígenas, já que as relações entre homens e mulheres na cosmovisão andina são orientadas pela complementaridade do *chacha-warmi*. Para parte do movimento indígena a complementaridade do *chacha-warmi* não é apenas um ideal, mas

também uma realidade social, existente desde a época pré-colonial; uma vez que não foi afetada pelo colonialismo, as relações de gênero na sociedade indígena não precisam ser descolonizadas. Para outra parte do movimento o *chacha-warmi* existe como prática social desde o período pré-colonial, mas foi afetado pelo colonialismo; de acordo com esta interpretação, a proposta da descolonização é uma solução tanto para o colonialismo quanto para a subordinação das mulheres, uma vez que a descolonização automaticamente resultaria na restauração dos valores e práticas indígenas, entre eles o *chacha-warmi* (BURMAN, 2011).

Para os movimentos de mulheres não indígenas (geralmente de classe média) e para as feministas andinas, comunitárias e populares, o *chacha-warmi* como realidade social é uma noção ideológica que beneficia o patriarcado indígena e engana as mulheres indígenas; a subordinação das mulheres também existia no período pré-colonial e a despatriarcalização é um processo tão necessário quanto a descolonização. No contexto boliviano, este grupo identifica um potencial emacipatório no conceito de *chacha-warmi*, que pode ser pensando como um modelo ideal para relações de gênero simétricas. Assim, as críticas não argumentam pela eliminação deste conceito, mas propõem efetivar esta ideia no cotidiano das comunidades indígenas, a partir de um maior protagonismo feminino na vida pública e nas organizações, superando hierarquias existentes que se escondem por detrás da noção de complementaridade (BURMAN, 2011; D'AMICO; PESSOLANO, 2013).

Por fim, para o movimento feminista anarquista boliviano, o conceito de *chacha-warmi* implica uma noção de complementaridade entre homem e mulher que reforça estereótipos de gênero e relações desiguais de poder, ao não questionar a existência de qualidades e tarefas femininas a serem desempenhadas, nem o viés heterossexual do *chacha-warmi*. Dessa forma, para este grupo não existe potencial emancipatório na utilização do conceito (BURMAN, 2011).

3.3. O Bem Viver como projeto político: Bolívia e Equador

Tanto a Bolívia quanto o Equador passaram por processos constituintes, nos quais as ideias do Bem Viver foram incluídas em suas constituições. Na Bolívia, este processo teve início por volta dos anos 2000, inicialmente a partir da atuação de organizações sociais, em especial movimentos indígenas campesinos. Em 2005 Evo Morales (do partido Movimento ao Socialismo – MAS) foi eleito presidente do país e esse processo passou a ser colocado em prática pelo executivo, mas com o apoio das organizações, favoráveis ao processo constituinte (D'AMICO; PESSOLANO, 2013).

A Assembleia Constituinte enfrentou alguns desafios, como bloqueios de meses, aprofundamento das diferenças regionais e territoriais e a permanência do racismo contra representantes indígenas. A versão final do texto constitucional foi preparada pelo governo, que modificou 144 artículos do documento. A nova Constituição foi aprovada através de um referendo em janeiro de 2009 (D'AMICO; PESSOLANO, 2013).

As referências ao Bem Viver aparecem no artigo 8º da Constituição, com a introdução do *suma qamaña* e outras expressões indígenas similares. Este artigo aponta os princípios, valores e fins do Estado, nele são apresentados como princípios morais e éticos da sociedade uma série de conceitos indígenas, como *qhilla, ama llula e ama suwa* (não ser preguiçoso, não ser mentiroso e não ser ladrão); *ñandereko* (vida harmoniosa); *suma qamaña* (viver bem); entre outros. Estes princípios apresentam a mesma hierarquia de outros princípios tradicionais como a unidade, a igualdade, a inclusão, a igualdade de oportunidades, a equidade social e de gênero na participação, a distribuição e redistribuição dos produtos e bens sociais para viver bem. Eles são, por sua vez, vinculados com a organização econômica dos Estados, sendo possível observar algumas mudanças referentes ao conceito e a busca pelo desenvolvimento (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; FERNÁNDEZ, 2010).

O Plano Nacional de Desenvolvimento "Bolívia Digna, Soberana, Produtiva e Democrática para Viver Bem" (2006-2011) apresenta uma nova concepção de desenvolvimento baseada no conceito de Bem Viver, próprio dos povos indígenas originários da Bolívia. O documento afirma que as propostas do Plano são a base para que se inicie a desmontar o colonialismo e o neoliberalismo no país e que a principal aspiração do Plano Nacional de Desenvolvimento é que as bolivianas e bolivianos vivam bem (BOLÍVIA, 2007). As ideias do Bem Viver tiveram pouco destaque no seguinte programa de governo "Rumo a uma Bolívia Líder: 2010-2015", mas ressurgiram no "Plano de Desenvolvimento Econômico e Social no Marco do Desenvolvimento Integral para Viver Bem (2016-2020)" (RANTA, 2016).

No Equador, Rafael Correa chegou à presidência em 2007 e o partido do governo, *Alianza País*, conseguiu 60% dos representantes constituintes, uma maioria importante para o controle da Assembleia Constituinte. A Assembleia foi marcada por uma forte atuação do executivo, inclusive com intervenções pessoais do presidente Correa, o que gerou tensões com os setores mais progressistas. A nova Constituição foi aprovada em setembro de 2008 através de um referendo nacional (D'AMICO; PESSOLANO, 2013).

A nova Constituição equatoriana enfatiza o caráter integral dos direitos, apresentados como interdependentes e de igual hierarquia, de forma que os direitos relacionados ao Bem

Viver ocupam a mesma hierarquia que demais conjuntos de direitos. A Constituição propõe a criação de uma nova forma de convivência cidadã, para alcançar o *sumak kawsay*, o Bem Viver. Além disso, o regime de desenvolvimento é definido como "o conjunto organizado, sustentável e dinâmico de sistemas econômicos, políticos, socioculturais e ambientais, que garantem a realização de um bem viver, do *sumak kawsay*" (EQUADOR, 2008, art. 275, tradução nossa[15]). Outro ponto inovador da Constituição equatoriana é a incorporação da ideia dos direitos da natureza (EQUADOR, 2008, ACOSTA, 2010).

Existem fortes críticas às limitações da execução do projeto político do Bem Viver na Bolívia e no Equador. Ambos os países estão envolvidos com a exploração de recursos naturais e a exportação de matérias-primas permaneceu como maior fonte de receita. Tanto Bolívia quanto Equador geram a maior parte de suas receitas através da exportação de matérias-primas; de forma que o próprio Estado, portanto, também está implicado na exploração substancial dos recursos naturais (STROMQUIST, 2019).

Além disso, em ambos os países foi possível observar a estagnação e em alguns aspectos até mesmo a reversão dos direitos prometidos. Existem grupos indígenas envolvidos em práticas de exploração de recursos naturais que são uma forma de sobrevivência econômica, mas prejudicam o meio ambiente. Houve um progresso muito limitado na reforma agrária e no incentivo à criação de empresas comunitárias, políticas que poderiam melhorar a condição destes grupos. Grupos indígenas perderam o direito ao consentimento prévio na exploração de recursos naturais e o uso de sementes modificadas geneticamente (que anteriormente havia sido proibido) foi autorizado. Também é possível destacar o confronto entre grupos indígenas e governo no que diz respeito a questões territoriais na Bolívia e petrolíferas no Equador (STROMQUIST, 2019).

3.3.1. Mulheres e Gênero no governo da Bolívia e do Equador

A presença da dimensão do gênero no contexto da implementação do Bem Viver na Bolívia e no Equador pode ser identificada em documentos governamentais como as Constituições, os planos nacionais de desenvolvimento e os planos nacionais específicos para as questões relacionadas às mulheres e gênero. A nova Constituição da Bolívia inclui a equidade de gênero como um dos valores nos quais o Estado se sustenta e estabelece diferentes obrigações do Estado referentes aos direitos das mulheres (BOLÍVIA, 2009).

[15] "[...] el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan La realización del buen vivir, del sumak kawsay.".

Entre as obrigações estatais relacionados às mulheres e à igualdade de gênero presentes na Constituição estão o respeito à igualdade de gênero na designação dos Ministérios de Estado, a garantia da maternidade segura, a garantia do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e homens, a participação igualitária nas eleições de membros da Assembleia, a incorporação da equidade de gênero como valor a ser fomentado pela educação e a promoção de políticas para a eliminação da discriminação contra as mulheres no acesso à terra (BOLÍVIA, 2009).

Além disso, o documento estabelece a adoção de medidas contra a violência de gênero e reconhece diferentes tipos de violência (violência física, sexual ou psicológica). Por fim, no que diz respeito ao trabalho, a Constituição estabelece a promoção de políticas para a incorporação das mulheres no trabalho, a garantia da igualdade salarial no âmbito público e privado e a proibição de discriminação ou demissão de mulheres por estado civil, gravidez, características físicas, idade ou número de filhos (BOLÍVIA, 2009).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (2007) estabeleceu como um dos seus objetivos a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas e estratégias de desenvolvimento. De acordo com o Plano, as prioridades das estratégias e políticas sociais seriam voltadas para os grupos sociais com maior nível de exclusão, entre eles as mulheres. O documento também identifica alguns programas prioritários em que as mulheres são incluídas como grupos vulneráveis. (BOLÍVIA, 2007). Um ano depois foi aprovado o Plano Nacional para a Igualdade de Oportunidades "Mulheres Construindo a Nova Bolívia para Viver Bem" (2008), formulado em articulação com o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2007.

O marco conceitual do Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades propõe a recuperação do conceito de gênero a partir da descolonização do termo, ou seja, recuperá-lo da apropriação do conceito que ocorreu na etapa neoliberal e localizá-lo histórica e geograficamente como uma ferramenta conceitual para tornar visíveis as relações de poder internacionais existentes, uma vez que a situação das mulheres no hemisfério sul tem relação com as relações desiguais entre o Norte e o Sul. Recuperar o gênero da apropriação ocorrida no período neoliberal é necessário uma vez que a equidade de gênero era utilizada apenas como categoria descritiva e suas propostas limitadas apenas a questões de formas representadas por indicadores numéricos, sem se preocupar com a estrutura patriarcal que promove e perpetua a desigualdade (BOLÍVIA, 2008).

O Plano também inclui como parte da descolonização do conceito de gênero o reconhecimento de que as relações injustas entre homens e mulheres não são exclusivamente uma herança colonial, que estas relações desiguais também existiam no período pré-colonial,

no âmbito das culturas originárias. Neste sentido, descolonizar o gênero significa "recuperar a longa memória das lutas das mulheres contra um patriarcado que foi estabelecido mesmo antes da invasão colonial" (BOLÍVIA, 2008, p.12, tradução nossa[16]), de forma que também é preciso denunciar a existência do patriarcado e do machismo boliviano, indígena e popular, com suas características particulares (BOLÍVIA, 2008).

Também é proposta a recuperação do conceito de par complementário (*chacha-warmi*), superando sua mitificação. Isso seria recuperar a ideia de complementaridade das relações homens-mulheres das culturas originárias, mas como um objetivo ou valor a ser construído e não como uma categorial de realidade. A ideia de complementaridade como existe no imaginário comunitário contribui para ocultar a situação real em que vivem as mulheres indígenas e naturalizar a discriminação, na medida em que não questiona que homens e mulheres assumam papéis designados, nem que os papéis exercidos pelas mulheres sejam menos valorizados. Assim, é preciso recuperar o conceito de par complementário, mas com o intuito de construir uma complementaridade horizontal e sem hierarquias (BOLÍVIA, 2008).

O Plano ainda vai além e afirma que e mulheres indígenas e de setores populares são enganadas por conceitos que ocultam a discriminação e a subordinação das mulheres indígenas, como a noção de complementaridade entre homens e mulheres. Com essa afirmação, as mulheres indígenas e de setores populares são classificadas como incapazes de analisar ou compreender sua própria situação, por não possuírem o conhecimento e as ferramentas de análise necessárias para enfrentar o machismo indígena. Essa visão que considera as mulheres indígenas como vítimas indefesas é algo encontrado também em algumas agências internacionais de desenvolvimento e em suas políticas (BURMAN, 2011).

Por parte do movimento indígena, existe certa desconfiança em relação ao plano, juntamente com a suposição de que o documento foi elaborado por feministas brancas ou mestiças da classe média e da zona urbana. Apesar disso, a estrutura conceitual do Plano foi concebida por Julieta Paredes, acadêmica e ativista que se autoidentifica como Aymara e faz constantemente oposição às ativistas liberais não-indígenas e de classe média e àqueles que chama de "irmãos machistas" do movimento indígena (BURMAN, 2011).

O Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades destaca a equidade de gênero como fator primordial para a igualdade, liberdade e justiça social e sua articulação com o Plano Nacional de Desenvolvimento pressupõe afetar as bases estruturais do desenvolvimento

[16] "[...] recuperarla memoria larga de las luchas de las mujeres contra un patriarcado que se instauró aún antes de la invasión colonial.".

produtivo de longo, médio e curto prazo. O documento afirma que o ponto de partida para o Bem Viver deve ser "a mulher como princípio de alteridade" e estabelece cinco campos de ação que correspondem a realidades que atravessam a vida das mulheres e são os pontos-chave para o viver bem das mulheres. Estes cinco campos, que precisam ser modificados para transformar as condições materiais de subordinação e exploração das mulheres e para desmontar o patriarcado, o colonialismo e o neoliberalismo são: o corpo, o espaço, o tempo, os movimentos e a memória (BOLÍVIA, 2008; VILLARROEL, 2015).

A visão conceitual apresentada pelo Plano é abandonada na parte do documento que estabelece as estratégias de desenvolvimento, na qual é adotada uma estratégia de planificação de objetivos e políticas tradicionais, sendo possível identificar uma visão de igualdade de oportunidades. O reconhecimento da contribuição das mulheres para o desenvolvimento "está expresso na igualdade de oportunidades de acesso aos serviços, plena participação nos espaços de tomada de decisão e distribuição equitativa dos recursos econômicos, tecnológicos e patrimoniais" (BOLÍVIA, 2008, p. 103, tradução nossa[17]) (BOLÍVIA, 2008).

Seis objetivos estratégicos que são divididos nos eixos (1) econômico, produtivo e laboral, (2) educação, (3) saúde, (4) violência de gênero, (5) cidadania e participação política e (6) institucionalidade pública. A partir destes eixos, são identificados os principais problemas relacionados à igualdade de gênero em cada uma dessas dimensões, estabelecidos objetivos para o ano de 2020 e são especificadas políticas para alcançar estes objetivos (BOLÍVIA, 2008).

No eixo (1) econômico, produtivo e laboral, a dependência econômica das mulheres, causada por uma distribuição discriminatória dos recursos econômicos, produtivos, tecnológicos e patrimoniais entre mulheres e homens, é apontada como o principal problema a ser abordado. As políticas planejadas incluem a promoção dos direitos trabalhistas das mulheres, do acesso aos recursos naturais e produtivos, do acesso ao patrimônio (terra, capital, tecnologia, capacitação) e da redistribuição das tarefas de cuidado e proteção da família entre homens e mulheres (BOLÍVIA, 2008).

No âmbito da (2) educação, a insuficiência de mecanismos para o acesso, permanência e igualdade de oportunidades para as mulheres em um sistema educativo fundamentado em uma cultura sexista é destacada como o principal problema. Dentre as políticas delineadas estão o fomento das oportunidades de acesso e permanência de meninas e mulheres no sistema de educação (formal e alternativa), das oportunidades de formação, capacitação e

[17] "[...] está expresado em igualdad de oportunidades para el acceso a servicios, la plena participación em espacios de decisión y ladistribución equitativa de los recursos económicos, tecnológicos y patrimoniales.".

profissionalização de mulheres e a incorporação da perspectiva de gênero na reforma educativa (BOLÍVIA, 2008).

O foco da dimensão da (3) saúde consiste na atenção insuficiente à saúde integral das mulheres. As políticas traçadas para superar este obstáculo foram a ampliação da cobertura dos serviços de saúde para as mulheres em idade fértil e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A naturalização da violência contra as mulheres é apontada como a principal questão a ser solucionada no eixo (4) violência de gênero e a política traçada para solucionar esta questão foi a contribuição para a erradicação da violência contra as mulheres, sem mais detalhes ou especificidades (BOLÍVIA, 2008).

No âmbito da (5) cidadania e participação política o foco reside na restrição do acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão, causados pelos padrões sociais, culturais e institucionais vigentes. As políticas delineadas são a promoção de mecanismos eficazes para o exercício dos direitos de cidadania das mulheres e a promoção, proteção e fortalecimento da participação política destas em diferentes espaços de decisão (BOLÍVIA, 2008).

Por fim, no eixo da (6) institucionalidade o principal problema consiste na institucionalidade débil dos mecanismos públicos, que impede a promoção da igualdade de gênero de forma sustentável e contínua e o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais. A política apresentada consiste na construção e fortalecimento de uma institucionalidade pública voltada para a promoção da igualdade de gênero em todos os níveis da gestão pública (BOLÍVIA, 2008).

É possível identificar que a formulação das estratégias e políticas para o desenvolvimento no Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades utiliza um vocabulário muito similar aos dos planos anteriores, como uma linguagem de direitos semelhante àquela apresentada pelos planos formulados durante o período neoliberal, criticado por se apropriar do termo gênero e utilizá-lo de forma limitada (UGALDE, 2014). O Plano identifica dimensões relevantes para o empoderamento das mulheres que vão além das dimensões geralmente utilizadas pelas agências internacionais de desenvolvimento (participação econômica, participação políticas e educação), ainda que o termo empoderamento seja mencionado poucas vezes no documento e apenas no contexto de políticas bem específicas.

Ao identificar o principal obstáculo para a igualdade de gênero em cada uma destas dimensões, observa-se que uma perspectiva que leva em consideração as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que, permeadas pelo patriarcado e pelo machismo, promovem e perpetuam a desigualdade de gênero. Apesar disso, muitas das políticas apresentadas como possível solução para estes obstáculos são focadas no acesso das mulheres

a estas estruturas e não apresentam aspectos voltados para o questionamento e a modificação destas estruturas, um elemento fundamental para o empoderamento das mulheres. É possível observar, portanto, uma dificuldade no momento de transpor as questões apresentadas no marco conceitual do Plano para as políticas formuladas.

Apesar da ênfase no elemento do acesso, algumas das políticas apresentadas e detalhadas trabalham elementos relevantes para a transformação de estruturas discriminatórias em termos de gênero e o empoderamento das mulheres, e quase nunca trabalhados nas políticas e programas de desenvolvimento das agências internacionais de desenvolvimento. É o caso de políticas como a redistribuição das tarefas de cuidado e proteção da família, a remoção de obstáculos que impedem a participação política e cidadã das mulheres e a promoção de direitos sexuais e reprodutivos. Ainda assim, essas políticas são apresentadas de forma bem geral e pouco detalhada em comparação com as demais políticas traçadas, demonstrando mais uma vez a dificuldade em traduzir os conceitos apresentados na primeira parte do Plano em ações.

No âmbito institucional, o Vice-Ministério de Gênero e Assuntos Geracionais (parte do Ministério da Justiça) é o órgão responsável por formular, executar e avaliar os planos, leis e políticas voltadas para a promoção da igualdade de gênero. Outras funções do órgão incluem a transversalização da perspectiva de gênero na gestão pública como um todo e a articulação entre o Estado e a sociedade civil para a participação popular na definição das políticas públicas (BOLÍVIA, 2006).

No ano de 2010 foi criada, dentro do Vice-Ministério de Descolonização (parte do Ministério de Culturas) a Unidade de Despatriarcalização, uma iniciativa proposta por um grupo de mulheres que participaram da Assembleia Constituinte. A despatriarcalização é definida pela direção da Unidade como a "rebelião e luta permanente da Mãe Terra com suas filhas e filhos contra o colonialismo, o capitalismo, o imperialismo e todas as suas estruturas simbólicas e materiais de dominação patriarcal" (UGALDE, 2014, p. 79, tradução nossa[18]). Despatriarcalizar a descolonização supõe que as duas estratégias têm o mesmo nível de importância, bem como a superação da noção liberal de cidadania fundamentada apenas na agregação de mais mulheres sem enfrentar as estruturas de exclusão e sem alterar as relações sociais que dão lugar à discriminação e opressão. Apesar disso, também se observa uma grande dificuldade em operacionalizar a proposta da despatriarcalização (UGALDE, 2014).

[18] "[...] rebelión y la lucha permanente de la Madre Tierra junto a sus hijas e hijos contra el colonialismo, el capitalismo, el imperialismo y todas sus estructuras simbólicas y materiales de dominación patriarcal.".

A incorporação da igualdade de gênero nas ações governamentais ocorre em um espaço de disputa. Mulheres feministas relacionadas ou não a organizações tradicionais de movimento das mulheres, geralmente origem urbana e de classe média, questionam a primazia da descolonização frente a despatriarcalização, tanto no discurso quanto na prática governamental boliviana. As principais críticas são as agendas de gênero despolitizadas que tentam unir automaticamente mulheres diversas e a ocultação da despatriarcalização em uma suposta de transversalização de gênero nas demais políticas. Um dos pontos de tensão na discussão sobre a despatriarcalização é a concepção do patriarcado como universal e a negação da existência do patriarcado em diferentes culturas e em diversas manifestações, sendo apontada a necessidade de reconhecer as sobreposições dos sistemas de dominação patriarcal, colonial e capitalista para a construção de uma agenda comum entre Bem Viver e feminismo (UGALDE, 2014).

No Equador, a nova Constituição estabelece a incorporação da perspectiva de gênero em algumas políticas públicas e programas. No que diz respeito às obrigações do Estado referentes aos direitos das mulheres, a Constituição estabelece a equidade entre mulheres e homens no sistema eleitoral; a representação paritária de mulheres e homens nos cargos públicos, partidos e movimentos políticos; equidade de gênero como critério para ascensão de cargos nas Forças Armadas; a garantia de serviços de saúde sexual e reprodutiva para as mulheres; a proibição da discriminação de mulheres grávidas nos âmbito educativo, social e laboral; medidas para combater a violência contra as mulheres; e a garantia da igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens no acesso à propriedade e tomada de decisão no âmbito da sociedade conjugal (EQUADOR, 2008).

Um ponto relevante consiste no reconhecimento do trabalho não remunerado de autossustento e cuidado humano realizado no âmbito do lar como trabalho produtivo. A Constituição determina a garantia da igualdade no acesso ao emprego, capacitação e remuneração equitativa; a proibição de qualquer forma de discriminação, assédio ou violência de qualquer natureza que afete as mulheres no trabalho e proibição da demissão da mulher por gestação ou maternidade. O documento também prevê políticas específicas para erradicar a desigualdade e a discriminação contra as mulheres produtora no acesso aos fatores de produção e para a promoção da responsabilidade conjunta e reciprocidade entre homens e mulheres no trabalho doméstico e obrigações familiares. Em algumas das políticas previstas pela Constituição as mulheres aparecem como um grupo vulnerável, juntamente com idosos ou pessoas com deficiência, por exemplo (EQUADOR, 2008).

O “Plano Nacional do Bem Viver 2009-2013” estabelece diversas metas e políticas públicas, das quais oito são específicas sobre a igualdade de gênero. As políticas e metas relacionadas com a igualdade de gênero são a ampliação do período de aleitamento materno, aumento da cobertura do parto institucional público, redução da mortalidade materna, redução da gravidez na adolescência, equiparação das horas dedicadas ao trabalho doméstico entre homens e mulheres, ampliação dos serviços de desenvolvimento infantil, a redução da violência contra as mulheres e a promoção da participação de mulheres em cargos de eleição popular. O Plano Nacional faz alusão à discriminação de gênero variadas vezes, o que pode indicar uma interpretação do gênero como algo causado pela discriminação, e uma confusão entre causa e manifestação. (EQUADOR, 2009; STROMQUIST, 2019).

As metas e políticas relacionadas com a igualdade de gênero estabelecidas pelo documento correspondem a questões clássicas da igualdade de gênero promovidas pelas agências internacionais de desenvolvimento e pelos planos anteriores do governo equatoriano desde a década de 1990, com a única exceção do tema da divisão do trabalho doméstico. Neste sentido, não é possível observar nenhuma particularidade no planejamento das políticas de igualdade de gênero a partir da perspectiva do Bem Viver (UGALDE, 2014).

A Comissão de Transição para o Conselho das Mulheres e a Igualdade de Gênero apresentou uma proposta chamada “Plano de Igualdade, Não Discriminação e Bem Viver para as mulheres equatorianas 2010-2014”. O documento proposto pela Comissão deveria partir de uma visão de igualdade de gênero renovada, de forma a superar a perspectiva de igualdade de oportunidades a partir de uma compreensão mais ampla e integral do Bem Viver, mas nunca chegou a ser aprovado (UGALDE, 2014).

Bolívia e Equador adotaram estratégias distintas no que diz respeito à incorporação das lutas das mulheres, lutas feministas e do *chacha-warmi* no âmbito do Bem Viver. Na Bolívia, o objetivo consistiu na descolonização e despatriarcalização, enquanto no Equador a opção foi pela noção da igualdade de gênero. Apesar das diferenças, em ambos os casos é possível observar um embate entre os movimentos indígenas, os movimentos feministas e o governo. A equidade de gênero está presente na Constituição e nos planos de desenvolvimento de ambos os países, provavelmente por ser uma ideia que conversa com o conceito de *chacha-warmi*, mas apenas na Bolívia é possível observar o questionamento e a tentativa de redefinição do conceito de gênero, a partir de uma perspectiva relacionada com o Bem Viver.

O debate entre feminismo e Bem Viver aconteceu de forma mais ampla na Bolívia, enquanto no Equador há cada vez menos debates sobre o tema. Na Bolívia, as organizações

indígenas continuam sendo as principais bases do apoio do governo de Evo Morales. No Equador, por sua vez, após o período constituinte houve um distanciamento claro entre o governo e as organizações do movimento indígena, principalmente devido ao modelo de desenvolvimento extrativista que foi colocado em prática pelo governo equatoriano, bem como a criminalização da luta social (UGALDE, 2014).

Na Bolívia, a visibilidade das mulheres indígenas bolivianas resultou em um desafio para as concepções e comportamentos das organizações feministas e de mulheres tradicionais.A introdução da proposta de despatriarcalização na política estatal significou um debate social com o envolvimento direto destas organizações. No Equador, o movimento de mulheres parece menos presente nos debates governamentais referência às mulheres e à igualdade de gênero (UGALDE, 2014).

No que diz respeito à prática estatal do Bem Viver em relação às mulheres e a igualdade de gênero, observa-se que ocorreu pouca mudança na definição das políticas, com a exceção é a proposta de despatriarcalização na Bolívia, que apesar de promover importantes debates na sociedade, ainda assim não apresentas propostas muito específicas de políticas públicas. O início do Plano de Igualdade de Oportunidades apresenta concepções novas e interessantes, mas isso tem continuidade na parte operativa do documento, em que as políticas são formuladas são, em sua maioria, planejadas em termos de igualdade de oportunidades. No Equador as metas estabelecidas no Plano Nacional do Bem Viver referentes às relações de gênero reforçam posicionamentos anteriores e não foi aprovado um novo plano específico para mulheres.

Em ambos os casos, existe uma ênfase na mudança das relações econômicas propostas pelo Bem Viver como base para o bem-estar das mulheres, mas na prática, o planejamento das políticas permanece dentro do tradicional. Nos instrumentos de planificação estatal, os temas relacionados às relações de gênero e direitos das mulheres não foram permeados de forma significativa pelas concepções do Bem Viver. Apesar disso, é possível identificar um esforço complexo para a tradução operativa destas novas ideias no planejamento das políticas do governo da Bolívia e a incorporação da despatriarcalização no debate nacional da Bolívia parece ser reflexo desse esforço de operacionalização.

Ao analisar as propostas do Bem Viver para as mulheres na Bolívia e no Equador é possível observar as dificuldades e limitações no momento da execução do Bem Viver nas políticas públicas, principalmente quando essa aplicação é conjunta com outras perspectivas, como a igualdade de gênero. Assim, a incorporação dos direitos das mulheres na formulação

das políticas públicas no âmbito do Bem Viver apresentou avanços interessantes, em especial na Bolívia, mas ainda enfrenta grandes desafios.

4 EMPODERAMENTO DE MULHERES NA BOLÍVIA E NO EQUADOR

O Bem Viver se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento em sua acepção convencional e ocidental, voltado para o crescimento econômico e a acumulação de capital. No Estado Plurinacional da Bolívia e na República do Equador foram executados projetos políticos baseados nas ideias do Bem Viver, que resultaram na formulação de novas Constituições e Planos de Desenvolvimento, com a incorporação destas ideias e concepções. A incorporação da dimensão do gênero nos debates, nas Constituições e Planos de Desenvolvimento da Bolívia e do Equador foi marcada pela divergência de posicionamento de diferentes grupos, entre eles os movimentos indígenas, movimentos de mulheres e movimento feministas e a abordagem institucional do governo.

Como foi discutido no capítulo anterior, a incorporação da dimensão do gênero nos Planos de Desenvolvimento da Bolívia apresentaram inovações conceituais interessantes, mas foi identificado um dificuldade na operacionalização destes conceitos na formulação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. No caso do Equador, essa incorporação ocorreu a partir de uma perspectiva de igualdade de oportunidades, mais próxima à abordagem utilizada pelas agências internacionais de desenvolvimento.

Neste sentido, ainda que o Bem Viver seja proposto como uma alternativa ao desenvolvimento convencional e ocidental, isso não quer dizer que ele apresente uma proposta diferente para as políticas de empoderamento das mulheres daquela existente no âmbito das agências internacionais de desenvolvimento. Neste capítulo, será analisada a implementação de políticas voltadas para a igualdade de gênero e incorporação da perspectiva gênero dos governos da Bolívia e do Equador, no âmbito do projeto político do Bem Viver.

Ainda que o estes governos trabalhem pouco com a perspectiva de empoderamento das mulheres, de forma que essa expressão é pouco utilizada no vocabulário governamental dos dois países, as políticas analisadas são políticas relacionadas com as dimensões da participação econômica, participação política, educação e violência contra a mulher. Estas dimensões, como foi explorado pela literatura do empoderamento das mulheres e desenvolvimento apresentada no primeiro capítulo, são dimensões que interferem no empoderamento das mulheres.

4.1. Categorias de análise

Será analisada a implementação das políticas de igualdade de gênero e incorporação da perspectiva de gênero pela Bolívia e pelo Equador em cinco dimensões: participação econômica, participação política, educação, violência contra a mulher e direitos sexuais e reprodutivos. As dimensões da participação econômica, participação política e educação são as dimensões comumente utilizadas pelas agências internacionais de desenvolvimento para o monitoramento e a mensuração do empoderamento das mulheres. Como discutido no primeiro capítulo, essas três dimensões, da forma como são trabalhadas por estas agências, possuem algumas limitações. A partir da discussão apresentada no primeiro capítulo, foram apresentados diferentes aspectos que devem ser levados em consideração no âmbito destas três dimensões, bem como foram indicadas outras dimensões relevantes para o empoderamento das mulheres que não são o foco das ações das agências internacionais de desenvolvimento, sendo estas a violência contra a mulher e os direitos sexuais e reprodutivos. Assim, a análise da implementação das políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres pela Bolívia e Equador será realizada a partir das categorias de análise apresentadas a seguir.

Quadro 2 – Categorias de análise para a análise das políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres da Bolívia e do Equador

	Dimensões utilizadas pelas agências internacionais de desenvolvimento			**Dimensões adicionadas**	
	Participação Econômica	**Participação Política**	**Educação**	**Violência contra as mulheres**	**Direitos sexuais e reprodutivos**
Indicadores comumente utilizados	Acesso a renda e empregos no setor formal da economia	Assentos no Parlamento	Acesso à educação primária e secundária	x	x
Aspectos adicionados	- Divisão das horas de trabalho doméstico e trabalho não remunerado de cuidado - Disparidade salarial - Políticas para o setor informal da economia	- Efetividade da atuação das mulheres eleitas - Perfil das mulheres eleitas - Atuação e força dos movimentos de mulheres - Reconhecimento do espaço político como discriminatório	- Evasão escolar feminina - Base curricular igualitária - Base curricular inclusiva em termos de gênero	- Foco na prevenção da Violência - Existência de rede de atendimento e proteção às vítimas - Treinamento de agentes do Estado - Realização de denúncias	- Mortalidade materna - Acesso aos métodos contraceptivos - Direito ao aborto seguro

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2. Políticas para o empoderamento das mulheres na Bolívia

Esta seção apresenta a análise da implementação das políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres pela Bolívia, a partir das categorias de análise apresentadas anteriormente. Foram analisadas as políticas adotas a partir do ano de 2006 (ano em que Evo Morales foi eleito) até a atualidade.

4.2.1 Participação econômica

Entre os anos de 2009 e 2012, o "Programa Patrimônio Produtivo e Cidadania das Mulheres em Pobreza Extrema na Bolívia", também conhecido como *Programa Semilla*, foi executado pelo Vice-Ministério de Igualdade de Oportunidades com o apoio de algumas agências da ONU. O principal objetivo do Programa consistia na erradicação da pobreza extrema e a promoção a igualdade de gênero, através da geração de melhores oportunidades econômicas para mulheres indígenas rurais e fortalecimento de suas capacidades de participação na vida pública e privada (PNUD, 2016).

O Programa *Semilla* foi executado a partir de três eixos: serviços financeiros, cidadania e ambiente institucional favorável. Assim, as ações do Programa incluíam a capacitação para o exercício dos direitos das mulheres, incluindo o desenvolvimento de capacidades "mentais" (pensamentos e atitudes) e também materiais (emissão de documentos de identidade e apoio para titulação de terras). Foram oferecidos serviços financeiros e não financeiros para empreendimentos liderados por camponesas indígenas (com o objetivo de facilitar o acesso aos recursos produtivos, terra e mercados) e também foram proporcionadas atividades de capacitação e assistência técnica e capacitação em direitos. O projeto beneficiou aproximadamente cinco mil mulheres (PNUD, 2016; NACIONES UNIDAS EN BOLIVIA, 2017).

Algumas das ações planejadas pelo programa não foram executadas, como a emissão de documentos de identidade para as mulheres, apoio na titulação das terras e auxílio para a abertura de mercados. Na avaliação realizada pelos órgãos responsáveis pelo programa, o fato de que os empreendimentos apoiados permitiam que as mulheres desenvolvessem a ocupação remunerada paralelamente ao trabalho doméstico e cuidado das crianças foi considerado um fato positivo (NAVARRO, 2014).

No ano de 2016 o documento “Modelo Empresarial Inclusivo com Enfoque de Gênero – Fechando Lacunas de Gênero” foi elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural em coordenação com a ONU Mulheres Bolívia. Os principais objetivos do Modelo são incidir na conciliação da vida laboral e familiar, incorporar um enfoque de gênero nos projetos de capacitação e na política salarial e a inclusão de mecanismos para combater os casos de violência, assédio e discriminação em razão de gênero. O documento oferece diretrizes para a eliminação gradual das desigualdades, discriminações e lacunas de gênero, bem como para a incorporação de um modelo de gestão inclusivo para as empresas públicas. O Modelo Empresarial foi amplamente difundido entre empresas públicas e privadas do país (ONU MUJERES BOLIVIA, 2017).

Também no ano de 2016, no âmbito da incorporação da perspectiva de gênero no Ministério do Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural, aproximadamente 80% dos funcionários do Ministério foram capacitados. Além disso, foram capacitados 50 “agentes da mudança”, funcionários de empresas estatais bolivianas[19] que tornaram-se então responsáveis por agregar o tema de gênero e da despatriarcalização dentro de suas respectivas repartições de trabalho. Ainda no processo de implementação do “Modelo Empresarial Inclusivo com Enfoque de Gênero” foram instalados os chamados “espaços sensíveis ao gênero”, em especial centros infantis, para aliviar a carga de trabalho das funcionárias que desempenham suas funções na companhia de seus filhos (ONU MUJERES BOLIVIA, 2017).

A Rede Habitat desenvolveu na Bolívia, entre os anos de 2010 e 2016, o projeto “Impulso ao empoderamento econômico e político das mulheres construtoras”. Durante o período de realização do projeto, foram capacitadas 467 mulheres, através de 16 cursos básicos de construção. No ano de 2017, foi implementado o projeto “Empoderamento Econômico das Mulheres Empreendedoras do *Valle de los Cintis*”, através de uma coordenação entre a ONU Mulheres Bolívia e a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação. No âmbito deste projeto, 67 mulheres empreendedoras da região receberam assistência técnica direcionada para o fortalecimento das capacidades produtivas e de comercialização, com o intuito de fornecer maior sustentabilidade aos empreendimentos e tornar mais efetiva a contribuição econômicas destas mulheres ao desenvolvimento econômico local (ONU MUJERES BOLIVIA, 2018).

[19] Dentre estas empresas estatais estão: Empresa de Apoyo a laProducción de Alimentos EMAPA, Empresa Azucarera San Buenaventura EASBA, QUIPUS, SEDEM, YACANA, INSUMOS BOLIVIA, Servicio Nacional de Propriedade Intelectual SENAPI, Servicio Nacional de Verificación de Exportaciones SENAVEX, Instituto Boliviano de Metrología IBMETRO, PROMUEVE BOLIVIA, Viceministerio de Comercio Interno y Exportaciones, Viceministerio de Producción Industrial a Mediana y Gran Escala y Viceministerio de La Mediana y Pequeña Empresa.

Em 2017 foi implementado o projeto "Melhorando a qualidade de vida e o empoderamento das mulheres no norte da Amazônia" executado em conjunto pela ONU Mulheres Bolívia e o Ministério do Desenvolvimento Produtivo e Economia Plural, com financiamento da Agência Italiana para a Cooperação e o Desenvolvimento. O projeto foi executado em 4 municípios do norte da Amazônia, uma região afastada do centro de desenvolvimento do país e que possui uma grande presença de povos indígenas originários. O projeto mapeou 12 empreendimentos produtivos liderados por mulheres na região que se beneficiaram do programa, através de atividades voltadas para fortalecer o acesso aos recursos e habilidade de produção, promover a sustentabilidade dos mercados e incentivar a liderança e a tomada de decisão dentro da família, da comunidade e das organizações (ONU MUJERES BOLIVIA, 2018).

No primeiro ano de execução do projeto, 100 mulheres e 50 homens foram beneficiados a partir de sessões de formação para fortalecer o desenvolvimento de suas organizações e as capacidades de liderança, melhorar os processos de produção, aprimorar os conhecimentos financeiros e as impulsionar as habilidades comerciais. O maior ponto de destaque do projeto foi a realização de sessões com os temas da prevenção da violência contra as mulheres e da redistribuição dos trabalhos domésticos não remunerados. Outro elemento relevante foi a transferência de maquinaria e ferramentas produtivas para os beneficiados, com o intuito de qualificar os processos produtivos e ampliar as oportunidades de mercados destas organizações (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

O segundo ano de implementação do projeto, 220 trabalhadoras da Empresa Boliviana de Alimentos foram beneficiadas através da implementação do "Modelo Empresarial Inclusivo com Enfoque de Gênero". O objetivo é que até o fim do ano de 2019, a implementação do modelo resulte na abertura de um centro infantil, impulsionando o governo municipal a atuar no âmbito da temática do cuidado. Por fim, também foram realizados eventos para a difusão e reflexão sobre os direitos econômicos das mulheres (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

Em fevereiro de 2019 foi aprovada a "Lei sobre Corresponsabilidade social no trabalho de cuidado não remunerado" no município de Cercado, no departamento de Cochabamba. A legislação municipal é fundamentada em três eixos: a promoção da corresponsabilidade familiar e social, a corresponsabilidade pública no trabalho não remunerado do cuidado e a facilitação do acesso das mulheres ao emprego digno. Esta é uma legislação avançada que pode ser utilizada para iniciar o debate e a reflexão sobre esta temática em outros municípios.

Ainda em 2019 foi estabelecida uma "Plataforma Nacional de Corresponsabilidade Social e Pública do Cuidado", com o intuito de promover a reflexão sobre o trabalho do cuidado não remunerado e incentivar a formulação colaborativa de propostas e estratégias voltadas para a sociedade civil e para o Estado. No mesmo ano, o projeto "Mulheres Construtoras: para seu Empoderamento Político e Econômico" desenvolveu processo de capacitação e formação integrais para suas beneficiárias, que envolveram além da promoção de capacidades técnicas relacionadas à construção, o fortalecimento de habilidades de liderança, voz e atuação voltada para direitos (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

Os desafios para a plena participação econômica das mulheres na Bolívia ainda são muitos. A participação laboral feminina na Bolívia é de 62%, mas essa inserção na força de trabalho permanece marcada pela desigualdade de gênero. As mulheres bolivianas dedicam quatro vezes mais tempo às tarefas domésticas não remuneradas do que os homens (BANCO MUNDIAL, 2015). De acordo com dados do *Instituto Nacional de Estadística* (INE) (2017), 7 em cada 10 mulheres bolivianas economicamente ativas trabalham no mercado informal e sem direitos trabalhistas. A disparidade salarial entre homens e mulheres no setor privado é de aproximadamente 30%.

No âmbito da participação econômica, não foi possível identificar novas leis aprovadas a partir da vigência da nova Constituição. Neste sentido, não foram encontradas leis e diretrizes de abrangência nacional, no que diz respeito à participação econômica, influenciadas pelas concepções do Bem Viver estabelecidas na Constituição e nos Planos de Desenvolvimento. Apesar disso, foram encontradas iniciativas, projetos e ações governamentais de menor abrangência.

Um grande desafio para a participação econômica igualitárias das mulheres consiste na eliminação da **disparidade salarial entre homens e mulheres,** em especial no setor privado, e não foi encontrada nenhuma legislação ou iniciativa voltada exclusivamente para esta problemática, apesar de ser questão presente na Constituição, nos Planos de Desenvolvimento e no Plano de Igualdade de Oportunidades.

Apesar disso, os projetos identificados incluem diferentes iniciativas voltadas para o **setor informal da economia**, e com a presença de atividades destinadas a desenvolver capacidades pessoais e mentais e gerar o questionamento sobre as desigualdades presentes na sociedade e sobre direitos. Merece destaque a presença de elementos nestes projetos voltados para o questionamento e a transformação da **divisão desigual das horas de trabalho doméstico e do trabalho não remunerado de cuidado**, uma inovação em termos de proposta de política pública originada das concepções baseadas no Bem Viver, que foi

planejada no Plano de Igualdade de Oportunidades e foi implementada no âmbito destes projetos.

A principal limitação existente, porém, é que nenhum destes projetos foi implementado em âmbito nacional ou pelo menos com uma maior cobertura geográfica ou abrangência de beneficiário. Também merece destaque a aprovação da "Lei sobre Corresponsabilidade social no trabalho de cuidado não remunerado", que apesar de existir apenas no âmbito municipal, pode incentivar as reflexões e ações semelhantes em outras localidades.

4.2.2 Participação política

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no âmbito da participação política é uma área de grande destaque para a Bolívia, que foi o segundo país do mundo a alcançar a paridade de gênero na Assembleia Legislativa. A Constituição de 2009 determina a equivalência de condições e a igual participação política de mulheres e homens e o governo boliviano estabeleceu um sistema de paridade de gênero no qual as listas legislativas devem ser constituídas de 50% de mulheres e 50% de homens, dispostos de maneira alternada e sequencial, tanto na nominação de candidatos titulares quanto na de suplentes. No caso dos povos indígenas originários camponeses, as listas de candidatos são nominadas de acordo com as suas próprias regras e procedimentos (OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRATICA, 2019; ALBAINE, 2010).

A Lei do Regime Eleitoral (Lei 26), aprovada em 2010, estabelece a igualdade e equivalência como princípios obrigatórios para a existência de uma democracia intercultural e ressaltando a obrigação do Estado de assegurar e cumprir a igualdade de oportunidades através dos critérios de paridade e alternância. Em 2012 foi aprovada a Lei Contra o Assédio e a Violência Política contra as Mulheres (Lei 243), que reiterou a obrigação do Estado de garantir às mulheres o exercício pleno de seus direitos políticos e reconheceu como atos de assédio e violência política algumas das manobras comumente adotadas por partidos políticos para escapar do cumprimento da paridade (ARCHENTI; TULA, 2014).

O estabelecimento da política de cotas resultou em um impacto quantitativo na participação política das mulheres. No ano de 2012, pela primeira vez na história do país, mulheres foram designadas presidentes e conduziram, simultaneamente, ambas as câmaras da Assembleia Legislativa (ARCHENTI; TULA, 2014). Atualmente, o país é o terceiro país do mundo com maior participação política de mulheres, a representação de mulheres é de 51%

na Câmara de Deputados, 44% na Câmara de Senadores, 45% nas Assembleias Departamentais e 51% nos Conselhos Municipais. Ainda são necessários avanços na representação no âmbito do executivo, uma vez que apenas 8% dos municípios são presididos por mulheres, apenas quatro dos 19 ministérios são liderados por mulheres e atualmente o país não possui nenhuma governadora (OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRATICA, 2019).

Em 2016 foi realizado o Seminário Internacional "Aprofundamento da Democracia Paritária" na capital boliviana La Paz. Como resultado do evento, foi elaborada a Declaração de La Paz, documento que propôs a criação de uma agenda para a democracia paritária voltada não apenas para a participação das mulheres em todos os níveis de representação, mas também para alcançar a eliminação da reprodução de elementos machistas nas relações de exercício de poder (ONU MUJERES BOLIVIA, 2017).

No mesmo ano, foi criado o "Programa para a Implementação do Marco Normativo e Política Pública com Enfoque de Gênero e Direitos das Mulheres para a Despatriarcalização", voltado para organizar um processo participativo e de coordenação entre diferentes instituições governamentais, organizações e movimentos de mulheres e a cooperação internacional a nível nacional, departamental e municipal, para a implementação efetiva dos avanços normativos relacionados às mulheres. Também foi estabelecido um projeto para a incorporação da perspectiva de gênero e despatriarcalização nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Integral dos governos municipais autônomos, que forneceu formação e capacitação para um total de 1.813 autoridades, líderes e representantes de organizações sociais de 23 municípios bolivianos (ONU MUJERES BOLIVIA, 2017).

No ano de 2017, o Tribunal Supremo Eleitoral (conjuntamente com outras instituições governamentais) estabeleceu a "Política de Gênero e Ações Institucionais", com o intuito de construir uma instituição voltada para a garantia da democracia intercultural e paritária no Órgão Eleitoral Plurinacional. No mesmo ano, foi implementado o Regulamento para o recebimento de renúncias por e denúncias de assédio e violência política de mulheres candidatas, eleitas ou em exercício de função política (ONU MUJERES BOLIVIA, 2018).

No mesmo ano, foram realizadas oficinas nacionais para a construção de uma Agenda de Gênero para o Pacto Fiscal, com a participação de mulheres dos Conselhos Departamentais e das Assembleias Legislativas, bem como de organizações e movimentos de mulheres. A Agenda elaborada a partir destas oficinas foi apresentada e aprovada pela Comissão Técnica do Pacto Fiscal. O Pacto Fiscal consiste em um espaço no qual, a partir de um processo de consulta, serão definidos aspectos referentes à geração, distribuição e destinação dos recursos

públicos voltados para o desenvolvimento do país, de forma que a incorporação da Agenda de Gênero busca garantir que o desenvolvimento, o bem-estar e provisão de bens e recursos também incluam as mulheres (ONU MUJERES BOLIVIA, 2018).

Em 2018 foi aprovada a Lei das Organizações Políticas (Lei 1096) que estabeleceu a aplicação de mecanismos para a garantia de paridade e a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens em todas as organizações políticas reconhecidas pelo Órgão Eleitoral Plurinacional, além de obrigar os partidos políticos a agir contra o assédio e a violência política. O intuito é que esta normativa resulte em mecanismos que contribuam para que a estrutura, regulamento e propostas das organizações políticas avancem para além da garantia de número de participantes mulheres, e também permita às mulheres transformar as relações desiguais de subordinação e violência ainda presentes nos espaços políticos. A Lei 1096 foi resultado de construção participativa: após a realização de nove oficinas departamentais, com a participação de mais de 500 mulheres de diferentes grupos populacionais e povos indígenas, propostas elaboradas em conjunto com o Tribunal Supremo Eleitoral, a ONU Mulheres Bolívia e diferentes organizações de mulheres foram incluídas no texto da Lei (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

A ONU Mulheres apoiou a implementação de mecanismos para combater o assédio e violência política. Em atuação conjunta com a Associação de Conselheiras da Bolívia, o escritório da Entidade na Bolívia apoiou a capacitação de mais de 176 conselheiras para a elaboração de normativas e iniciativas municipais para a prevenção e assistência ao assédio e violência política. Também foi realizado um concurso nacional para iniciativas municipais para erradicar o problema e as proposta selecionadas foram implementadas em cinco departamentos do país (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

Ainda em 2018, no âmbito do Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP) foi estabelecido o Observatório da Paridade Democrática, que produz relatórios sobre os casos de assédio e violência política registrados em nível nacional. Por fim, também foi criada a "Comissão contra o Assédio e a Violência Política"para apoiar a implementação da Lei 243 nas Assembleias Departamentais (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

Observa-se que as primeiras medidas estabelecidas pelo governo do Bem Viver na Bolívia, no que diz respeito à dimensão da participação política das mulheres, são normas voltadas para o acesso das mulheres ao poder Legislativo, um indicador comumente utilizado pelas agências internacionais de desenvolvimento para avaliar e monitorar o empoderamento das mulheres. A Lei Contra o Assédio e a Violência Política contra as Mulheres (Lei 243), por sua vez, é uma interessante inovação, por ser uma lei que **reconhece o processo político**

como um espaço discriminatório em termos de gênero. A Bolívia é o único país que possui uma lei que sanciona este delito (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

Apesar da existência de um significativo espaço de tempo entre a aprovação das primeiras leis referentes à participação política das mulheres e a realização de ações, políticas e aprovação de novas normas voltadas para garantir e fortalecer a implementação destes direitos, o governo boliviano vem gradualmente implementando medidas para a implementação eficaz, a consolidação e a ampliação da participação igualitária para todos os âmbitos de participação política, não se limitando apenas ao legislativo nacional.

No caso da Bolívia, alguns fatores indicam que além de um maior número de mulheres ocupando assentos no legislativo nacional, a **participação destas mulheres foi efetiva**. As diversas leis apresentadas, tramitadas e aprovadas que são relacionadas com a temática da igualdade de gênero e direitos das mulheres, bem como a presença da incorporação da perspectiva de gênero nas demais leis, demonstram que conjuntamente com uma maior presença das mulheres no legislativo, diferentes pautas e interesses das mulheres foram levadas a este espaço decisório.

O **perfil das mulheres que ocupam os assentos legislativos** é um fato relevante, uma vez que as instituições legislativas nacionais são espaços tradicionalmente ocupados por elites. Uma característica particular do governo do Bem Viver é a garantia da participação política da população indígena e originária, através de políticas de acesso semelhantes àquelas destinadas às mulheres. Assim, de acordo com dados de 2012, 35% das mulheres que ocupavam assentos legislativos na Bolívia se identificavam como indígenas (BOLIVIA, 2015).

Por fim, outro ponto de destaque no contexto da participação política das mulheres na Bolívia consiste na forte presença e atuação dos **movimentos e organizações das mulheres**. Foi possível observar, durante a busca e análise das leis e políticas relacionadas à igualdade de gênero no âmbito do governo do Bem Viver, a grande presença e participação desses movimentos e organizações em diversos espaços políticos de tomada de decisão, eventos, manifestações e atividades, inclusive a participação ativa na construção de documentos que posteriormente foram incluídos em leis e políticas públicas.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na participação política das mulheres na Bolívia. Os principais deles são a transformação do âmbito político, que permanece discriminatório, e a mudança na consciência da população.

4.2.3 Educação

A implementação de políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres na dimensão da educação está orientada pela reforma educacional estabelecida a partir da aprovação da Lei de Educação *"Avelino Siñani – Elizardo Pérez"* (Lei 70) no ano 2010. A Lei nº 70 determina a educação intracultural (com a presença dos saberes e indígenas) e a educação intercultural (articulação destes saberes dentro do sistema educativo) como elementos fundamentais do projeto educativo. Neste sentido, é proposta a articulação dos conhecimentos originários em conjunto com a ciência, tecnologia e conhecimentos ocidentais presentes no sistema educativo até então. O documento faz menção à equidade social e de gênero como um dos valores nos quais a educação se sustenta e afirma que um dos fins da educação consiste na promoção de uma sociedade despatriarcalizada, baseada na equidade de gênero e na promoção dos direitos humanos (EFRON, 2013).

No âmbito do Ministério da Educação existe uma "Equipe de Gênero, Geracional e Social", que atua a partir de 11 linhas de Despatriarcalização-Descolonização e através da promoção de atividades relacionadas às temáticas da prevenção da violência, maltrato e abuso no ambiente educacional, sexualidade integral no âmbito educativo e educação em direitos humanos. A partir de uma atuação conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça, foi elaborado o módulo de educação "Sexualidade e Gênero: um direito educativo", composto de dez capítulos e incluindo temas como a conceituação de gênero e a violência em razão de gênero, destinado. Também foi elaborado o texto "Bases da abordagem da educação inclusiva no sistema educacional plurinacional", voltado para o processo de formação de professores com a perspectiva da igualdade de oportunidades; e o livro didático "Uma educação sem violência para viver bem", sobre a eliminação da violência. Todos esses materiais são destinados aos docentes e são atualmente utilizados nas instituições educativas (JICA, 2014).

No ano de 2006 foi implementado o programa *"Bono Juancito Pinto"*, um programa de transferência monetária condicionada voltado para incentivar a matrícula, permanência e conclusão do ano escolar de meninos e meninas nos cinco primeiros anos do ensino primário. A cobertura do programa foi ampliada gradualmente, de forma no ano de 2018 mais de 2 milhões de estudantes foram beneficiados pelo programa. De acordo com o governo boliviano, o "*Bono Juancito Pinto"* contribuiu para aumento da taxa de assistência escolar tanto de meninos quanto de meninas, mas não foram encontrados dados desagregados por gênero sobre o programa (BOLÍVIA, 2015).

Nos últimos anos, os índices de finalização da escola primária e de matrícula nas escolas secundárias são similares para meninas e meninos, mas é possível identificar significativas lacunas de gênero no que diz respeito aos estudantes indígenas Nas áreas urbanas, as mulheres têm menos probabilidade de terminar o ensino primário do que os homens, sendo que as estudantes indígenas têm aproximadamente metade da probabilidade de completar a escola secundária quando comparadas aos alunos indígenas do sexo masculino. No que se refere às mulheres indígenas nas zonas rurais, estes índices são ainda mais preocupantes, as alunas indígenas possuem cinco vezes menos probabilidade de terminar o ensino secundário quando comparadas aos alunos indígenas da área urbana (BANCO MUNDIAL, 2015).

Neste sentido, os esforços realizados no âmbito do governo do Bem Viver na Bolívia não conseguiram diminuir estas lacunas. Os principais desafios são a persistência de fatores que impedem que as mulheres alcancem níveis mais altos de escolaridade, como as tarefas domésticas, cuidado de membros da família, necessidade de renda e gravidez na adolescência. A implementação da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres na dimensão da educação parece ter acontecido de forma muito débil. Ao buscar as políticas implementadas no âmbito da educação, a maior parte delas esta voltada para o elemento da descolonização, sendo possível afirmar que no âmbito da educação, a estratégia de descolonização teve prevalência sobre a estratégia de despatriarcalização.

Apesar da existência de alguns materiais didáticos que trabalham temáticas relacionadas à igualdade de gênero, não foi possível identificar a existência de uma **base curricular igualitária** de abrangência nacional ou de uma **base curricular inclusiva em termos de gênero.** O Currículo Base do Sistema Educativo Plurinacional é extremamente vazio no que diz respeito à temática de gênero, contanto com uma única menção referente à formação equitativa de homens e mulheres. A evasão escolar feminina ainda é um problema e significativas lacunas de gênero resistem, em especial no que diz respeito às estudantes indígenas, o que pode indicar que as políticas implementadas no âmbito da estratégia da descolonização não afetam as mulheres da mesma forma que afetam os homens.

4.2.4 Violência contra as mulheres

Na dimensão da violência contra as mulheres, o principal avanço no âmbito nacional foi a aprovação da “Lei Integral para Garantir às Mulheres uma Vida Livre de Violência” (Lei 348) em 2013. A Lei 348 estabelece a erradicação da violência contra as mulheres como uma

prioridade nacional e enquadra o problema como uma questão de saúde pública, a partir do foco na prevenção e proteção das mulheres vítimas de violência e na sanção dos perpetradores desta violência. Essa legislação reconhece 16 formas de violência contra as mulheres: física, feminicida, psicológica, midiática, simbólica, contra a dignidade, sexual, contra os direitos reprodutivos, em serviços de saúde, patrimonial e econômica, laboral, no sistema educativo, no exercício político, institucional, familiar e contra os direitos e a liberdade sexual.

O programa Vida sem Violência (VsV) foi criado a partir de uma iniciativa para fortalecer a implementação da "Lei Integral para Garantir às Mulheres uma Vida Livre de Violência" (Lei 348). O VsV foi formulado com o apoio da ONU Mulheres Bolívia[20] e a partir de atividades como a viagem de uma comitiva boliviana ao Brasil para conhecer a experiência do país no combate à violência contra as mulheres, consultas de nível técnico com diferentes órgãos e instituições nacionais (Ministério da Justiça, Ministério Público, Força Especial da Polícia de Luta Contra a Violência e Ministério da Saúde) e discussões com autoridades do Estado (ONU MUJERES BOLIVIA, 2017).

Os principais objetivos do projeto são a redução da violência contra as mulheres e a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de prevenção e atenção à violência prestados por instituições nacionais e locais, mas o VsV também busca, adicionalmente, mudar padrões culturais machistas e incentivar valores e práticas favoráveis aos direitos humanos. Ele foi estruturado a partir de três eixos: prevenção, redes municipais de atenção às mulheres em situação de violência e rede nacional de atenção às mulheres em situação de violência (ONU MUJERES BOLIVIA, 2017; COOPERACIÓN SUIZA EN BOLIVIA, 2016).

A duração estabelecida do projeto é de aproximadamente quatro anos (junho de2016 a dezembro de 2020), com um orçamento de 4.070.000 dólares americanos e uma cobertura geográfica compreende 80 municípios dos departamentos de Chuquisaca, Cochabamba, La Paz y Potosí (COOPERACIÓN SUIZA EN BOLIVIA, 2016). As características que mais chamam a atenção no programa Vida sem Violência são o grande foco no aspecto da prevenção e o envolvimento com diferentes instituições governamentais, além do orçamento disponível e a grande cobertura geográfica.

No ano de 2017 foi aprovada a "Política Pública Integral para uma Vida Digna das Mulheres Bolivianas", a partir do Decreto Supremo 3106. A Política estabeleceu a criação da

[20] Em coordenação com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e financiamento da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação.

Comissão Interinstitucional integrada por ministérios[21] que tem a responsabilidade de implementar esta política em todo o país, com o intuito de fortalecer e avançar na implementação da Lei 348. No mesmo ano o departamento de Cochabamba aprovou a Lei Departamental Nº 731 contra a violência contra as mulheres, que prevê proteção integral contra todas as formas de violência contra mulheres e meninas (ONU MUJERES BOLIVIA, 2018).

Foi assinado o Memorando de Entendimento com o Órgão Judicial para implementar a política de gênero e fortalecer o Comitê de Gênero deste Órgão. No âmbito do Comitê de Gênero, 416 juízes foram capacitados através do curso semipresencial "Como e por que julgar com uma perspectiva de gênero" e distribuição do "Protocolo para julgar com perspectiva de gênero". Também foi realizado um concurso nacional "Sentenças com enfoque de gênero", com o intuito de identificar, sistematizar e criar referências de sentenças que incorporam a perspectiva de gênero (ONU MUJERES BOLIVIA, 2018).

Em 2018 ocorreram mais avanços para a implementação da Lei 348, entre eles a criação do Conselho Setorial e Intersetorial "Por uma Vida Livre de Violência" (instrumento executivo para articular, coordenar e dar seguimento à implementação da Lei), a "Estratégia de investimento público e mobilização de recursos privados para investimento em violência de gênero" e o "Guia de ação contra a violência de gênero" (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

Em 2019 foi criado Sistema de Registro e Alerta Imediata "*Adela Zamudio*" da Força Especial da Polícia de Luta Contra a Violência, a partir do Decreto Supremo 3834, para o registro de informações sobre denúncias de crimes de violência contra mulheres e familiares e o fortalecimento da atuação da Força (BOLIVIA, 2019).

A violência contra as mulheres consiste em um dos principais problemas no que diz respeito à igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na Bolívia. É possível identificar importantes avanços nesta área nos últimos anos, mas estes esforços ainda são insuficientes para reverter a situação de violência à qual as mulheres bolivianas estão sujeitas. Os principais avanços nos últimos anos se concentraram em estratégias e programas voltados para a implementação da Lei 348, de forma que observa-se uma progressiva aplicação dos protocolos para a atenção às mulheres vítimas de violência e uma gradual institucionalização de uma **rede de prevenção, combate e assistência às vítimas de violência**.

[21] A Comissão é integrada pelos ministérios da Justiça e Transparência Institucional, da Educação, da Saúde, de Governo, de Culturas e Turismo, de Trabalho, Emprego e Segurança Social.

Ainda são necessários esforços para aplicação mais efetiva destes protocolos pelos agentes do Estado que fazem parte desta rede e ampliação do acesso da população a estes serviços, um dos elementos que podem contribuir para essa efetivação é o **treinamento de agentes do Estado.** Apesar do reconhecimento dos diferentes tipos de violência e estabelecimento de protocolos de atendimento, os níveis de impunidade permanecem muitos altos, sendo necessários avanços na área da justiça.

O Programa Vida sem Violência (VsV) pode ser destacado pela sua abrangência e especialmente pelo **foco na prevenção da violência**, um elemento que apesar estabelecido como prioridade na Lei 348, não se destacou nos demais programas e iniciativas identificados. Outro elemento de destaque da lei nacional consiste no reconhecimento de diferentes tipos de violência, o que pode ser identificado como uma concepção interessante da violência a partir da perspectiva do Bem Viver.

Também foi observada uma significativa e ampla atuação da ONU Mulheres Bolívia em conjunto com variados órgãos governamentais bolivianos no que diz respeito à temática da violência contra as mulheres, através de assistência técnica e financeira. A Entidade participou ativamente de atividades governamentais na área, em especial com a elaboração de informes com recomendações para a incorporação da perspectiva de gênero em diferentes documentos e ações. Por fim, a **realização de denúncias** também é um desafio a ser superado. De acordo com dados do ano de 2012, 7 em cada 10 mulheres bolivianas já sofreram algum tipo de violência, e aproximadamente 70% das vítimas não denunciam (ONU MUJERES BOLIVIA, 2012).

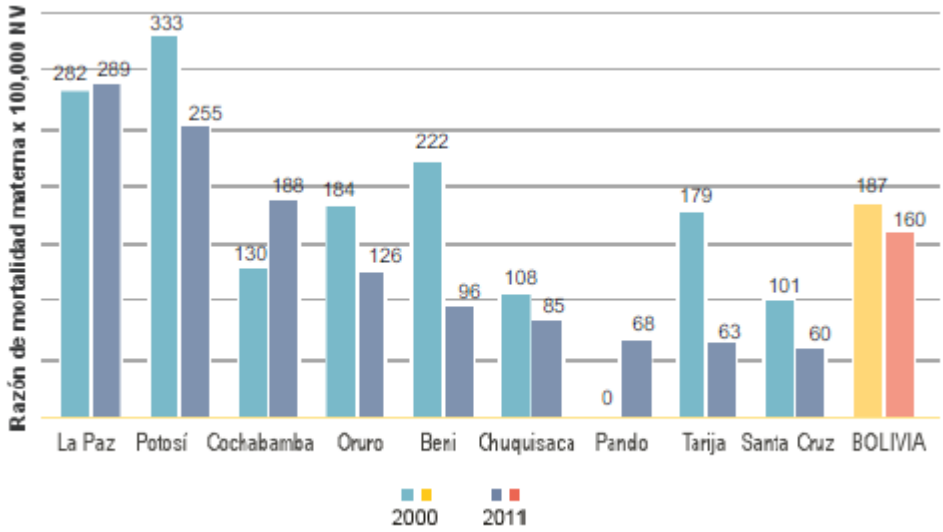
4.2.5 Direitos sexuais e reprodutivos

A Constituição da Bolívia determina a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dos homens e das mulheres. No Plano de Igualdade de Oportunidades uma das políticas planejadas na área da saúde é a promoção do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. A única ação especificada é o desenvolvimento de programas de educação cidadã, formação e capacitação sobre estes direitos. A estratégia de promoção da saúde adotada pelo Ministério da Saúde tem foco na pluralidade cultural e nas comunidades, o que foi colocado em prática inicialmente a partir da política “Saúde Familiar Comunitária Intercultural”.

As políticas implementadas pelo governo da Bolívia na dimensão dos direitos sexuais e reprodutivos tem como foco a redução da gravidez na adolescência e da mortalidade materna. Apesar dos esforços realizados para a redução da mortalidade materna nos últimos

anos, esta redução foi pequena e a taxa de mortalidade materna continua elevada no país, sendo a segunda mais alta na América Latina (BANCO MUNDIAL, 2015). Um desafio para conseguir erradicar essas mortes consiste na ampliação do número de partos realizados em instituições de saúde, uma vez que 40% das mortes ocorrem em domicílio (MINISTÉRIO DE SALUD, 2016).

Gráfico 1 – Mortalidade Materna por departamentos (Bolívia 2000 e 2011)



Fonte: (MINISTÉRIO DE SALUD, 2016, p. 14).

O Ministério da Saúde realizou o "Estudo Nacional de Mortalidade Materna" entre 2014 e 2015, com o intuito de compreender com maior profundidade a questão e orientar de forma adequada a formulação de políticas públicas para a redução destas taxas. Para combater as altas taxas de mortalidade materna e incentivar a maternidade segura, a Bolívia implementou em 2014 o programa "*Bono Juana Azurduy*", que tem como alvo as mulheres grávidas e mães jovens. A política consiste em um benefício de aproximadamente 260 dólares que tem como contrapartida o comparecimento em quatro consultas pré-natais, atendimento qualificado no parto, obtenção de certidão de nascimento para o recém-nascido e a realização de consultas de controle com o bebê por um período de dois anos. Entre os anos de 2009 e 2016 foram beneficiadas aproximadamente 735.000 mães/gestantes e 990.000 crianças (BANCO MUNDIAL, 2015; MINISTÉRIO DE SALUD, 2016).

No ano de 2017 foi lançada a "Campanha Nacional de Prevenção de Gravidez na Adolescência", a partir da criação de 3.000 unidades educativas em nove departamentos do país. O objetivo é realização de atividades voltadas para a informação e educação sobre a

prevenção da gravidez, direitos sexuais e reprodutivos e o uso de métodos anticoncepcionais pelos adolescentes. Dentre as capacitações fornecidas para os profissionais das redes de serviços de saúde, existe uma em "Saúde Sexual e Reprodutiva", voltada para melhorar os conhecimentos e habilidades das equipes de saúde no que diz respeito à tecnologia anticonceptiva (MINISTÉRIO DE SALUD, 2016b; 2017b). De acordo com dados de 2016, 71% das mulheres bolivianas utilizam algum método contraceptivo (INE, 2016).

Na Bolívia o aborto só é permitido em casos de risco para a saúde ou a vida da mãe e gravidez resultante de violação sexual, sendo punido com pena entre um e três anos de prisão. O tema esteve mais presente no debate público desde o ano passado, devido a uma proposta de reforma do Código Penal do país. No que se refere ao aborto, o novo Código Penal autorizaria a Interrupção Legal da Gravidez até as oito semanas de gestação em situação específicas como mulheres em situação de rua, mulheres com mais de três filhos ou estudantes adolescentes. A descriminalização do aborto nestas situações específicas não foi o único elemento da reforma proposta que gerou polêmica, algumas alterações referentes à liberdade religiosa e erros médicos também geraram grande debate público. Assim, apesar da aprovação do novo Código Penal, o Código foi cancelado antes de entrar em vigência.

Assim, no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na Bolívia, foram implementadas políticas e ocorreram avanços na redução da **mortalidade materna**, mas as taxas ainda são altas. Também existiram ações voltadas para informar sobre o uso de **métodos contraceptivos**, ampliar o acesso e capacitar as equipes de saúde em tecnologia anticonceptiva, de forma que o acesso das mulheres a estes métodos chegou à 70%. Por fim, o **direito ao aborto seguro** ainda não existe no país, ainda que o tema da descriminalização do aborto em alguns casos tenha chegado à Assembleia Legislativa, as mudanças não foram implementadas e o tem ainda causa muita oposição se setores da população. Também é preciso ampliar o conhecimento a produção de dados sobre o aborto no país, para que o debate possa ocorrer de forma mais informada.

4.2.6 Despatriarcalização

A Agenda de Despatriarcalização para Viver Bem foi construída a partir de nove encontros departamentais que reuniram aproximadamente 20.000 mulheres na elaboração de propostas voltadas o exercício pleno dos direitos das mulheres na Bolívia. A Agenda foi organizada em torno de sete eixos: direitos econômicos, políticos, sociais e culturais e identidade, justiça e erradicação da violência, informação e comunicação e direitos das

mulheres jovens. O documento foi aprovado pelo presidente Evo Morales em outubro de 2018, em um grande evento com a participação de inúmeros movimentos e organizações de mulheres (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

A Agenda de Despatriarcalização abarca todas as cinco dimensões mencionadas acima. A Despatriarcalização visada pela iniciativa consiste na transformação estrutural das condições de discriminação e subordinação sofridas pelas mulheres. O foco da proposta na transformação das estruturas que promovem e perpetuam a discriminação e a desigualdade de gênero, juntamente como a organização da proposta nos setes eixos mencionados acima pode resultar em avanços importantes para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres em todas as dimensões analisadas neste capítulo (ONU MUJERES BOLIVIA, 2019).

4.3. Políticas para o empoderamento das mulheres no Equador

Esta seção apresenta a análise da implementação das políticas de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres pelo Equador, a partir das categorias de análise apresentadas anteriormente. Foram analisadas as políticas adotas entre os anos de 2007 e 2017, período que compreende os períodos de mandato do presidente Rafael Correa.

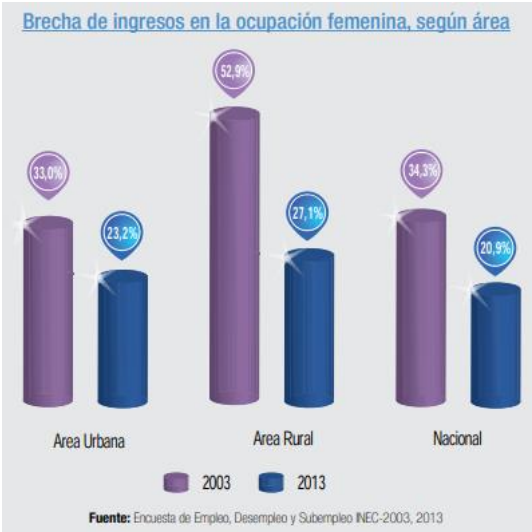
4.3.1 Participação econômica

Na dimensão da participação econômica, a Constituição Equatoriana estabelece a igualdade no acesso ao emprego, capacitação e oportunidade de renda, bem como a remuneração equitativa. Os direitos reprodutivos das trabalhadoras são garantidos a partir da proibição de demissão por motivo relacionado à gestação ou maternidade. Além disso, os trabalhos de autossustento e cuidado humano são considerados trabalhos produtivos e a economia equatoriana foi classificada com social e solidária (EQUADOR, 2008).

O Código do Trabalho determina desde o ano de 2005 a igualdade de remuneração sem descriminação baseada no sexo, mas não existe nenhum mecanismo de controle específico para essa temática (EQUADOR, 2005). Até o ano de 2009 os trabalhadores domésticos possuíam um piso salarial 20% menor do que o piso comum dos trabalhadores do setor privado, mas a partir de 2010 os salários de todas as atividades econômicas foram unificados. O Ministério do Trabalho define o salário mínimo do setor privado e existem mecanismos de denúncia e inspeções periódicas, mas não existe nenhum protocolo delineado, nem especificações referentes à discriminação baseada no gênero. Ademais, o Código do

Trabalho não regulamenta o trabalho autônomo nem o trabalho de meio período, de forma que sua cobertura não é ampla. Apesar de não existir nenhuma política específica para a questão, a diferença salarial entre homens e mulheres diminuiu nos últimos anos, em especial na área rural (RODRÍGUEZ, 2014; CNIG, 2015).

Gráfico 2 – Disparidade salarial (Equador)



Fonte: (CNIG, 2015, p. 71).

No que concernem as políticas de trabalho e emprego, a "Agenda de Políticas de Trabalho e Emprego 2013-2017" do Ministério do Trabalho incluiu, entre outras medidas, a capacitação dos funcionários do Ministério. Apesar de uma área sobre políticas para a igualdade de gênero na capacitação, não foi colocado em prática nenhum programa específico. Foram identificados dois programas do Ministério do Trabalho voltados para a promoção de empregos. A *Red Socio Empleo* consiste em uma rede de agências para a intermediação entre oferta e demanda de empregos e capacitação em um conjunto de habilidades profissionais. O programa teve início no ano de 2009, tem cobertura geográfica nacional e está disponível para toda a população economicamente ativa, funcionando a partir de agências localizadas em pelo menos 22 cidades. O programa não menciona de forma específica o emprego de mulheres ou a igualdade de gênero, foram atendidas 33.000 pessoas entre 2010 e 2015, mas não foram divulgados dados desagregados por sexo (RODRÍGUEZ, 2014; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2019).

O programa "Meu Primeiro Emprego" é destinado a jovens entre 18 e 29 anos, recém-formados no ensino superior e sem experiência anterior de trabalho. O projeto funciona a partir de estágios no setor público e privado, com o intuito de melhorar a empregabilidade.

Ainda que nos objetivos conste a promoção de políticas de emprego em condições de igualdade de oportunidades, o regulamento mais recente de implementação e execução não faz alusão ao tema. Até o ano de 2014 o programa beneficiou 1000 jovens, sendo 35% mulheres (RODRÍGUEZ, 2014; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

As políticas voltadas para a economia solidária são executadas pelo Instituto de Economia Social e Solidária (IEPS). Algumas das metas das políticas planejadas para o acesso aos recursos (como terra, crédito, tecnologia, entre outros) fazem alusão ao acesso das mulheres a estes recursos, mas não foram encontrados programas específicos destinados a isso. Também existe menção à promoção de negócios e empreendimentos de mulheres (em especial nos setores agrícolas e rurais) e à priorização dos grupos em condição de vulnerabilidade (entre eles mulheres) nas políticas de inclusão financeira, capacitação e crédito associativo (RODRÍGUEZ, 2014).

O IEPS atuou em alguns setores específicos para a melhoria das condições de empreendimentos de reciclagem, desenvolvimento de atividades turísticas comunitárias e ampliação da produção alimentícia local. O Instituto atuou com organizações de produtores através do desenvolvimento de produtos financeiro alternativos para promover o acesso facilitado ao financiamento com melhores condições. Estas ações de inclusão financeira foram acessadas em maior medida por mulheres, a partir de bancos comunitários, mas em alguns casos os requisitos demandados pelo governo são complexos, resultando e dificuldades para essas mulheres ao lidar com um sistema financeiro formal (RODRÍGUEZ, 2014).

O "Projeto de Desenvolvimento do Corredor Central", executado entre 2007 e 2014, funcionou a partir do fortalecimento de capacidades locais e financiamento de empreendimentos produtivos rurais, com o objetivo de promover melhorias nas condições de vida de aproximadamente 36.000 famílias. Este projeto contou com uma alta porcentagem de participação de mulheres: das iniciativas produtivas familiares financiadas pelo projeto, 41% são de lares chefiados por mulheres e foram apoiadas 21 organizações exclusivamente de mulheres (IEPS, 2014).

O programa *Hilando el Desarrollo*, executado pelo IEPS em parceria com o Ministério da Educação, promoveu a integração de pequenas oficinas artesanais têxteis da zona rural na produção de uniformes escolares para o sistema público de educação. As atividades executadas são focadas na geração de renda e capacitação dos artesãos na produção dos uniformes. O programa envolveu uma parcela importante de mulheres na produção técnica têxtil (IEPS, 2019; SAN, 2019a).

Estes programas, apesar de não possuírem diretrizes iniciais voltadas especificamente para as mulheres, contaram com uma parcela significativa de mulheres entre seus beneficiários. Apesar disso, não foram encontradas políticas voltadas para a inserção de mulheres em atividades empresariais que não são tradicionalmente femininas, de forma que a maior participação de mulheres ocorreu a partir da participação de empresas e organizações de áreas como alimentação, ensino, comércio, entre outros, setores de menor tamanho e produtividade. Por fim, as políticas nacionais de crédito não possuem nenhum aspecto específico para o acesso igualitário de mulheres ao financiamento. Também não existem mecanismo de acompanhamento técnico ou capacitação, elementos que poderiam contribuir para completar a inclusão financeira (RODRÍGUEZ, 2014).

No que diz respeito aos trabalhos de cuidado, "Plano Nacional do Bem Viver 2009-2013" sugere a criação de um sistema nacional de proteção e cuidado para alguns grupos de atenção prioritária, temática pela qual é responsável o Ministério da Inclusão Econômica e Social (MIES). No planejamento para a composição de um Sistema de Cuidados existia um eixo de cuidado do cuidador, voltado para a profissionalização dos serviços de cuidado, que não funcionou na prática, de forma que a população cuidadora não foi considerada sujeita destas políticas (RODRÍGUEZ, 2014).

As políticas da área do cuidado tiveram três focos, o desenvolvimento infantil, a proteção de idosos e a atenção e inclusão da população com deficiência. Destaca-se o programa "Crescendo com nosso filhos", iniciado em 2006 e voltado para o atendimento de crianças entre 0 e 5 anos, a partir de um processo de formação familiar. O projeto fornece assistência, educação e capacitação em nutrição para as crianças e suas famílias, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento infantil integral e reduzir a carga de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado realizado majoritariamente pelas mulheres, facilitando a inserção destas no mercado de trabalho. Até o ano de 2013, foram atendidas 275.000 crianças e famílias (RODRÍGUEZ, 2014; SAN, 2019b; CNIG, 2015).

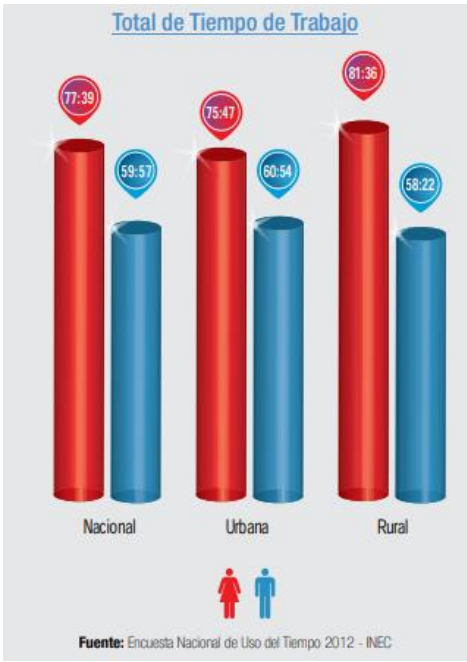
Em 2010 foi criado o programa "*Joaquín Gallegos Lara*", um programa de transferência mensal (de 240 dólares) a pessoas cuidadoras, visando melhorar a condição de vida e atendimento a pessoas com graves deficiências físicas, intelectuais e psicossociais, com doenças catastróficas ou raras e órfãs e menores de 14 anos vivendo com HIV-AIDS. O programa tem alcance nacional e até o ano de 2015 foram fornecidas 20.322 bonificações, beneficiando 18.609 mulheres cuidadoras (SAN, 2019c; CNIG, 2015).

Apesar de esforços voltados para a atenção em centros e instituições, serviços de visita domiciliar e incentivos para os serviços privados, estas políticas tem uma cobertura muito

limitada. O trabalho voltado para o cuidado permanece, em grande medida, responsabilidade da família e majoritariamente das mulheres: 72% do trabalho de cuidado é responsabilidade da família, 16% do setor público e 12% do setor público. No âmbito do lar e no setor público, 80% daqueles responsáveis pelo trabalho de cuidado são mulheres (RODRÍGUEZ, 2014; INEC, 2012).

Para além da temática exclusiva do trabalho do cuidado, as mulheres equatorianas trabalham mais horas semanalmente em comparação com os homens, em especial nas áreas rurais. As mulheres trabalham 17:42 horas mais que os homens a nível nacional, nas áreas urbanas a diferença é de 14:53 horas, enquanto nas áreas rurais chega a 23:14 horas. Os resultados da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo realizada em 2012 pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) demonstram que existe uma grande assimetria no tempo destinado ao trabalho de cuidado e trabalho doméstico, historicamente cumprido pelas mulheres. Assim, ainda que as mulheres tenham se incorporado gradualmente ao mercado de trabalho, a carga de trabalho das atividades domésticas e de cuidado não foi dividida com os homens. No Equador, 85% das mulheres equatorianas dedicam mais de 20 horas semanais realizando trabalhos de cuidado na família, enquanto 80% dos homens dedicam menos de 10 horas (CNIG, 2015; INEC, 2012).

Gráfico 3 – Tempo total de trabalho (Equador)



Fonte: (CNIG, 2015, p. 11).

No ano de 2015 foi aprovada a "Lei Orgânica para a Justiça do Trabalho e Reconhecimento do Trabalho no Lar". A Lei estabeleceu um Seguro Geral Obrigatório de seguridade social que inclui os trabalhadores domésticos (que devem ser afiliados pelos empregadores) e as donas de casa que realizam trabalho não remunerado (afiliação voluntária) (EQUADOR, 2015). Não foi possível identificar nenhuma iniciativa ou política governamental voltada para o questionamento ou a equiparação das horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidado, uma das metas estabelecidas no "Plano Nacional do Bem Viver 2009-2013". Apesar disso, a realização da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo é um primeiro passo necessário para definir e medir o total de trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidado não remunerado realizado por mulheres e homens, compreender as lacunas de gênero e planejar ações voltadas para sua diminuição.

Dessa forma, no âmbito da participação econômica, é possível observar que embora exista uma normativa voltada para a igualdade de gênero e a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas desta área, estes elementos não estão presentes no planejamento e na execução dos programas e projetos identificados. No que diz respeito ao trabalho, existem normativas, mas não foram encontrados programas específicos voltados para questões como a **disparidade salarial**, por exemplo. As políticas para a área do cuidado têm pouca cobertura e não promovem em nenhuma medida o questionamento ou transformação da **divisão sexual dos trabalhos de cuidado**, que são majoritariamente responsabilidade das mulheres. Por fim, as políticas para emprego e geração de renda e empreendimentos no âmbito da economia solidária, a igualdade de gênero está presente na agenda do Instituto de Economia Social e Solidária, mas esse aspecto não aparece de forma específica no planejamento e execução das políticas. Ainda assim, em alguns casos, parte significativa dos beneficiários dos programas foram mulheres.

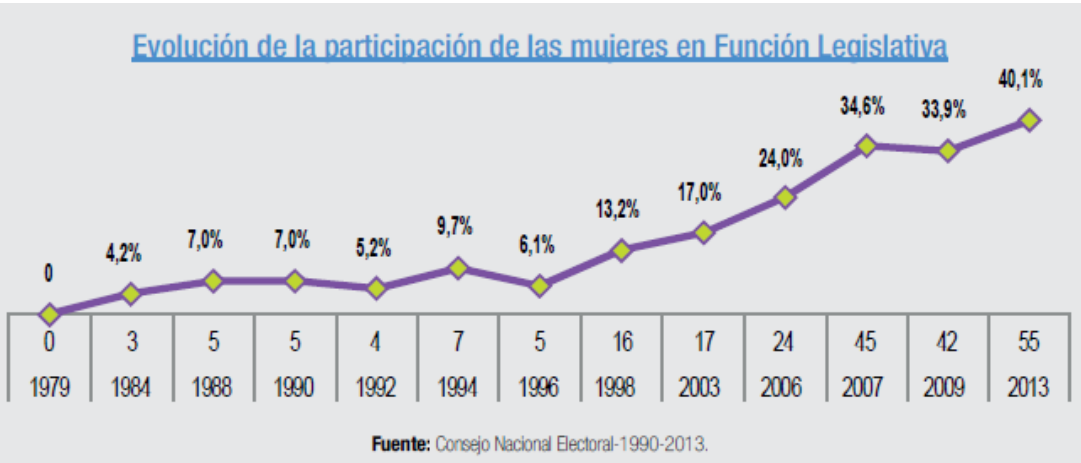
Neste sentido, no geral é possível observar uma tendência redistributiva e orientada para os direitos a partir do estabelecimento da nova Constituição e do Plano Nacional para o Bem Viver, mas não existe uma incorporação da perspectiva de gênero, nem políticas e programas voltados de forma específica para alcançar os direitos das mulheres no que diz respeito à participação econômica. Também se fazem necessárias mais **políticas voltadas para o setor informal da economia.**

4.3.2 Participação política

No âmbito da participação política, a Constituição estabelece a obrigação do Estado em promover a igualdade de gênero na representação em partidos, movimentos políticos, cargos designados e instituições de tomada de decisão política, além de determinar a adoção de medidas afirmativas para garantir a participação de grupos vulneráveis. A Lei Eleitoral de 2009, também conhecida como Código da Democracia, incorpora os princípios da paridade e alternância, estabelecendo que as listas de candidatos devem ser formadas de maneira paritária e alternada; sendo estes candidatos selecionado através de eleições primárias ou outro processo democrático interno, que garanta a participação igualitária entre homens e mulheres. Os representantes da Assembleia Nacional, bem como dos conselheiros regionais, distritais, municipais e rurais são eleitos votando pelas candidaturas destas listas. Assim, o sistema de cotas do Equador estabelece o princípio da paridade para as listas de todos os níveis eleitorais (EQUADOR 2008; 2009b).

A representatividade de mulheres na Assembleia Nacional aumentou depois da vigência da legislação que garante a paridade e alternância. As mulheres ocupavam 25% dos assentos legislativos em 2008, 32,3% em 2009, 38,7% em 2013 e alcançaram 41,6% em 2014 (INTERPARLAMENTARY UNION, 2008; 2009; 2013; 2014[22]). Além disso, pela primeira vez mulheres lideraram a Assembleia Nacional, sendo que a presidenta e vice-presidenta da Assembleia foram reeleitas para o período de 2015-2017.

Gráfico 4 – Evolução da participação das mulheres na Função Legislativa



Fonte: (CNIG, 2014, p. 11).

[22] Os dados referentes à porcentagem de assentos ocupados pelas mulheres na Assembleia Legislativa do Equador apresentados pela Interparlamentary Union e aqueles divulgados pelo Conselho Nacional de Igualdade de Gênero apresentam pequenas divergências.

Foi criada uma "Unidade Técnica Legislativa" que elabora relatórios para a incorporação da perspectiva de gênero nas normativas nacionais que estão em processo de formulação. Também foi formado um Grupo Parlamentar pelos Direitos das Mulheres, um espaço destinado para a colaboração e criação de alianças sem distinção de partido ou ideologia, com intuito de promover e incorporar normas de direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero e garantir o cumprimento dos direitos da igualdade de gênero e não discriminação das mulheres (CNIG, 2014; 2019).

No âmbito da normativa complementar que seguiu a adoção da nova Constituição, no ano de 2011 foi apresentada a proposta do "Projeto de Lei Orgânica contra a Discriminação, o Assédio e a Violência Política com base no Gênero", que pretendia estabelecer mecanismos para prevenir, sancionar e erradicar toda forma de discriminação, perseguição ou violência que impedisse o exercício dos direitos das mulheres no contexto da participação política. O projeto foi arquivado no ano seguinte, sob o argumento de que a Lei Orgânica Eleitoral prevê mecanismos para denunciar casos de perseguição política (EQUADOR, 2011; CAMPOS, 2017).

Em 2014 foi aprovada a "Lei Orgânica dos Conselhos Nacionais para a Igualdade", que estabelece a criação de diferentes Conselhos Nacionais para a Igualdade, entre eles o Conselho Nacional para a Igualdade de Gênero (CNIG). Estes Conselhos são responsáveis por assegurar o exercício dos direitos garantidos pela Constituição e atuar de forma coordenada com diferentes níveis e instituições governamentais para a formulação, transversalização e observância de políticas públicas relacionadas às temáticas específicas pelas quais são responsáveis (EQUADOR, 2014).

Além disso, diversas leis e códigos incorporaram a perspectiva de gênero e incluíram importantes direitos para as mulheres[23]. É possível afirmar, portanto, que existe uma significativa transversalização da temática de igualdade de gênero no legislativo equatoriano. Esse pode ser um motivo pelo qual algumas normativas que procuram garantir a igualdade de gênero não são específicas para as mulheres ou para as questões de gênero.

[23] São eles: Código Orgânico de Função Judicial, Código Orgânico da Função Legislativa, Código Orgânico da Função Eleitoral, Código Orgânico de Planificação e Finanças Públicas, Código Orgânico da Produção, Comércio e Investimentos, Código Orgânico da Organização Territorial, Autonomia e Descentralização, Código Orgânico Integral Penal, Código da Democracia, Código Orgânico Integral Penal, Código da Infância e Adolescência, Lei Orgânica de Doação e Transplantes de Órgãos, Tecidos e Células, Lei Orgânica de Economia Popular e Solidária, Lei Orgânica do Serviço Público, Lei Orgânica de Educação Superior, Lei Orgânica de Educação Intercultural, Lei Orgânica de Comunicação, Lei Orgânica de Economia Popular e Solidária, Lei Orgânica para a Justiça do Trabalho e Reconhecimento do Trabalho no Lar (CNIG, 2015).

A participação das mulheres no poder público aumentou não apenas nos cargos de eleição popular, mas também em cargos designados. Um ponto que merece destaque é que Ministérios responsáveis por temas tradicionalmente não relacionado com as mulheres, como o Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e Ministério de Obras Públicas foram ocupados por mulheres pela primeira vez no país. O princípio da paridade nos cargos de designação, determinado pela Constituição, também foi observado em outras funções do Estado. O Conselho Nacional de Justiça, Conselho de Participação Cidadã e Controle Social e Conselho Nacional Eleitoral são exemplos de órgãos com alta porcentagem de participação de mulheres no ano de 2012 (CNIG, 2015).

Gráfico 5 – Autoridades nacionais (desagregado por gênero) 2018

9.1. Autoridades nacionales – desagregado por género

Autoridades Nacionales: ministerios y secretarías, desagregación por género

Autoridades Nacionales	Hombres	Mujeres	Total	Porcentaje Hombres	Porcentaje Mujeres	Total
Ministerios	10	12	22	45,45	54,55	100,00
Secretarías Nacionales	3	0	3	100,00	0,00	100,00
Secretarías	4	2	6	66,67	33,33	100,00

Fonte: (BOLÍVIA, 2018, p. 343).

Após a adoção do princípio de paridade e alternância no Equador, diversas leis apresentadas, tramitadas e aprovadas pela Assembleia Nacional contaram com a transversalização da perspectiva de gênero. Dessa forma, conjuntamente com uma maior presença das mulheres no legislativo, diferentes pautas e interesses das mulheres foram levadas a este espaço decisório, indicando que, em alguma medida, a **participação destas mulheres foi efetiva.** Apesar disso, o "Projeto de Lei Orgânica contra a Discriminação, o Assédio e a Violência Política com base no Gênero", que seria uma importante medida para o **reconhecimento do espaço político como discriminatório** e para o pleno exercício dos direitos das mulheres, não foi aprovado.

Não foram encontrados dados referentes ao **perfil socioeconômico ou perfil étnico-racial das mulheres eleitas** para a Assembleia Nacional, de forma que não foi possível identificar se, em alguma medida, as mulheres que ocupam assentos na Assembleia Nacional do Equador tenham um perfil mais diversificado e afastado das típicas elites políticas. No que diz respeito ao **movimento das mulheres** no Equador, algumas autoras apontam a existência de duas tendências paradigmáticas. Por um lado, parte do movimento das mulheres que faziam parte das correntes de esquerda entra para a estrutura do Estado a partir da chamada revolução cidadã, acompanhadas de um discurso questionador das estruturas dominantes e discriminatórias em razão de gênero, mas a luta de gênero e as propostas de política no âmbito estatal se limitam à inclusão e transversalização de demandas que resultam apenas em medidas de compensação e conciliação. Por outro lado, ocorre um crescimento de movimentos locais de mulheres dentro dos movimentos indígenas, campesinos e organizações e movimentos negros, que se opõe ao modelo de desenvolvimento extrativista do governo e, formado majoritariamente feminismos variados e por mulheres indígenas, campesinas, negras e mulheres urbanas pobres, propõe alternativas comunitárias (AGUINAGA, 2012).

4.3.3 Educação

A nova Constituição equatoriana determina que a educação seja um direito de todos, um dever prioritário do Estado e que seja centrada no ser humano e em seu desenvolvimento holístico, bem como promova a igualdade de gênero. Entre os objetivos delineados no "Plano Nacional do Bem Viver 2009-2013" estão a ampliação do acesso à educação através da eliminação das barreiras de acesso para grupos vulneráveis, entre eles as mulheres. Ainda no campo normativo, a "Lei Orgânica de Educação Superior", do ano de 2010, estabelece processos de reforma no sistema de educação e incorpora de forma transversal a igualdade de gênero e a "Lei Orgânica da Educação Intercultural" de 2011 também conta com a transversalização da temática do gênero e determina políticas afirmativas para alcançar a educação livre de qualquer tipo de discriminação (EQUADOR, 2008; EQUADOR, 2009; CNIG, 2015).

A nível nacional, a taxa de analfabetismo é de 7,8% para as mulheres e 5,6% para os homens. Foram implementados dois programas de educação para adultos, os programas *"Manuela Sáenz"* e *"Dolores Cacuando"*, em áreas de maior incidência de analfabetismo e pobreza. Estes programas incluíram a capacitação de 5.366 docentes, ativação de 4.978 centros educativos e 83.548 beneficiários até o ano de 2012, mas não existem dados

desagregados por gênero. Também foi executada uma campanha nacional “Ninguém nunca mais! Educação sem violência sexual” para a prevenção, detecção e erradicação de delitos sexuais no sistema educativo (CNIG, 2015; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Não existem lacunas de gênero na taxa de matriculas na educação básica, apesar de ainda persistirem desigualdades geográficas. Na educação secundária também observa-se uma tendência aumento das matrículas femininas, redução de lacunas de gênero e conversão entre homens e mulheres. Apesar disso, as desigualdades no que diz respeito à área geográfica e grupo étnico são bem mais evidentes. O acesso de mulheres ao ensino superior também está aumentando, em 9 das 55 universidades de nível nacional, as mulheres correspondem a 56% dos estudantes. Não foram encontrados dados estatísticos referentes ao abandono escolar desagregados por gênero, de foram que não foi possível identificar a evasão escolar feminina. Apesar disso, a gravidez foi apontada dentre as razões para não frequentar a aula, mesmo que por uma parcela pequena (2%) dos alunos (ONU MUJERES ECUADOR, 2016; CHACUA, 2015).

A Secretaria de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação implementou políticas que incorporam a perspectiva de gênero e a igualdade de gênero, voltadas para garantir os direitos das mulheres no âmbito da educação superior e promover a existência da igualdade e a incorporação da perspectiva de gênero nas instituições de ensino, bem como em suas atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão. No Equador, 35% dos pesquisadores são mulheres e aproximadamente 37% dos bolsistas equatorianos que estudam no exterior também (CNIG, 2014).

Em 2016 foi assinado o “Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional” entre o CNIG e o Instituto de Altos Estudos Nacionais, para a promoção de atividades conjuntas entre os dois órgãos e o estabelecimento de mecanismos para o fomento da transversalização de gênero nos programas de formação, capacitação e educação continuada dos servidores públicos, responsáveis pela formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas públicas e da gestão pública como um todo. O Convênio, com vigência inicial de 4 anos, também tem o intuito de incentivar a pesquisa e a geração de conhecimento sobre o governo e a administração púbica. No âmbito do “*Programa Germanico Salgado*”, programa responsável pelo sistema de capacitação e formação de servidores públicos, foi criado o curso “Políticas Públicas e Gênero” e “Enfoque de Gênero para Servidores Públicos” (CNIG, 2015; IAEN, 2019a; IAEN, 2019b).

O Conselho Nacional de Igualdade de Gênero (CNIG) iniciou uma cooperação técnica com a Escola de Governo e Administração Pública para incorporar a perspectiva de gênero

nas atividades do Conselho. O Conselho também colabora desde o ano de 2014 com o "Conselho Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior", para a incorporação da perspectiva de gênero em seus instrumentos técnicos e realização de ações para a promoção da igualdade e erradicação das desigualdades de gênero no sistema educativo. Por fim, o CNIG também coopera de forma similar com o Ministério Coordenador do Conhecimento e Talento e a Universidade Central do Equador. Também foi criada a Rede de Educação Superior e Gênero, para a construção e fortalecimento de ações para a promoção da igualdade e erradicação das desigualdades de gênero no sistema educativo e em sua relação com a sociedade, que já conta com a participação de 20 universidades (CNIG, 2014).

No "Currículo dos Níveis de Educação Obrigatória", a presença da temática de gênero é quase inexistente. Dentre os critérios de desempenho da disciplina de Estudos Sociais, uma das habilidades esperadas por parte dos alunos é a análise da "participação de mulheres e homens no contexto da diversidade, equidade de gênero e rejeição de todas as formas de discriminação." (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 664, tradução nossa[24]). Por fim, foram identificas no âmbito do Ministério da Educação algumas iniciativas com um escopo menor, voltadas para um número menor de alunos e docentes, como oficinas de divulgação de um guia sobre a incorporação da igualdade de gênero para docentes do ensino secundário, oficinas sobre os temas de prevenção da violência de gênero nas escolas e criação de espaços de inovação e encontros voltados para a inclusão de mulheres nos espaços científicos e de inovação (CNIG, 2015).

No que diz respeito à educação, é possível identificar amplos esforços do governo para incorporar a perspectiva de gênero em diferentes órgãos do sistema educativo equatoriano, mas essa transversalização não se traduz em políticas voltadas especificamente para as mulheres. Ainda que essa transversalização pode contribuir para que a **base curricular** do país seja igualitária e inclusiva em termos de gênero, isso não foi garantido na base curricular estabelecida através do documento "Currículo dos Níveis de Educação Obrigatória" e ações de pequeno escopo que levam debates relacionados à igualdade de gênero às instituições de ensino não tem o mesmo impacto. Não foram encontrados dados sobre a **evasão escolar feminina** e, como as lacunas de gênero são pequenas e apresentam a tendência de diminuir nos níveis de acesso à educação, estas políticas parecem não ser a prioridade do Estado.

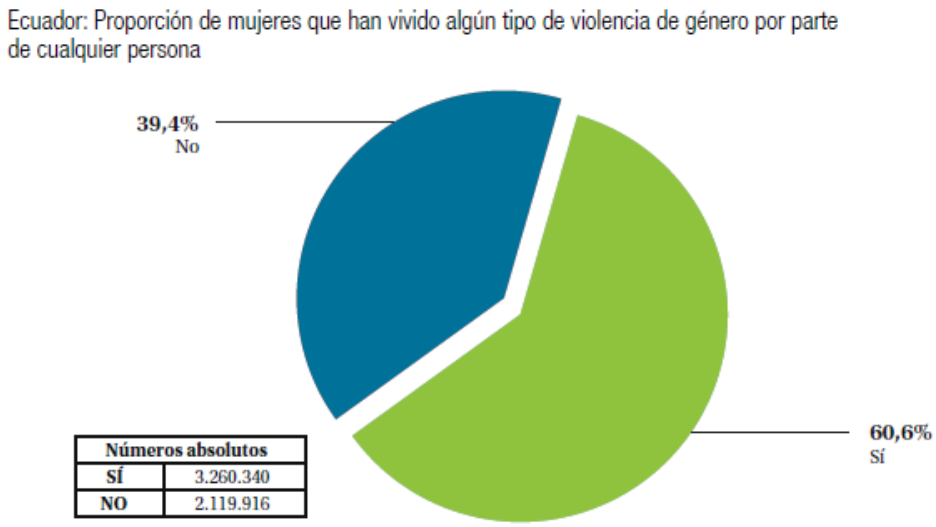
[24] "[...] participación de mujeres y hombres en el marco de la diversidad, la equidad de género y el rechazo a toda forma de discriminación.".

4.3.4 Violência contra as mulheres

A Constituição de 2008 determina a obrigação do Estado de adotar medidas para combater a violência contra as mulheres e fornecer proteção e atendimento às vítimas. Uma das metas estabelecidas no "Plano Nacional do Bem Viver 2009-2013" foi a redução deste tipo de violência. Ainda no campo normativo, em 2007 foi criado o "Plano Nacional para a Erradicação da Violência de Gênero para Crianças, Adolescentes e Mulheres", sendo um dos eixos estratégicos a transformações de padrões socioculturais discriminatórios. Em 2014 foi assinado o "Pacto Nacional contra a Violência de Gênero entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, como parte de um compromisso interinstitucional para a erradicação da violência (EQUADOR, 2008; EQUADOR, 2009; CNIG, 2015).

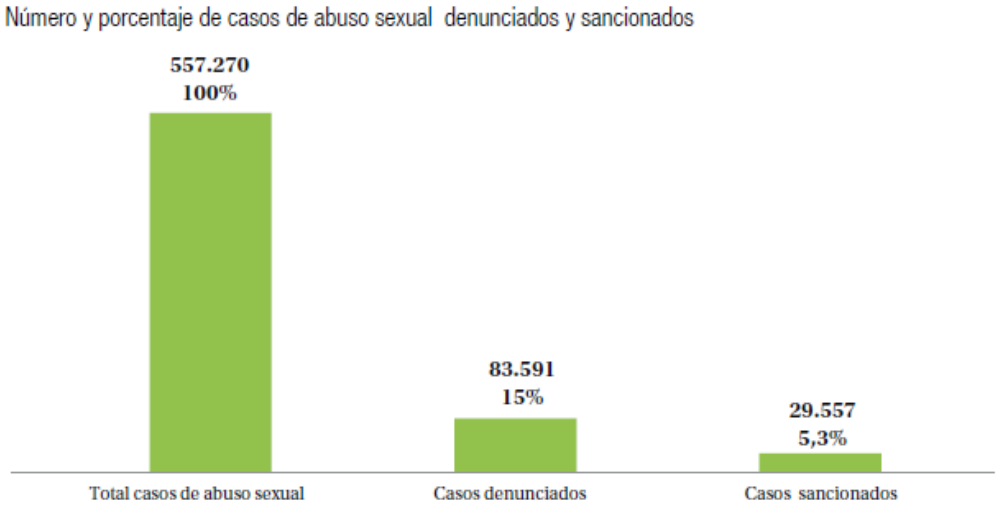
A violência contra as mulheres é um grande obstáculo para o empoderamento das mulheres no Equador. Mais de 60% das mulheres equatorianas já sofreram algum tipo de violência de gênero por parte de qualquer pessoa. A denúncia e punição desta violação também é um desafio, uma vez que apenas 15% dos casos de violência contra as mulheres são denunciados e, destes, apenas 5% resultaram em alguma punição. No caso do abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes, os principais motivos pelos quais as vítimas não avisaram ninguém sobre o abuso foram o medo das consequências (35%), a vergonha (27%) e pensar que ninguém iria acreditar na denúncia (19%) (CNIG, 2014b).

Gráfico 6 – Proporção de mulheres que experienciaram algum tipo de violência por parte de qualquer pessoa (Equador)



Fonte: (CNIG, 2014b, p. 32).

Gráfico 7 – Número e porcentagem de casos de abuso sexual denunciados e punidos



Fonte: (CNIG, 2014b, p. 32).

Entre 2009 e 2010 foi implementada a campanha "Reage Equador, machismo é violência", voltada para o reconhecimento dos direitos da mulher e a construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres (CNIG, 2015). A iniciativa foi executada através de meios massivos de comunicação local e nacional, bem como em meios alternativos como festivais, concursos e debates. Um extenso estudo acerca da campanha concluiu que houve êxito na difusão e posicionamento de ideias: a campanha foi difundida para aproximadamente 50% da população nacional e o posicionamento contrário à violência, ao machismo e aos papeis sociais foi recebido de forma informativa e reflexiva (ESTÉVEZ; VEJA; PÉREZ, 2011).

Ainda em 2009 foram criadas as "Salas de acolhida inicial para a atenção às vítimas de violência" nos hospitais públicos, espaços destinado para oferecer atenção integral e especializada para as mulheres vítimas de violência. Entre 2007 e 2015 foram estabelecidas 15 Salas de acolhida (em 11 províncias do Equador) que contam com atendimento médico, psicológico, social e jurídico, além de um protocolo de atendimento às vítimas (CNIG, 2014). Em 2011 foi criado o "Plano Nacional Integral para Erradicar os Delitos Sexuais no Sistema Educativo" e o Ministério da Educação lançou a campanha nacional "Ninguém nunca mais! Educação sem violência sexual", uma campanha voltada para conscientizar e sensibilizar os atores do sistema educativo sobre a violência sexual e divulgar os protocolos de denúncia para estas violações (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019).

Foram identificados esforços realizados para a formação e consolidação de uma rede de proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência a nível nacional, de forma intersetorial e em parceria com a sociedade civil. Nacionalmente existem 22 Centros de Atenção e Casas de Acolhida para vítimas de violência implementadas em conjunto com organizações da sociedade civil e cofinanciados pelo governo. Também foram implementados Departamentos de Violência Intrafamiliar da Polícia Nacional, responsáveis pelo fornecimento de assessoria legal, operações policiais de investigação e intervenção, palestras sobre prevenção e execução das decisões das Unidades Judiciais de Violência. As "Unidades Judiciais de Violência contra a mulher e membros do núcleo familiar" começaram a ser estabelecidas em 2013 e até 2014 existiam 30 Unidades, compostas por 79 juízes (CNIG, 2015).

Em 2011 foi realizada pela primeira vez a "Pesquisa Nacional sobre Relações Familiares e Violência de Gênero contra as Mulheres", com o intuito de produzir informações estatísticas sobre a prevalência e incidência da violência de gênero sofrida pelas mulheres no país. Inicialmente planejada para acontecer a cada cinco anos, até 2017 não foi realizada uma segunda edição da pesquisa. O "Código Orgânico Integral Penal" de 2014 incluiu a tipificação de delitos contra a mulher, como a penalização do feminicídio e da violência contra as mulheres, além de ampliar a definição de violência sexual e incluir a violência psicológica (CNIG, 2014).

Foram criadas instâncias técnicas sobre a temática em diferentes setores do governo, protocolos integrais de atenção às vítimas, uma linha de chamada de emergência por violência de gênero e um sistema de botão de pânico para telefones fixos e celulares para realizar chamadas para a polícia em situações de violência. O programa "Transporte Seguro" instalou câmaras em táxis e ônibus, cujas gravações poderão ser utilizadas judicialmente nos casos de crime em flagrante (CNIG, 2015).

Por fim, foi identificado um programa implementado a partir da coordenação entre a ONU Mulheres Equador, o governo nacional e as administrações municipais da cidade de Quito e Cuenca. O programa "Cidades Seguras Livre de Violência" é uma iniciativa global da ONU Mulheres lançada em 2010, que formula e executa políticas e ações para prevenção e resposta ao assédio e violência sexual contra mulheres e meninas. Na cidade de Quito o programa, implementado em 2013, resultou na criação de uma portaria municipal sobre políticas para erradicar a violência, adequação de paradas de serviços de transporte público, serviços de atenção aos casos de assédio em estações do transporte público, um aplicativo de celular para denúncia dessas violações e em um protocolo para abordagem do assédio e

violência sexual pela Polícia Metropolitana. Na cidade de Cuenca o programa começou em 2016, de forma que os avanços ainda são iniciais (ONU MUJERES ECUADOR, 2019).

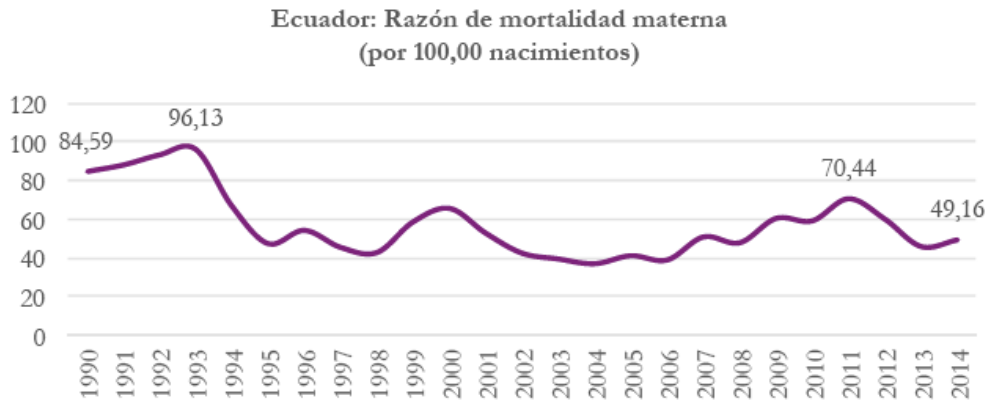
Assim, no âmbito da violência contra as mulheres, é possível identificar esforços do governo para a gradual construção e consolidação de uma **rede nacional de proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência**, sendo importante destacar os esforços de transversalização do tema e as ações realizadas de forma intersetorial, envolvendo diferentes ministérios e órgãos governamentais. Algumas ações são voltadas para a **prevenção** da violência, mas não foi encontrado nenhum programa voltado exclusivamente para a prevenção ou que tivesse este aspecto do combate à violência como foco. Foram formulados e disseminados diferentes protocolos sobre a temática da violência, mas não foram encontradas ações para **o treinamento e capacitação dos agentes do Estado**, o que pode limitar e impedir o atendimento definido nestes protocolos. Por fim, a **realização de denúncias** é muito baixa.

4.3.5 Direitos sexuais e reprodutivos

No que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, a Constituição do Equador determina o direito dos cidadãos de tomada de decisão livre sobre sua sexualidade, sua vida e orientação sexual e sua saúde e vida reprodutiva; e que o Estado responsável por promover o acesso aos meios necessários para que esta escolha ocorra sob condições seguras, entre eles ações e serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva Entre as metas estabelecidas no "Plano Nacional do Bem Viver 2009-2013" relacionadas com a igualdade de gênero estão a redução da mortalidade materna e redução da gravidez na adolescência (EQUADOR, 2008; 2009).

No Equador, uma das principais causas de mortalidade materna são as hemorragias e doenças hipertensivas. O Ministério da Saúde Pública implementou o "Plano integral para reduzir a mortalidade materna", que envolveu ações como a contratação de mais de 2.000 profissionais da área obstetrícia, capacitação de mais de 30.000 profissionais da saúde, campanhas nacionais de informação, construção de novos hospitais e aumento do orçamento destinado à saúde. As campanhas de informação envolveram temas como a prevenção da mortalidade materna, plano de parto, planejamento familiar e ações como a distribuição de métodos contraceptivos (CNIG, 2015).

Gráfico 8 – Taxa de mortalidade materna (Equador)



Fonte: (ONU MUJERES ECUADOR, 2016, p. 22).

A maior parte das ações e políticas implementadas pelo governo equatoriano no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos concentram-se no sistema de saúde. Entre 2011 e 2012 as consultas para prevenção de gravidez não desejada aumentaram aproximadamente 15%. O governo também realizou esforços voltados para o acesso gratuito e informado de métodos contraceptivos. Entre os anos de 2011 e 2013 a distribuição de métodos contraceptivos nas unidades de saúde aumentou 166% e no ano de 2014 aproximadamente 80% da população em idade fértil tinha acesso a estes métodos (CNIG, 2015).

Também foi implementada a campanha "Fala sério, sexualidade sem mistérios", voltada para promover o debate sobre a sexualidade, fornecer informações para erradicar mitos e tabus que existe sobre o tema e prevenir a gravidez na adolescência. A campanha envolveu ações como criação um programa de rádio, materiais audiovisuais, estabelecimento de uma linha gratuita e anônima para recebimento de perguntas e a realização de caravanas que foram a diferentes cidades do país desenvolvendo atividades artísticas, culturais e informativas sobre o tema (MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA, 2019a; 2019b).

No ano de 2013 foi criada e difundida a guia clínica "Diagnóstico e tratamento do aborto espontâneo, incompleto, prolongado e recorrente", formulado por profissionais do sistema nacional de saúde com o intuito de reunir evidências e recomendações científicas para auxiliar médicos e pacientes na tomada de decisões no que diz respeito à prevenção, diagnóstico e tratamento desta patologia (EQUADOR, 2013). A difusão desta guia ocorreu também no contexto da capacitação fornecida para profissionais da saúde.

Atualmente no Equador o aborto é tipificado com um delito contra a vida e só é permitido em duas situações, quando há risco de vida ou saúde para a mulher grávida ou por gravidez resultante da violação de uma mulher com deficiência mental. As mulheres que

abortam podem ser sentenciadas por um período de seis meses a dois anos de prisão. Nos últimos anos a temática do aborto emergiu no âmbito dos debates da Assembleia Nacional sobre uma possível reforma do Código Orgânico Integral Penal. Ainda assim, a discussão envolve a descriminalização do aborto apenas em casos de violação sexual e essa possibilidade levou à realização de grandes manifestações populares favoráveis e contrárias à proposta. As demandas dos movimentos sociais no âmbito dos direitos reprodutivos, como a descriminalização do aborto, não são canalizadas no nível governamental e enfrentam grande resistência de parte da sociedade equatoriana, de forma que o direito ao aborto seguro parece uma realidade distante no país (AMBROSI, 2018; HUMAN RIGHTS WATCH, 2019).

No que concernem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres equatorianas, apesar dos avanços na redução da **mortalidade materna** no Equador, as taxas ainda são altas. O **acesso aos métodos contraceptivos** foi ampliado, mas não foram encontrados dados sobre o real poder de decisão das mulheres sobre o uso destes métodos. O direito ao aborto é muito restrito no país, sendo penalizado até mesmo nos casos de violação sexual, de forma que o **direito ao aborto seguro** não parece ser uma possibilidade real de ser alcançada em um horizonte próximo. Além disso, não foram encontrados dados estatísticos sobre o aborto no país, o que é fundamental para compreender esse fenômeno e informar o debate público sobre o tema. Neste sentido, apesar de alguns avanços, estes fatores limitam o empoderamento das mulheres equatorianas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos.

4.4. Bem Viver como alternativa (para as mulheres)?

A implementação de políticas para o empoderamento das mulheres pelo Bem Viver, no âmbito da participação econômica, se assemelha à proposta das agências internacionais de desenvolvimento. Na Bolívia e no Equador foram identificadas políticas voltadas para o acesso à renda e a inclusão das mulheres no setor formal da economia e não foram encontradas ações voltadas para a erradicação da disparidade salarial entre homens e mulheres. Além disso, as políticas de incentivo a pequenos empreendimentos e empréstimos não são voltadas para as mulheres nem possuem nenhum elemento relacionado à perspectiva de gênero, ainda que em alguns casos estes programas tenham beneficiado majoritariamente as mulheres.

Apesar disso, na Bolívia foram identificados alguns programas de menor escopo, que além de serem voltados para o setor informal da economia, também incluíram iniciativas de

capacitação envolvendo habilidades pessoais e mentais, além de atividades destinadas a incentivar o questionamento sobre os direitos e as desigualdades existentes na sociedade.

Ainda que as atividades para desenvolvimento de capacidades pessoais e mentais não apresentem necessariamente uma ligação com as ideias do Bem Viver, merece destaque os projetos que incluíram elementos voltados para o questionamento e a transformação da divisão desigual da carga de trabalho doméstico e trabalho não remunerado de cuidado. Este aspecto consiste em uma inovação em termos de proposta de política pública e tem relação com as concepções baseadas no Bem Viver apresentadas no Plano de Igualdade de Oportunidades. Curiosamente, este elemento só foi identificado em políticas implementadas em conjunto com a ONU Mulheres Bolívia, não estando presente em nenhuma política de abrangência nacional implementada pelo governo boliviano.

Assim, apesar de incentivar o questionamento e a divisão da carga horária de trabalho doméstico e de cuidado, essa ideia ainda não foi operacionalizada no formato de política pública. É importante ressaltar também que no Equador, ainda que o questionamento desta divisão desigual e a valorização do trabalho doméstico e de cuidado estejam presentes na Constituição, nos planos de desenvolvimento e em algumas normativas, isso não foi traduzido para as políticas públicas.

Portanto, no que diz respeito ao empoderamento das mulheres no âmbito da participação econômica, as políticas do Bem Viver são, em grande medida, similares ao que é proposto pelas agências internacionais de desenvolvimento, ou seja, o acesso a renda e inclusão das mulheres no setor formal da economia. A contribuição do Bem Viver nesta dimensão, portanto, reside na experiência da Bolívia (com a coordenação da ONU Mulheres Bolívia) na implementação de projetos voltados para o setor informal da economia que, além de planejar o fortalecimento do acesso aos recursos, habilidades de produção, sustentabilidade dos mercados, entre outros; também envolvem elementos de capacitação pessoais e mentais e atividades voltadas para incentivar o questionamento sobre os direitos e as desigualdades existentes na sociedade e em especial, a divisão desigual da carga de trabalho doméstico e de cuidado entre homens e mulheres.

No que diz respeito ao empoderamento das mulheres no âmbito da participação política, ambos os países implementaram políticas de cotas para o acesso das mulheres aos assentos do legislativo nacional, indicador comumente utilizado pelas agências internacionais de desenvolvimento. Na Bolívia, essa política foi acompanhada do estabelecimento de novas normativas e, posteriormente, da implementação de medidas para promover e expandir a participação igualitária para os demais níveis governamentais, espaços e organizações

políticas. No Equador, a adoção do princípio de paridade também para os cargos de designação resultou em uma maior proporção de mulheres nos ministérios e secretarias nacionais.

Tanto na Bolívia quanto no Equador, durante o período no qual a participação política das mulheres foi analisada, diferentes demandas e interesses das mulheres estiveram presentes nas leis apresentadas, tramitadas e aprovadas nas Assembleias Nacionais. Foram votadas leis específicas sobre a temática da igualdade de gênero e direitos das mulheres e a perspectiva de gênero foi incorporada em leis sobre demais questões. É importante ressaltar a aprovação da "Lei Contra o Assédio e a Violência Política contra as Mulheres" na Bolívia, uma legislação que reconhece que o ambiente político é um espaço discriminatório em termos de gênero e que apenas o acesso a este espaço não é suficiente para que as mulheres possam exercer seus direitos políticos plenamente.

No caso da Bolívia, a combinação da política de cotas para as mulheres com características particulares relacionadas ao Bem Viver, no caso uma política voltada para a participação política da população indígena e originária, resultou em uma participação política não apenas igualitária em termos de gênero, mas também com um perfil étnico-racial mais diverso e afastado das elites políticas que tradicionalmente ocupam as instituições legislativas nacionais. Uma vez que não foi possível localizar dados acerca do perfil socioeconômico ou perfil étnico-racial das mulheres eleitas no Equador, não foi possível identificar se, em alguma medida, as mulheres que ocupam assentos na Assembleia Nacional equatoriana tenham um perfil mais diversificado e afastado das típicas elites políticas.

Na Bolívia, os movimentos de mulheres possuem uma forte atuação política. A chegada de Evo Morales à presidência teve grande apoio de movimentos sociais, em especial os movimentos indígenas e campesinos, que apoiaram o processo constituinte no país e continuaram a atuar no ambiente político boliviano. Assim, foi possível identificar uma grande presença e atuação dos movimentos de mulheres nos processos de formulação e implementação das normativas e políticas referentes não apenas à participação política, mas também das demais dimensões. No Equador, por outro lado, ocorreu um maior afastamento entre o governo e os movimentos sociais. No caso dos movimentos de mulheres observa-se uma divisão, enquanto parte deles passou a atuar no âmbito do Estado, outros movimentos, de mulheres indígenas, campesinas, negras e mulheres urbanas pobres, fazem maior oposição ao governo e consideram que as políticas para as mulheres implementadas pelo governo são apenas medidas de compensação e conciliação que não contribuem para a eliminação do patriarcado do corpo e da mente das mulheres.

Neste sentido, as políticas do Bem Viver para o empoderamento das mulheres no âmbito da participação política são, em grande medida, similares ao que é proposto pelas agências internacionais de desenvolvimento, ou seja, o acesso aos assentos parlamentares. Bolívia e Equador adotaram este modelo de política e são considerados exemplos regionais e globais pela grande presença de mulheres em suas Assembleias Nacionais. As contribuições do Bem Viver neste âmbito são da experiência do governo da Bolívia, onde medidas para a participação política dos povos indígenas e originários e a relação do governo com os movimentos sociais possibilitaram a presença de mulheres de perfil étnico-racial mais diverso no legislativo e uma forte atuação dos movimentos das mulheres, elementos que contribuem para o empoderamento das mulheres nesta área.

A atuação da Bolívia e do Equador para o empoderamento das mulheres no âmbito da educação é muito limitada. Em ambos os países as lacunas de gênero no ensino básico são quase inexistentes e não foram identificadas políticas específicas para o acesso das mulheres ao ensino, que consistem no foco das agências internacionais de desenvolvimento. Apesar disso, em ambos os países existem desigualdades significativas no acesso ao ensino em termos geográficos e étnicos, o que significa que existem meninas indígenas e da zona rural e que estão fora da escola, mas não foram encontradas políticas públicas para alterar esse quadro. Tampouco existem políticas específicas para a evasão escolar feminina.

Na Bolívia a igualdade de gênero foi incorporada na lei que estabelece a reforma educativa que foi colocada em prática no país, mas essa transversalização da temática de gênero quase não aconteceu nos órgãos do sistema educativo. No Equador a temática de gênero foi incorporada nas leis e no nas instituições do sistema educativo, mas isso tampouco resultou em políticas específicas para as mulheres. No Equador foram implementados programas de capacitação relacionados à temática de gênero na formação de servidores públicos, o que pode contribuir para a existência de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero no futuro.

Dessa forma, as políticas do Bem Viver para o empoderamento das mulheres no âmbito da educação não se diferenciam daquilo proposto pelas as agências internacionais de desenvolvimento apresentam como caminho para empoderar mulheres, que é o acesso à educação. Ainda assim, uma vez que as políticas identificadas para o acesso à educação não possuem nenhum elemento específico em termos de gênero e não foram encontrados dados desagregados de gênero acerca da população beneficiada por estas políticas, não é possível saber a dimensão a contribuição destes programas para a educação das mulheres especificamente.

No âmbito da violência contra as mulheres, uma dimensão que comumente não é levada em consideração pelas agências internacionais de desenvolvimento, Bolívia e Equador têm uma atuação importante. Ambos os países aprovaram normativas sobre a questão e gradualmente implementaram medidas voltadas para a construção e consolidação de uma rede nacional de proteção e atendimento às vítimas de violências. Nos dois países é possível destacar a atuação intersetorial, envolvendo ministérios e órgãos governamentais de diferentes áreas, como saúde, educação, polícia e judiciário nas ações de combate à violência, bem como a formulação e disseminação de protocolos de atendimento.

Também foram identificados programas e campanhas de grande cobertura nacional voltados para o questionamento dos papeis de gênero e construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Apesar disso, são necessárias mais ações destinadas para o treinamento dos agentes públicos, para garantir o melhor funcionamento dos protocolos de atendimento já desenvolvidos, bem como a adoção de medidas voltadas para incentivar a realização de denúncias.

É importante ressaltar a colaboração da ONU Mulheres com os governos da Bolívia e do Equador em atividades voltadas para a erradicação, prevenção e atendimento às vítimas de violência. A Entidade atuou em conjunto com órgãos de ambos os governos na implementação de programas, ainda que essa colaboração tenha sido mais ampla no caso boliviano. Assim, ainda que as agência internacionais de desenvolvimento não levem essa dimensão em consideração na implementação das políticas de empoderamento das mulheres, a ONU Mulheres, mesmo que não tenha o foco específico no desenvolvimento, contribui de forma primordial para o empoderamento das mulheres bolivianas no âmbito da dimensão da violência contra as mulheres.

Os dados acerca da violência contra as mulheres na Bolívia e no Equador demonstram como a implementação de políticas públicas nessa dimensão é fundamental para preservar a vida, proteger a integridade corporal e empoderar as mulheres destes países. Apesar disso, não foi possível identificar nas políticas executadas por estes países nenhum aspecto diferenciado que tenha ligação com as ideias características do Bem Viver.

Por fim, na dimensão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, tanto Bolívia quanto Equador implementaram políticas voltadas para a redução da mortalidade materna e para ampliar o acesso aos métodos contraceptivos. No que diz respeito ao direito ao aborto seguro, ainda que tenham sido identificadas tentativas de ampliar o acesso ao aborto para algumas situações específicas, essas propostas foram acompanhadas de grande resistência de setores da sociedade e não chegaram a ser implementadas, de forma que o acesso ao aborto

seguro parece ser uma realidade distante em ambos os países. Mais uma vez, apesar da relevância da dimensão dos direitos sexuais e reprodutivos para o empoderamento das mulheres destes países, as políticas executadas por estes países não possuem nenhum aspecto diferenciado que tenha ligação com as ideias características do Bem Viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho foi debatida a incorporação da dimensão de gênero e do empoderamento das mulheres nos debates de desenvolvimento e no âmbito das agências internacionais de desenvolvimento. A inserção da dimensão de gênero nos debates do desenvolvimento e na agenda das agências internacionais resultou em diferentes abordagens sobre gênero e desenvolvimento, mas a perspectiva que predominou no âmbito das agências foi a de inclusão das mulheres no processo de desenvolvimento, baseada em grande medida em políticas de acesso a recursos que não consideram as relações desiguais de poder ou as estruturas patriarcais que promovem a discriminação das mulheres, nem pretendem questioná-las ou alterá-las. Assim, apesar da igualdade de gênero ser um elemento presente no discurso e na atuação das agências internacionais, também é possível identificar uma ênfase na eficiência, uma vez que além de ser justificada como um fim em si mesmo, a igualdade de gênero é considera um uso eficiente de recursos, um bom investimento para alcançar os objetivos do desenvolvimento.

A ideia de empoderamento das mulheres foi incorporada aos debates de desenvolvimento através do trabalho de diversas autoras feministas na década de 1980 e posteriormente também foi incorporada pelas agências de desenvolvimento, em especial no discurso relativo à redução da pobreza. O termo empoderamento das mulheres passou a ser utilizado amplamente pelas agências internacionais de desenvolvimento, de forma que as definições variam entre diferentes agências, poucas vezes o termo é definido com clareza e muitas vezes a expressão é utilizada como sinônimo de igualdade de gênero.

Neste sentido, o empoderamento das mulheres pensado como uma ferramenta para questionar e transformar as relações e estruturas desiguais de poder tornou-se um termo utilizado por quase todas as agências internacionais de desenvolvimento e perdeu muito de sua concepção inicial. Assim, foi possível identificar que as políticas e programas de desenvolvimento, bem como o monitoramento do empoderamento das mulheres são centrados em indicadores voltados para o acesso individual aos recursos, como pouco foco na transformação das relações de poder, o que limita o caráter transformativo deste processo.

Dessa forma, ainda no primeiro capítulo foram identificadas três dimensões comumente associadas ao empoderamento das mulheres pelas agências internacionais de desenvolvimento, bem como os elementos geralmente utilizados como indicadores. Foram apontadas as limitações dos elementos levados em consideração em cada dimensão e foram sugeridos outros elementos que também são relevantes para que o caráter transformativo do

processo de empoderamento não seja perdido. Por fim, foram sugeridas também outras duas dimensões relevantes para o empoderamento das mulheres.

O segundo capítulo é focado no Bem Viver como uma alternativa e na experiência do Estado Plurinacional da Bolívia e da República do Equador. O Bem Viver se apresenta como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento em sua concepção tradicional e ocidental, orientado pelo crescimento econômico e progresso linear. As ideias e concepções do Bem Viver foram incorporadas nos governos da Bolívia e do Equador, que passaram por processos constituintes e incluíram a perspectiva do Bem Viver em suas Constituições e planos nacionais de desenvolvimento. A dimensão do gênero no âmbito do Bem Viver, por sua vez, é marcada pela divergência de posicionamentos entre diferentes grupos, entre eles os movimentos indígenas, movimentos de mulheres e movimentos feministas e o governo. Ainda assim, na Bolívia e no Equador a execução do Bem Viver como projeto político foi vista pelos movimentos de mulheres como uma oportunidade e um espaço para a luta pelos direitos das mulheres.

Neste sentido, ainda que o Bem Viver seja proposto como uma alternativa ao desenvolvimento convencional e ocidental, isso não significa necessariamente que ele apresente uma proposta diferente para as políticas de empoderamento das mulheres daquela existente no âmbito das agências internacionais de desenvolvimento. Assim, é necessário retomar o questionamento que guiou esta pesquisa, que foi: em que medida as políticas para o empoderamento das mulheres formuladas e implementadas pela Bolívia e Equador, no âmbito do projeto político do Bem Viver, se diferenciam da ideia de empoderamento das agências internacionais de desenvolvimento, no âmbito do desenvolvimento em sua acepção convencional?

Na Bolívia, a incorporação dos direitos das mulheres nos Planos de Desenvolvimento e no Plano de Igualdade de Oportunidades foi marcada por uma proposta de recuperação do conceito de gênero a partir da descolonização do termo, isto é, a recuperação da apropriação do conceito que ocorreu na etapa neoliberal, algo necessário uma vez que a equidade de gênero era utilizada apenas como categoria descritiva e suas propostas limitadas apenas a questões representadas por indicadores numéricos, sem se preocupar com a estrutura patriarcal que promove e perpetua a desigualdade. Também é proposta a recuperação do conceito de par complementário das culturas originárias (*chacha-warmi*), mas como um objetivo ou valor a ser construído.

Neste sentido, a proposta de recuperação do conceito de gênero é compatível com a formulação do empoderamento das mulheres pelas autoras feministas da década de 1980, um

empoderamento com caráter transformativo, que busca questionar criticamente e modificar as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que discriminam e limitam as mulheres. Apesar disso, foi possível identificar, ainda na formulação das políticas traçadas pelo Plano de Igualdade de Oportunidade, a dificuldade de operacionalização do marco conceitual proposto.

Dessa forma, apesar de identificar os obstáculos para o pleno exercício dos direitos das mulheres levando em consideração as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais que, permeadas pelo patriarcado e pelo machismo, promovem e perpetuam a desigualdade de gênero, as políticas apresentadas como possível solução para estes obstáculos são focadas no acesso das mulheres a estas estruturas e não apresentam aspectos voltados para o questionamento e a modificação destas estruturas, um elemento fundamental para o empoderamento das mulheres.

No Equador, por sua vez, a incorporação da temática de gênero e direitos das mulheres nos Planos de Desenvolvimento não apresentou nenhuma particularidade no planejamento das políticas de igualdade de gênero a partir da perspectiva do Bem Viver, o que resultou na formulação metas e políticas a partir da perspectiva de igualdade de gênero promovida pelas agências internacionais de desenvolvimento.

No terceiro capítulo foi realizado o estudo de caso da implementação das políticas para o empoderamento das mulheres na Bolívia e no Equador. Ao analisar a implementação das políticas voltadas para as mulheres por ambos os países, no âmbito do Bem Viver, é possível perceber que as políticas de empoderamento das mulheres do Equador são marcadas por uma transversalização da perspectiva de gênero em diversas áreas do governo que, no geral, não resultou em políticas específicas para as mulheres, nem em políticas que contribuem em alguma medida para a o questionamento e transformação das relações de poder e estruturas discriminatórias em termos de gênero. Na Bolívia, por outro lado, apesar da dificuldade em operacionalizar a proposta de gênero característica do Bem Viver, a proposta de despatriarcalização tem se consolidado no âmbito governamental e gerado grande debate e participação dos movimentos das mulheres e movimentos indígenas. A proposta da despatriarcalização é compatível com uma perspectiva de empoderamento das mulheres semelhante àquela formulada pelas autoras feministas na década de 1980, uma vez que uma vez que o foco no questionamento e transformação das estruturas que perpetuam as desigualdades de gênero é um elemento central desta proposta.

Assim, respondendo ao questionamento que orientou a realização desta pesquisa, a implementação de políticas para o empoderamento das mulheres no âmbito do Bem Viver na Bolívia e no Equador se diferenciam muito pouco da ideia de empoderamento das agências

internacionais. No Equador a implementação das políticas de empoderamento das mulheres foi realizada a partir da mesma concepção de igualdade de gênero e acesso a recursos das agências internacionais de desenvolvimento, consequentemente, as políticas para o empoderamento das mulheres implementadas no âmbito do Bem Viver no país não se diferem da ideia de empoderamento das agências internacionais de desenvolvimento.

A implementação das políticas para o empoderamento das mulheres pela Bolívia, no âmbito do Bem Viver, se diferem pouco da ideia de empoderamento das mulheres das agências internacionais de desenvolvimento, na medida em que existe uma grande dificuldade em operacionalizar a concepção de empoderamento proposta no marco conceitual do Plano de Igualdade de Oportunidades, baseado nas ideias do Bem Viver, na recuperação do conceito de gênero e no questionamento das estruturas de subordinação das mulheres. Dessa forma, apenas em alguns elementos específicos das políticas de empoderamento nas dimensões da participação econômica e da participação política a proposta do Bem Viver se diferencia da perspectiva das agências internacionais.

Essa diferenciação pode ser observada na implementação de projetos voltados para o setor informal da economia que também envolvem elementos de capacitação pessoais e mentais e atividades voltadas para incentivar o questionamento e a transformação da divisão desigual da carga de trabalho doméstico e de cuidado entre homens e mulheres, bem como nas medidas para a participação política dos povos indígenas e originários e a relação do governo com os movimentos sociais que possibilitaram a presença de mulheres de perfil étnico-racial mais diverso no legislativo e uma forte atuação dos movimentos das mulheres, elementos que contribuem para o empoderamento das mulheres nestas duas dimensões.

Por fim, as políticas de empoderamento das mulheres implementadas pela Bolívia e pelo Equador nas dimensões da violência contra as mulheres e direitos reprodutivos e sexuais são de grande relevância para a preservação da vida, proteção da integridade corporal e empoderamento das mulheres; mas ainda que a implementação de políticas de empoderamento das mulheres como estratégia pra o desenvolvimento nessas dimensões se diferencie da ideia de empoderamento das mulheres das agências internacionais de desenvolvimento, isso não parece ocorrer devido a características particulares de concepção de empoderamento do Bem Viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELENDA, Ana Ines. A feminist perspective on the post-2015 development agenda. **The Equal Rights Review**, London, v. 13, n. 1, p. 117-128, 2014.

ALBAINE, Laura. Paridad de género y ciudadanía política de las mujeres. El caso de Bolivia y Ecuador (2009). **Revista de crítica social,** Buenos Aires, n.12, v. 1, p. 109-131, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20110420101330/5-albaine.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ARCHENTI, Nélida; TULA, María Inés. Cambios normativos y equidad de género. De lãs cuotas a la paridad en América Latina: los casos de Bolivia y Ecuador. **América Latina Hoy,** Salamanca, n. 66, v.1, p. 47-68, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30830414003>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015.

ACOSTA, Alberto. El buen vivir, una utopía por (re)construir. **FUHEM Cip Ecosocial**, Madrid, n. 11, p. 21-52, 2010.

AGUINAGA, Margarita *et al*. Pensar desde el feminismo: Críticas y alternativas al desarrollo. In: LANG, Miriam; MOKRANI, Dunia (orgs.) **Más allá del desarrollo.** Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011. p. 55-82.

AGUINAGA, Margarita. 2006-2012: feminismos, patriarcado y perspectiva de la lucha de las mujeres en el Ecuador. **La Tendencia: Revista de Análisis Político,** Quito, n. 13, p. 48-53, 2012.

ALBAINE, Laura. Paridad de género y ciudadanía política de las mujeres. El caso de Bolivia albaine.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

AMBROSI, Claudia Fernanda. **La despenalización del aborto como problema público y político: contienda y debate legislativo del COIP em Ecuador.** 2018. 146f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Estudios Políticos (FLACSO Ecuador). Quito. 2018. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/13601/2/TFLACSO-2018CFAA.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ARCHENTI, Nélida; TULA, María Inés. Cambios normativos y equidad de género. De las

BATLIWALA, Srilatha. The Meaning of Women's Empowerment: new concepts from action. In: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln (eds.). **Population policies reconsidered:** health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press, 1994, p. 127-138.

BETETA, Hanny Cueva et al. What is missing in measures of women's empowerment?. **Journal of Human Development and Capabilities**, Abingdon, v. 7, n. 2, p. 221-241, 2006.

BOLIVIA, Estado Plurinacional de. **Informe del Estado Plurinacional de Bolivia.** 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/13013Bolivia_review_Beijing20.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BOLIVIA, Gaceta ofical de. **Decreto Supremo no 3834 del 13 de Marzo de 2019 - Sistema de Registro y Alerta Inmediata "Adela Zamudio de la Fuerza Especial de la Lucha contra la Violencia – FELC.** 2019. Disponível em: <https://www.derechoteca.com/gacetabolivia/decreto-supremo-no-3834-del-13-de-marzo-de-2019>. Acesso em: 6 ago. 2019.

BOLIVIA, Gaceta Oficial de. **Plan Nacional de Desarrollo – "Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien" Lineamientos Estratégicos 2006-2011.** La Paz: Septiembre de 2007. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-MISC-DS29272.html?dcmi_identifier=BO-MISC-DS29272&format=html>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BOLÍVIA, Viceministerio de Género y Asuntos Generacionales de**. Plan Nacional para la igualdad de Oportunidades "Mujeres construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien".** 2008. Disponível em: <http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_bolivia_1000.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BOLIVIA. Constituição (2009). **Nueva Constitución Política del Estado.** Disponível em: <https://bolivia.justia.com/nacionales/nueva-constitucion-politica-del-estado/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

BOLIVIA. **Estudio Nacional de Mortalidad Materna 2011 Bolivia:** resumen ejecutivo. La Paz: Gráfifika Leal, 2016.

BURMAN, Anders. Chachawarmi: Silence and Rival Voices on Decolonisation and Gender Politics in Andean Bolivia. **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 43, n. 1, p. 65-91, 2011.

ÇAĞATAY, Nilüfer; GROWN, Caren; SANTIAGO, Aida. The Nairobi Women's Conference: Toward a Global Feminism?. **Feminist Studies**, Maryland, v. 12, n. 2, p. 401-412, 1986.

CALVÈS, Anne-Emmanuèle. Empowerment: The history of a key concept in contemporary development discourse. **Revue Tiers Monde**, [S.l.], n. 200, v. 4, p. 735-749, 2009.

CAMPOS, Bárbara Lopes. **A representação política de mulheres: a incorporação da igualdade de gênero no âmbito legislativo do Equador**. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PUC-MG). Belo Horizonte. 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Relinternac_CamposBL_1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CHACUA, Luis Antamba. **Estadística Educativa,** Reporte de indicadores, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-

content/uploads/downloads/2017/06/PUB_EstadisticaEducativaVol1_mar2015.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CHANT, Sylvia; SWEETMAN, Caroline. Fixing women or fixing the world?'Smart economics', efficiency approaches, and gender equality in development. **Gender & Development**, Abingdon and Oxford, v. 20, n. 3, p. 517-529, 2012.

CNIG, 2014b**. LA VIOLENCIA DE GÉNERO CONTRA LAS MUJERES EN EL ECUADOR:** Análisis de los resultados de la Encuesta Nacional sobre Relaciones Familiares y Violencia de Género contra las Mujeres. 2014.

CNIG. Legislar por los Derechos de las Mujeres. 2019. Disponível em: <https://www.igualdadgenero.gob.ec/635-2/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

CNIG. **Logro de la revolucion cuidadana en clave de gênero.** 2014. Disponível em: <https://issuu.com/comisiondetransicionec/docs/revoluci__n_ciudadana_en_clave_de_g>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CNIG. **Logro de la revolucion cuidadana en clave de gênero.** 2015. Disponível em: <http://repositorio.iaen.edu.ec/xmlui/bitstream/handle/24000/4493/Logros%20de%20la%20Revoluci%c3%b3n%20Ciudadana%20en%20clave%20de%20G%c3%a9nero.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COOPERACIÓN SUIZA EM BOLIVIA. **Proyecto Vida sin violencia.** 2016. Disponível em: < https://www.eda.admin.ch/dam/countries/countries-content/bolivia/es/Cartilla_Vida_sin_violencia_web_ok.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

CORNWALL, Andrea. Women's empowerment: What works?. **Journal of International Development**, New York, v. 28, n. 3, p. 342-359, 2016.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia *et al*. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo para América Latina. **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo**, Zaragoza, v. 5, n. 2, p. 30-57, 2016.

D'AMICO, María Paula; PESSOLANO, Daniela. Diálogos entre feminismos y buen vivir/vivir bien: distintas perspectivas, múltiples puntos de encuentro. **Confluencia**, Mendoza, v. 6, n. 13, p. 13-35, 2013.

DAWN. **About DAWN - History**. DAWN, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://dawnnet.org/about/history/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

DONATO, Manuella Riane Azevedo. Mensurando empoderamento: uma análise dos índices de desigualdade de gênero propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Monções**, Dourados, v. 6, n. 11, p. 183-214, 2017.

EQUADOR, República del. **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013.** Quito: SENPLADES, 2009.

EQUADOR. Constituição (2008). **Constitución de la República del Ecuador.** Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/mla/sp/ecu/sp_ecu-int-text-const.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

EQUADOR. **Diagnóstico y tratamiento del aborto espontáneo, incompleto, diferido y recurrente, guía de práctica clínica.** 2013. Disponível em: <http://instituciones.msp.gob.ec/documentos/Guias/Guia_de_aborto_espontaneo.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

EQUADOR. **Ley Organica de los Consejos Nacionales para la Igualdad.** 2014. Disponível em: <https://www.igualdadgenero.gob.ec/wp-content/uploads/2017/03/11-Ley-Org%C3%A1nica-de-los-Consejos.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

EQUADOR. **Ley Organica Electoral y de Organizaciones Politicas de la Republica del Ecuador Codigo de la Democracia.** 2009b. Disponível em: <http://www.lexis.com.ec/wp-content/uploads/2018/07/LI-LEY-ORGANICA-ELECTORAL-CODIGO-DE-LA-DEMOCRACIA.pdf >. Acesso em: 21 ago. 2019.

EQUADOR. Ley Orgánica Para La Justicia Laboral Y Reconocimiento Del Trabajo En El Hogar. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/10977.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

EQUADOR**. Proyecto de Ley Orgánica Contra el Discrimen, el Acoso y la Violencia Política en Razón del Género.** 2011. Disponível em: <http://2009-2013.observatoriolegislativo.ec/media/archivos_leyes2/1._Proyecto_presentado._368.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ESTÉVEZ, Mayra; VEJA, Edgar; PÉREZ, Santiago. **Cuaderno de Trabajo "Estudio Cualitativo de la Campaña Reacciona Ecuador, el machismo es violência.** Quito: IAEN, 2011.. Disponível em: <http://repositorio.iaen.edu.ec/bitstream/24000/4439/1/reacciona-ecuador-ctp-1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

EYBEN, Rosalind. Promoting Gender Equality in the changing global landscape of international development cooperation. In: COLES, Anne; GRAY, Leslie; MOMSEN, Janet (ed.). **The Routledge Handbook of Gender and Development.** Abingdon: Routledge, 2015. p. 515-526.

FERNÁNDEZ, Hugo. Suma qamaña, vivir bien, el ethos de la nueva constitución boliviana. **Revista Obets**, Alicante, n. 4, p. 41-48, 2009.

GARCÍA-LINERA, Álvaro. El Socialismo Comunitario: Un aporte de Bolivia al mundo. **Revista de Análisis: Reflexiones sobre la Coyuntura**, La Paz, v.3, n. 5, p. 7-18, 2010.

GOETZ, Anne Marie. The relationship between women's education and their political participation in developing countries. Background paper prepared for the Education for All Global Monitoring Report 2003/4. Paris: UNESCO, 2004.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana,** Maracaibo, v. 16, n.1, p. 71-83, 2011.

HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia. Deconstrucción y genealogía del "buen vivir" latinoamericano. El (trino) "buen vivir" y sus diversos manantiales intelectuales. **International Development Policy**, Geneva, v. 9, n. 9, 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Ecuador debe despenalizar el aborto en casos de violación sexual La Asamblea debería modificar las leyes sobre aborto.** 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/es/news/2019/04/01/ecuador-debe-despenalizar-el-aborto-en-casos-de-violacion-sexual>. Acesso em: 26 ago. 2019.

IAEN. **El IAEN y el Consejo Nacional para la Igualdad de Género sellan alianza estratégica interinstitucional.** 2019a. Disponível em: <https://www.iaen.edu.ec/el-iaen-y-el-consejo-nacional-para-la-igualdad-de-genero-sellan-alianza-estrategica-interinstitucional/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

IAEN. **Programa Germanico Salgado.** 2019b. Disponível em: <https://issuu.com/iaenuniversidaddelestado/docs/germanicosalgado>. Acesso em: 21 ago. 2019.

IEPS. **"Hilando el Desarrollo" fomenta el acceso a la educación y la inclusión económica y social.** 2019. Disponível em: <https://www.economiasolidaria.gob.ec/hilando-el-desarrollo-fomenta-el-acceso-a-la-educacion-y-la-inclusion-economica-y-social/>. Acesso em: 6 ago. 2019.

IEPS. **Proyecto de Desarrollo de Del Corredor Central ECU-650 Informe Final del Proyecto.** 2014. Disponível em: <http://apps.ieps.gob.ec/Generador/archivos/2019/2/3/Informaci%C3%B3n%20Proyecto%20PDCC.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

INE. **Encuesta de Demografía y Salud 2016.** 2017 b. Disponível em: <https://www.minsalud.gob.bo/images/Documentacion/EDSA-2016.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

INEC. **Encuesta de Uso del Tiempo.** 2012. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/Uso_Tiempo/Presentacion_%20Principales_Resultados.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in National Parliaments: Situation as of December 2008.** Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311208.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in National Parliaments: Situation as of December 2009.** Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif311209.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in National Parliaments: Situation as of December 2013.** Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif011213.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in National Parliaments: Situation as of December 2014.** Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif011214.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

JOLLY, Richard *et al*. **UN contributions to development thinking and practice**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

KABEER, Naila. Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal 1. **Gender & Development,** Abingdon and Oxford, v. 13, n. 1, p. 13-24, 2005.

LEÓN, Magdalena. Después del desarrollo: el buen vivir y las perspectivas feministas para otro modelo en América Latina. **Umbrales. Revista del Postgrado Multidisciplinario en Ciencias del Desarrollo**, La Paz, p. 35-44, 2008.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth. Women's empowerment as a variable in international development. In: NARAYAN, Deepa (ed.). **Measuring empowerment:** Cross-disciplinary perspectives. Washington: World Bank, 2005. p. 71-88.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Cifras que marcan un hito en el acceso a la educación en el Ecuador se presentaron en el evento de Rendición de Cuentas.** 2012. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/cifras-que-marcan-un-hito-en-el-acceso-a-la-educacion-en-el-ecuador-se-presentaron-en-el-evento-de-rendicion-de-cuentas/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Currículo de los Niveles de Educación Obligatoria.** 2016. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/08/Curriculov2.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Ministerio de Educación lanza la campaña ¡Nadie nunca más! Educación sin violencia sexual.** 2019. Disponível em: <https://educacion.gob.ec/ministerio-de-educacion-lanza-la-campana-nadie-nunca-mas-educacion-sin-violencia-sexual/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA. **Adolescentes preguntan sobre salud sexual y reproductiva en la línea 1800 Habla Serio.** 2019a. Disponível em: <https://www.salud.gob.ec/adolescentes-preguntan-sobre-salud-sexual-y-reproductiva-en-la-linea-1800-habla-serio/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA. **Caravana de la campaña "Habla Serio Sexualidad Sin Misterios", llegó a Orellana.** 2019b. Disponível em: <https://www.salud.gob.ec/caravana-de-la-campana-habla-serio-sexualidad-sin-misterios-llego-a-orellana/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MINISTÉRIO DE SALUD. **En 10 Años: Gobierno Fortaleció La Salud De Mujeres Bolivianas Con Atención Gratuita, Bonos Y Seguros Médicos.** La Paz: Unidad de Comunicación, 2017a. Disponível em: <https://www.minsalud.gob.bo/2207-en-10-anos-

gobierno-fortalecio-la-salud-de-mujeres-bolivianas-con-atencion-gratuita-bonos-y-seguros-medicos>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MINISTÉRIO DE SALUD**. Personal de Salud fue capacitado en nuevas tecnologías anticonceptivas.** La Paz: Unidad de Comunicación, 2016 b. Disponível em: <https://www.minsalud.gob.bo/1607-personal-de-salud-fue-capacitado-en-nuevas-tecnologias-anticonceptivas>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MINISTÉRIO DE SALUD. **Salud: en los últimos cuatro años, el embarazo en adolescentes disminuyó en un 61.2%.** La Paz: Unidad de Comunicación, 2017b. Disponível em: <https://www.minsalud.gob.bo/2630-salud-en-los-ultimos-cuatro-anos-el-embarazo-en-adolescentes-disminuyo-en-un-61-2>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MINISTERIO DEL TRABAJO. **Expedir la Norma Técnica del Proyecto "Mi Primer Empleo".** 2018. Disponível em: <https://boletincontable.com/wp-content/uploads/2018/11/EXPEDIR-LA-NORMA-T%C3%89CNICA-DEL-PROYECTO-MI-PRIMER-EMPLEO.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2019.

MINISTERIO DEL TRABAJO. Red Socio Empleo. 2019. Disponível em: <http://www.trabajo.gob.ec/red-socio-empleo-3/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

MOMSEN, Janet Henshall. **Gender and Development.** London: Routledge, 2004

MOSEDALE, Sarah. Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. **Journal of international development**, New York, v. 17, n. 2, p. 243-257, 2005.

MUKHOPADHYAY, Maitrayee *et al*. **Rights and Resources:** The Effects of External Financing on Organising for Women's Rights. Brighton and Amsterdam: Pathways of Women's Empowerment and Royal Tropical Institute, 2011.

NACIONES UNIDAS EN BOLIVIA. **Programa Semilla.** 2017. Disponível em: <http://www.nu.org.bo/programas-conjuntos/programa-semilla/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Nações Unidas, [S.l.], 22 Jun. 2010. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/os-oito-odms/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NAVARRO, Flavia Marco. **Derechos económicos de las mujeres en Bolivia:** La brecha entre la ley y la realidad. La Paz: Plural editores, 2014.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

OBSERVATORIO DE PARIDAD DEMOCRATICA. **Elecciones Generales 2014.** 2019. Disponível em: <http://observatorioparidaddemocratica.oep.org.bo/Sistema-de-Informacion/Elecciones-Nacionales>. Acesso em: 6 ago. 2019.

OCDE. **About - Who we are**. OCDE, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/>. Acesso em: 07 mar. 2019.

OECD. **DAC in Dates:** The History of OECD's Development Assistance Committee. **Paris:** OECD Publications, 2006. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/1896808.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

OLIVEIRA, Maria Cecília da Silva. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** a vida segura na governamentalidade planetária. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ONU MUJERES BOLÍVIA. **Informe Anual 2016 Bolivia.** La Paz: ONU Mujeres Bolivia, 2017. Disponível em: <https://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20americas/documentos/publicaciones/2017/05/version%20final%20memoria%202016-imprenta.pdf?la=es&vs=5611>. Acesso em: 6 ago. 2019.

ONU MUJERES BOLÍVIA. **Informe Anual 2017 Bolivia.** La Paz: ONU Mujeres Bolivia, 2018. Disponível em: <https://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20americas/documentos/publicaciones/2018/8/memoria%20anual%202017%20compressed.pdf?la=es&vs=3038>. Acesso em: 6 ago. 2019.

ONU MUJERES BOLÍVIA. **Informe Anual 2018 Bolivia**. La Paz: ONU Mujeres Bolivia, 2019. Disponível em: <https://www2.unwomen.org/-/media/field%20office%20americas/documentos/publicaciones/2019/07/memoria-onu-mujeres-2018-compressed.pdf?la=es&vs=5204>. Acesso em: 6 ago. 2019.

ONU MUJERES ECUADOR. **Mujeres Ecuatorianas dos Décadas de Cambios 1995-2015 - Resumen Ejecutivo.** 2016. Disponível em: <https://ecuador.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2016/09/mujeres-ecuatorianas-resumen-ejecutivo>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ONU MULHERES ECUADOR. **Programa Ciudades Seguras.** 2019. Disponível em: <https://ecuador.unwomen.org/es/que-hacemos/erradicacion-de-la-violencia-contra-las-mujeres/programa-ciudades-seguras>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PARPART, Jane L. *et al.* (ed.). **Theoretical perspectives on gender and development**. Ottawa: International Development Research Centre, 2000.

PNUD BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. PNUD, [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PNUD BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** PNUD, [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso em: 26 mar. 2019.

PNUD. **Cinco mil mujeres se lanzan a un trabajo sustentable.** 2016. Disponível em: <http://www.bo.undp.org/content/bolivia/es/home/ourwork/povertyreduction/successstories/cinco-mil-mujeres-se-lanzan-a-un-trabajo-sustentable.html>. Acesso em: 26 jul. 2019.

PRADA ALCOREZA, Raúl. El vivir bien como modelo de Estado y modelo económico. **Más allá del desarrollo: Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo.** Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011. p. 221-256.

RAMÍREZ, René. Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano. In: SENPLADES. **Los Nuevos Retos de América Latina:** Socialismo y Sumak Kawsay. Quito: SENPLADES, 2010. p. 55-76.

RANTA, Eija Maria. Toward a decolonial alternative to development? The emergence and shortcomings of Vivir Bien as state policy in Bolivia in the Era of globalization. **Globalizations**, v. 13, n. 4, p. 425-439, 2016.

RATHGEBER, Eva M. WID, WAD, GAD: Trends in research and practice. **The Journal of Developing Areas**, Nashville, v. 24, n. 4, p. 489-502, jul. 1990.

RAZAVI, Shahrashoub; MILLER, Carol. From WID to GAD: Conceptual shifts in the women and development discourse. **UNRISD Occasional Paper**, Geneva, v.1, n. 3, p. 1-51, 1995.

REDDOCK, Rhoda. Why gender? Why development. In: PARPART, Jane L. *et al.* (ed.). **Theoretical perspectives on gender and development**. Ottawa: International Development Research Centre, 2000. p. 23-50.

ROWLANDS, Jo. **Questioning empowerment: Working with women in Honduras**. Oxford: Oxfam, 1997.

SAN - PLATAFORMA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL. **BONO JOAQUÍN GALLEGOS LARA.** 2019c. Disponível em: <https://plataformacelac.org/programa/1430>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SAN - PLATAFORMA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL. **PROGRAMA HILANDO EL DESARROLLO.** 2019a. Disponível em: <https://plataformacelac.org/programa/44>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SAN - PLATAFORMA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL. **PROGRAMA CRECIENDO CON NUESTROS HIJOS.** 2019b. Disponível em: <https://plataformacelac.org/programa/47>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SARDENBERG, Cecília. Liberal vs. Liberating Empowerment: A Latin American Feminist Perspective on Conceptualising Women's Empowerment. **IDS Bulletin**, Brighton, v. 39, n. 6, p. 18-27, 2008.

SEN, Guita; GROWN, Caren. **Desenvolvimento, crise e visões alternativas:** perspectivas das mulheres no terceiro mundo. Rio de Janeiro: Espaco e Tempo, 1988.

SPINDEL, Cheywa; LEVY, Elisa; CONNOR, Melissa. **With an end in sight:** strategies from the UNIFEM Trust Fund to Eliminate Violence Against Women. New York : UNIFEM, 2000.

STROMQUIST, Nelly P. In Search of the Good Life: Promises and Challenges of Buen Vivir for Knowledge, Education, and Gender. In: AMAN, Robert, IRELAND, Timothy (eds.). **Educational Alternatives in Latin America**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2019. p. 39-62.

UGALDE, Silvia. El orden de género en el sumak kawsay y el suma qamaña: Un vistazo a los debates actuales em Bolivia y Ecuador. **Iconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 48, pp. 73-91, 2014.

UN GENERAL ASSEMBLY. **Genera1 Assembly - Twentieth Session**. **Resolutions adopted on the reports of the Second Committee**. United Nations, New York, 22 Nov. 1965. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/217/92/PDF/NR021792.pdf?OpenElement>. Acesso em: 15 fev. 2019.

UN GENERAL ASSEMBLY. **General Assembly - Sixteenth Session. Resolutions adopted on the reports of the Second Committee**. United Nations, New York, 19 Dez. 1961. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1710%20(XVI)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

UNDP. **Human Development Report 1995:** Gender and Human Development. Oxford: UNDP, 1995.

UNDP. **Human Development Report 2010. The Real Wealth of Nations:** Pathways to Human Development. Oxford: UNDP, 2010.

UNFPA. **Programme of Action Adopted at the International Conference on Population and Development, Cairo, 5-13 September 1994**. New York: UNFPA, 2004. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/event-pdf/PoA_en.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

USAID. **USAID History.** USAID, [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/usaid-history>. Acesso em: 27 fev. 2019.

VANHULST, Julien; BELING, Adrian E. Buen vivir: la irrupción de América Latina en el campo gravitacional del desarrollo sostenible. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Quito, v. 21, n. 1, p. 1-14, 2013.

VILLARROEL, Gabriela Cuba. **Marco normativo y de políticas públicas que promueven la inserción laboral de las mujeres em Bolivia.** Montevideo: CIEDUR, 2015.

VITERI, Carlos. Visión indígena del desarrollo en la Amazonía. **Polis Revista Latinoamericana,** Santiago, n. 3, 2002.

WORLD BANK. **Enhancing Women's Participation in Economic Development.** Washington: World Bank, 1994.

WORLD BANK. **World Development Report 2000/2001:** Attacking Poverty. Washington: World Bank, 1994.

ZARAGOCIN, Sofía. Feminismo decolonial y buen vivir. In: VAREA, Soledad; ZARAGOCIN, Sofía (orgs.)**. Feminismos y buen vivir: utopías descoloniales**. Cuenca: PYDLOS Ediciones, 2017. p. 17-25.